

Paulo César Nodari

compreender

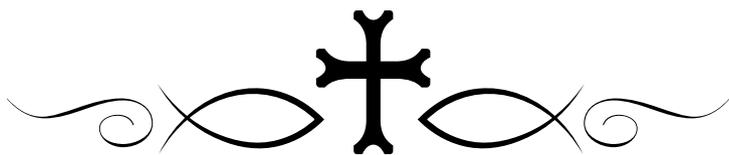
e

agir

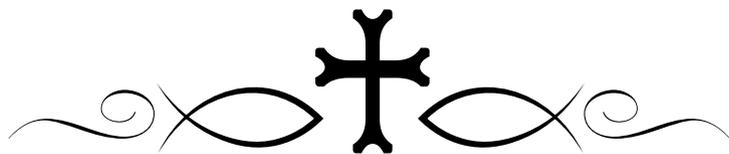
*Algumas pistas para o discipulado e à
missão do cristão no mundo*

2ª edição
revisada e ampliada





COMPREENDER & AGIR



*Algumas pistas para o discipulado e à
missão do cristão no mundo*

2ª edição
revisada e ampliada

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:
Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

*Pró-Reitora de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do Conselho
Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Guilherme Brambatti Guzzo
Márcio Miranda Alves
Matheus de Mesquita Silveira
Simone Côrte Real Barbieri – Secretária
Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese
Thiago de Oliveira Gamba

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
*Escuela Interdisciplinar de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/
Peru*

Juan Emmerich
*Universidad Nacional de La Plata/
Argentina*

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

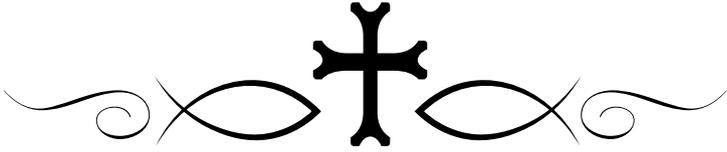
Margarita Sgró
*Universidad Nacional del Centro/
Argentina*

Nathália Cristine Viecelli
Chalmers University of Technology/Suécia

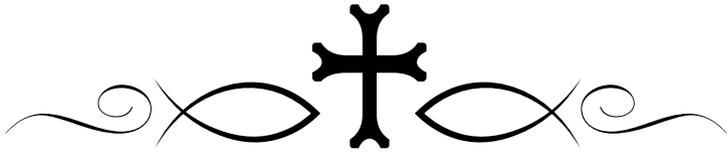
Tristan McCowan
University of London/Inglaterra



Paulo César Nodari



COMPREENDER & AGIR



*Algumas pistas para o discipulado e à
missão do cristão no mundo*

2ª edição
revisada e ampliada



© dos organizadores
2ª edição: 2023
Revisão: Laura Deves Alves
Editoração e Capa: Igor Rodrigues de Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

N761c Nodari, Paulo César

Compreender e agir [recurso eletrônico] : algumas pistas para o discipulado e a missão do cristão no mundo / Paulo César Nodari. – 2. ed. rev. e ampl. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2023.
Dados eletrônicos (1 arquivo)

Modo de acesso: World Wide Web.

Apresenta bibliografia.

ISBN 978-65-5807-288-1

1. Literatura cristã. 2. Fé. 3. Deus. 4. Jesus Cristo. 5. Religião.
I.Título.

CDU 2. ed.: 27-29

Índice para o catálogo sistemático:

1. Fé	27-29
2. Literatura cristã	27-184.3
3. Deus	27-14
4. Jesus Cristo	27-317
5. Religião	2

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Servi Gonçalves – CRB 10/1500

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 –
Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 UMA BUSCA PELO SENTIDO DA VIDA	12
CAPÍTULO 2 VIDA, CONDENAÇÃO E MORTE DE JESUS	31
CAPÍTULO 3 A RESSURREIÇÃO DE JESUS	47
CAPÍTULO 4 JESUS ENSINA COM SABEDORIA E AMOR	67
CAPÍTULO 5 IGREJA: COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116

INTRODUÇÃO

Com a proposta de fornecer suporte para reflexão do leitor, o presente livro reúne textos escritos a partir de palestras proferidas pelo autor do texto. Decidiu-se intitular o texto em “Crer, compreender e servir”, porque resume a intenção central destes ensaios, a saber, sentir a alegria da Boa Notícia do Evangelho que vem visitar toda a Humanidade, por plena e total iniciativa e graça de Deus, como também, a alegria de crer e compreender que não há outra maneira de acolher a viver a Boa Nova do Evangelho, senão servindo à Humanidade, especialmente, os que estão à margem e sofrem marginalização e injustiça. Quer-se, pois, com estas cinco reflexões, por um lado, compreender-se como Povo de Deus no entendimento da fé, porque, à luz da Tradição Cristã, o binômio “crer para compreender e compreender para crer” anda conectado de modo intrínseco, asseverando, nesse sentido, Agostinho, no livro II da obra, *O livre-arbítrio*: “E ninguém se torna capaz de encontrar a Deus se antes não crer no que há de compreender” (Agostinho, 1995, p. 79). E, por outro lado, quer-se argumentar que a alegria de compreender leva ao servir responsável e despojado de pretensões de *status* e vanglórias. Portanto, crer leva a compreender melhor e mais aprofundadamente e quanto mais se compreende, por conseguinte, se serve com alegria e compromisso, superando as eventuais e circunstanciais dificuldades e sofrimentos que, porventura, surgirem no caminho. Busca-se, pois, com estes quatro ensaios compreender a importância imprescindível e insubstituível do evento pascal da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo na vida e na missão da Igreja e cada cristão. A Igreja, enquanto comunidade dos discípulos e missionários de

Jesus Cristo, sempre íntima ao Mestre, precisa continuamente ser capaz de expressar: “Com Jesus Cristo, a alegria renasce sem cessar” (Papa Francisco, 2013, p. 7).

A Igreja de Deus é visível e invisível. A Igreja não é meramente o visível e nem simplesmente o invisível. São pessoas que buscam a humanidade nova em Jesus Cristo. Jesus Cristo é o homem novo. A Igreja deve despertar os caídos e fortalecer a esperança. Tem a missão de viver a comunhão fraterna. A Igreja é o povo de todos os crentes. A Igreja é sinal da vida nova e esperança para todos. “A Igreja é chamada a ser sempre a casa aberta do Pai” (Papa Francisco, 2013, p. 33).

Deus renova a sua criação a partir dos que mais sofreram na primeira criação. A nova criação tem seu centro na humanidade. O homem novo começa por Jesus Cristo. O homem novo é um povo novo, uma humanidade nova. Agora, tudo é renovado: a lei, a aliança e a comunidade. A novidade reside antes do fim: a vida nova e a nova criatura entram numa vida eterna: inserem-se na ressurreição de Jesus Cristo. Esta vida é um começo de vida eterna. Na Igreja manifesta-se o Reino de Deus. A vontade de Deus é a comunhão dos homens. Deus começa a reinar onde os homens lutam para superar as formas de dominação. É a semente que vai germinando e crescendo. Neste Reino o Pai é o vencedor de todo o mal.

Como Jesus, a Igreja é enviada pelo Pai. Ela é missionária por natureza. Ela não existe por si mesma, nem para si mesma. A razão de ser da Igreja está na vontade e no projeto do Pai. A Igreja existe para realizar a obra do Pai. Ela é evangelizadora. Não pode ficar fechada em si mesma. A Igreja é convidada a servir e a evangelizar todos os povos com a força do Espírito Santo a exemplo de Jesus, servidor por excelência. Jesus se faz servidor

e escravo dos homens e mulheres todos. A Igreja segue Jesus fazendo-se servidora também. A Igreja deve seguir o caminho do serviço até a cruz. Há íntima ligação entre a cruz de Cristo e dos discípulos (Cl 1, 24). Não se trata de uma simples imitação exterior, mas de uma identificação tanto invisível como também real. “Cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (Papa Francisco, 2013, p. 19).

O Espírito foi enviado do Pai pelo Filho à Igreja para que os discípulos fossem ao mundo inteiro, até as ilhas mais remotas e mais distantes, aos rincões mais afastados. O Espírito cumpre esta missão por intermédio da Igreja. O Espírito usa a Igreja para percorrer o mundo inteiro, anunciar a libertação e despertar todos os povos. A missão existe antes da Igreja e a Igreja existe para a missão. Não existe para si mesma. O Espírito é a força que impele para fora. Não deixa a Igreja parar. Estimula-a à missão. É uma luta permanente que a Igreja tem de sair de si mesma para servir. A Igreja é convidada a ser a nova criação de Deus em Jesus Cristo pelo Espírito Santo. A razão da comunidade é Jesus Cristo. A Igreja existe para servir, ou seja, está a serviço do mundo, sendo a comunidade o lugar do serviço. Não é o lugar de um grupo de pessoas privilegiado. A comunidade existe para servir e criar relações, procurar as necessidades das pessoas. O serviço fundamental consiste em despertar para a libertação e para a vida (Mt 20, 28; Mc 10, 45; Jo 3, 17; Gl 5, 13; 1 Pd 4, 10).

Este livro está organizado em cinco ensaios. No primeiro, intitulado, *Uma busca pelo sentido da vida*, procura-se refletir sobre aspectos relevantes pelo sentido

da existência humana. Esta procura do fiel não pode ater-se tão somente ao ambiente factível e constatável no mundo sensível da finitude. É preciso ir além da visão de uma realidade física e material, urge estar aberto ao que a transcende e chegar a compreender as razões que fundamentam a beleza e a importância da fé e da esperança (IPd 3, 15) à existência humana.

O segundo ensaio, *Vida, condenação e morte de Jesus*, sustenta que o projeto de Jesus se completa na sua morte, sinal de amor até o fim. Jesus assume a cruz com liberdade e revela seu amor incondicional por nós. Jesus é o “Cordeiro que tira o pecado do mundo” (Ap 5,12; Jo 1,29). Pelo sangue de Jesus na cruz, é selada a nova Aliança. “Por acaso não vou beber o cálice que o Pai me deu?” (Jo 18,11). É o grande mistério do Pai de, em Cristo, reconciliar todas as criaturas e libertar todas as pessoas da escravidão e do pecado. Jesus, em seu amor redentor, assumiu-nos na condição de pecadores, tornando-se solidário a nós. “Deus não poupou seu próprio Filho, mas o entregou a todos nós” (Rm 8,23), a fim de que fôssemos reconciliados com Ele pela morte de seu Filho (Rm 5,10) Este é o exemplo de supremo amor de Deus para conosco. Assim, sendo vista na perspectiva da ressurreição, a morte de Jesus é o novo Êxodo, o início da nova Páscoa. O último dia de Jesus é o primeiro a partir do qual o mundo foi redimido. Da cruz de Jesus Cristo nasce um novo mundo baseado na vitória da graça sobre o pecado e na vitória da vida sobre a morte.

O terceiro ensaio, *Ressurreição de Jesus*, mostra que a paixão, morte e ressurreição de Jesus formam uma unidade indivisível. Elas constituem a totalidade de um único Mistério Pascal. É preciso, então, olhar a ressurreição de Jesus no eixo morte-ressurreição. A cruz e a sepultura de Jesus só têm significado à luz do evento pascal, ou

seja, da passagem de Jesus da morte para a ressurreição. A ressurreição dá sentido para todo Mistério Pascal e torna-se, também, o fundamento e a razão última da fé cristã. Assim, o eixo, morte-ressurreição não pode em absoluto ser separado. Logo, se por um lado, na morte tem-se o movimento de fora para dentro, ou seja, a história atinge a Deus, por outro, na ressurreição tem-se o movimento de dentro para fora, isto é, Deus atinge a história. Jesus encarnou-se, fez história, profetizou e testemunhou até a morte de cruz o amor e o compromisso com o Reino de Deus. Todavia é Ele o Ressuscitado, o Senhor, o Ungido do Pai. “Vocês mataram o autor da vida, mas Deus o ressuscitou dos mortos” (At 3,15). Esta é a experiência de fé original dos primeiros cristãos: “Jesus é o Senhor” (Fl 12,11). Jesus é o Cristo. E Cristo é o mesmo Jesus histórico. “E disso, nós somos testemunhas” (At 3,15b). A ressurreição, que é o auge da vida de Jesus e do processo da Aliança de Deus com o seu povo, funda a experiência das primeiras comunidades cristãs e do discipulado de Jesus Cristo. A ressurreição, confirmada pela vinda do Espírito Santo, é fonte de vida e entrega para o amor ao próximo, pois é máxima expressão do amor de Deus em Jesus Cristo à humanidade.

O quarto ensaio, *Jesus ensina com sabedoria e amor*, sublinha a relevante e fundamental experiência do encontro dos dois discípulos com o Senhor Ressuscitado, caracterizando, pois, Jesus Cristo como o verdadeiro mestre que ensina com sabedoria e amor os seus discípulos. Trata-se de apresentar algumas características importantes do texto, com a finalidade de mostrar Jesus, não como mais um dos mestres, sobretudo, como o verdadeiro mestre que ensina, constituindo-se, então, como um mestre que ensina com sabedoria e amor os discípulos.

O quinto ensaio, *Igreja: comunhão e participação*, trata de apresentar de maneira simples e despretensiosa os traços principais da compreensão da Igreja compreendida como comunhão e participação dos membros do Corpo de Cristo que é a Igreja, cuja Cabeça é o próprio Senhor e Mestre. Este texto, além de apresentar, especialmente, em suas considerações finais, a urgência da conversão pastoral de todos os membros da Igreja na esteira e em sintonia, sobretudo, com o Documento de Aparecida, a Exortação do Papa Francisco *Alegria do Evangelho*, e o Documento 104 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*, ele tece algumas considerações acerca da atitude da Igreja em tempos de mudança de época.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho o mundo atual. São Paulo: Loyola; Paulus, 2013.

CAPÍTULO I

UMA BUSCA PELO SENTIDO DA VIDA¹

D *ser humano se questiona continuamente.* Todos temos o poder de *questionar*. Podemos colocar tudo em questão. Colocar em questão significa *procurar, buscar, tentar, querer encontrar*. Todos procuramos o sentido de nossa existência. E sob à luz de sentido ou não-sentido da existência humana colocam-se muitas questões. Nossos desejos, nossas expectativas, jamais se satisfazem e parecem procurar outra coisa que os satisfaça e que seja como eles, isto é, infinita. Cada desejo remete para um outro desejo, o qual será também relativo não podendo ser plenamente satisfeito. Sem adentrar na natureza do desejo, eu gostaria, tentar responder, ou melhor, apresentar, antes de prosseguir a reflexão, algumas pistas de entendimento e esclarecimento acerca do conceito sentido, a fim de evitar mal entendidos e de termos, aqui, um denominador comum, pois o mesmo contém uma semântica complexa e carregada de aproximações, mas, também, de distanciamentos, e não poucas vezes, inclusive, de controvérsias. O título do ensaio, *uma busca pelo sentido de vida*, na perspectiva de oferecer uma possibilidade, provavelmente, não a única, no entanto, uma das possibilidades entre outras, que se configura como muitíssimo relevante pela busca de sentido de vida.

Sentido é um conceito polissêmico. Ainda que se tenha consciência da polissemia semântica do conceito,

¹ Esta é uma versão modifica de um capítulo de e-book, publicado, sob o título: *A busca pelo sentido da vida*. In: CALGARO, Cleide; ROCHA, Leonel Severo; SOBRINHO, Liton Lanes Pilau (Orgs.). *Covid 19: ambiente e tecnologia*. Itajaí: Editora da Univali, 2020, pp. 264-289. Agradecimento aos Organizadores por aceitarem a publicação desta versão modificada.

quer-se, ainda que de maneira quase arbitrária, sintetizar a compreensão das palavras de Clodovis Boff, com sua monumental trilogia, intitulada: *O livro do sentido*, sendo que dois já estão publicados, e, atualmente, trabalha no terceiro volume. Eis como sintetiza ele o conceito sentido:

“Sentido” é fundamentalmente “fim”. “Fim” é sempre um “valor” ou um “bem” que o ser humano e as coisas em geral buscam. Portanto, falar em “sentido da vida” é falar da “finalidade da vida” ou no “valor da vida”, real ou potencial que seja.

Ademais, o fim é uma potência extremamente ativa. É uma causa: a “causa final”. Tal causa tem o primado sobre todas as outras. É ela que confere à vida: direção ética e espiritual, razão de ser ou inteligibilidade, motivação ou estímulo para viver, esperança de chegar à própria realização, centralidade e harmonia de viver e, ainda, alegria de estar no caminho certo e encantamento ou graça em tudo o que se viver e se faz (Boff, 2014, p. 35, grifos do autor).

A respeito do sentido de vida comporta lembrar, aqui, segundo nosso parecer, que a *vida* é tomada em consideração e vista de modo muito especial pelas ciências da vida, tais como: biologia, genética, botânica, zoologia, etc., e podem nos mostrar e comprovar, ainda que a evidenciem como um espetáculo majestoso em todas as suas dimensões. Contudo, por mais que consigamos entender, explicar, compreender, precisamos ter sempre um olhar mais além, mais aberto ao entendimento científico enquanto tal (Boff, 2014, p. 36). A vida é muito mais maravilhosa e encantadora, muito mais ampla que a visão científica possa mostrar, ultrapassando, por conseguinte, a explicação da ciência, sendo, por isso mesmo, necessário ampliar o sentido da vida para dimensões e estudos não contrários à ciência, mas, antes, complementares, como é o caso, das humanidades como tal, e, mais especificamente, neste caso, a filosofia, e, também,

a teologia, especialmente para quem tem a concepção de vida aberta à eternidade, já que tal abertura é decisiva para a questão do sentido da vida temporal (Boff, 2014, p. 36). O sentido de vida comporta, portanto, estudo e explicação da ciência, compreensão e interpretação de direção, de fim, de valor e de significado (Boff, 2018, p. 12). Eis, segundo Boff, como se articulam as noções de sentido.

1) O “fim” é o “bem” que se busca, é o “valor” que importa e atrai. Pode ser designado por outros nomes, tais como: causa, ideal, paixão, objetivo, propósito, intenção, projeto.

2) O “fim” dá “sentido”, direção, rumo, orientação às coisas. Por outras, dá finalização, ordenação, destinação, movimento, foco, centro de convergência. Tal é o efeito objetivo, direto e principal de fim.

3) O “fim” dá também, e colateralmente, tudo o mais: a razão ou inteligibilidade (é como luz ou sol), motivação e esperança (é como mola ou motor), sabor ou gosto de viver (é como sal), animação e vida (é como alma), alegria, plenitude ou satisfação do coração (é como sorriso), encanto ou fascínio (é como vinho), unificação e harmonia da vida (é como mandala), segurança e tranquilidade (é como âncora ou rocha) (Boff, 2018, pp. 15-16, grifos do autor).

Permanecendo, agora, muito mais no âmbito da filosofia, podemos, grosso modo, dizer que a filosofia surgiu na cultura ocidental como uma forma de pensamento. Levantou a pretensão de pôr em questão os fundamentos da vida cotidiana, da forma de vida que o homem havia constituído para si mesmo no mundo, ou seja, surge como uma exigência de explicitar a razão de ser da *práxis* através da qual o ser humano se constrói. A razão emerge, assim, como a instância de julgamento de todas as manifestações da vida humana. Sua tarefa é tematizar a unidade na qual cada singular encontra seu sentido: assim a unidade e a multiplicidade, a presença do uno na

pluralidade é o pressuposto de tudo, a instância a partir de onde se articula o sentido de tudo. O ser do homem emerge como exigência de construir-se, ou seja, produzir uma configuração de seu próprio ser. Seu ser é, enquanto tal, abertura, indeterminação, o que em nossa tradição de pensamento o primeiro nome é de liberdade. O ser humano é um ser no mundo, um ser na totalidade dos seres. Essa totalidade nos é sempre dada, mas ao mesmo tempo é também tarefa a construir. Assim, a verdadeira realidade não é algo já acabado, mas algo essencialmente aberto. O sentido do ser do homem, diz Max Müller, é a “*essência da futuridade*”. É esta facticidade essencial que dá razão a uma das nossas características fundamentais: a *transcendência*. Enquanto contingentes, nós nunca somos seres prontos, estamos, em princípio, abertos a novas configurações de nosso ser. Liberdade é a chance permanente de novas configurações de nós mesmos e de nossas condições históricas da vida.

O ser humano é um ser de relações. Quando dizemos que o homem é um *ser-no-mundo*, estamos dizendo que ele é um ser do diálogo universal com os seres, pelo fato de ser aquele que levanta a pretensão de sentido, que tudo se questiona e tudo articula. O homem é essencialmente um ser com os outros. O homem é um ser de diálogo e assim sua liberdade é essencialmente dialógica. Seu mundo se constitui, fundamentalmente, de relações intersubjetivas. Liberdade, portanto, é a exigência sempre nova e diferente (*historicidade*) da construção de uma forma específica das relações que constituem nosso ser (*comunitariedade*). Como liberdade, experimentamos na necessidade de dever ser. Precisamos descobrir, produzir criativamente uma configuração de nosso próprio ser. Na necessidade de ter que ser está, por um lado, nossa pobreza, mas, por outro, a nossa riqueza, isto é, a

beleza e nobreza da construção do nosso ser, enquanto seres humanos em formação, sempre aberta e inacabada, visando, é claro, a realização da vida humana.

A reflexão sobre o agir revela-nos o homem como um processo indefinido de conquista de si enquanto luta pela construção histórica do reconhecimento universal. A história é a necessidade originária do homem. Porém, cada momento histórico limita e condiciona a efetivação da liberdade humana. Por sua vez, a transcendência humana é transcendência sempre limitante e situada. Por essa razão, a história só permanece humana como movimento de permanente ultrapassagem, que, segundo alguns, basta-se na versão da atual autotranscendência, de ir além de si mesmo, contínua e progressivamente. O homem percebe continuamente seus limites, daí a transcendência permanente, a passagem e ultrapassagem contínua e progressiva de seus próprios limites que lhe são impostos, justa e exatamente, por ser uma de suas características basilares, a finitude. É isso possibilita a abertura à liberdade ilimitada enquanto manifesta-se como condição última de possibilidade dele mesmo enquanto processo permanente de superação e ultrapassagem (Lima Vaz, 1997, p. 200).

O homem faz a experiência de sua finitude. Compreendendo-se como *ser de relação*, o homem faz a experiência fundamental de seu limite. Descobre-se como ser imperfeito, “necessitado de algo mais que não está em si próprio”. E quando compreendida no sentido mais genuíno do termo, “essa experiência” repercute como fundamental e determinante. Desperta no homem a possibilidade de abertura a “algo mais”, uma vez que ele não consegue esgotar a compreensão de todas as possibilidades que lhe estão abertas, ainda que enquanto possibilidade. Nesse sentido, não é possível dizer deta-

lhadamente tudo sobre *que é e o que será o homem*, ainda que, nos dias atuais, seja possível a objetivação do código genético do organismo vivo do homem, porque a vida humana é mais do que a soma dos elementos genéticos que lhe servem de vetor (Stein, 2004, pp. 171-191).

Pois bem, se minha liberdade só se efetiva no encontro com outras liberdades, mas finitas e limitadas, ainda que, também, promotoras de libertação dos aprisionamentos e limites condicionantes, mas cada uma delas, dialética e concomitante, é claro, precisa do mesmo processo reciprocamente, não conseguindo, portanto, dar o acabamento e conduzir, neste patamar horizontal, à totalidade do ser, conforme a tradição ensinou e fundamentou. Então, bem entendido, com muito maior razão pode-se chegar à convicção de que a liberdade libertadora é a liberdade absoluta enquanto condição última de possibilidade do próprio processo libertador que constitui, em última análise, a práxis humana enquanto tal. O homem encontra na liberdade absoluta a condição de possibilidade (Lima Vaz, 1997, p. 107). E, nessa perspectiva, a religião, quando séria e veraz e não como aproveitadora charlatã de oportunidades, enquanto esforço de explicitação histórico-comunitária dessa experiência humana profunda, é a radicalização da própria experiência originante do homem como experiência da exigência da liberdade solidária, e, nesse sentido, absoluta. A experiência do absoluto revela-se, então, a condição última de possibilidade do próprio processo histórico, pois é essa experiência que torna possível a ultrapassagem permanente, que caracteriza a vida humana.

Nessa perspectiva, a efetivação da liberdade exige um movimento como que, por incrível que pareça, contraditório: de um lado a construção de mundos históricos, limitados e de outro exige a transcendência permanente

do homem sobre esses mundos históricos e que só é possível com a consciência de sua limitação. “Só um homem que depositou no Infinito real sua confiança tem desde já seu desejo substancialmente satisfeito, embora não totalmente. Abrigado em Deus, ele goza de uma paz profunda, ainda que imperfeita. Por certo, seu coração pulsa ainda inquieto” (Boff, 2018, p. 99). Nesse sentido, podemos afirmar que a liberdade é tradução do Absoluto na interpretação na contingência de uma situação, no aqui e agora de uma epocalidade, nesta pessoa ou comunidade de pessoas e nesta história. A história se revela, pois, como espaço de luta pela efetivação do incondicional na contingência: liberdade só é liberdade efetiva na história enquanto sempre nova encarnação do Absoluto na condicionalidade (Lima Vaz, 1997, p. 115).

Abertura à Transcendência. Só a abertura à infinitude dá ao homem na sua consciência um valor absoluto que apreende a totalidade do ser capaz de contrastar ou contrabalançar com sua contingência. O homem não apenas está no mundo como as coisas num ambiente físico. Não apenas vive no mundo como as plantas e os animais vivem no seu ambiente biológico. Ele experimenta a si mesmo como tarefa (Oliveira, 2000, p. 120). Tem consciência de *ser-no-mundo* e pode refletir e julgar tal condição. O mundo do homem, com efeito, não se encerra num ambiente fechado e limitado exclusivamente. Não é restrito apenas a um *habitat* vital determinado. Estende-se indefinidamente. Supera todo regionalismo, expandindo-se, por assim dizer, por toda a terra, tornando o homem, por conseguinte, cidadão do mundo, como diria Adela Cortina, não fechado nele mesmo, mas sempre aberto. Daí, segundo Oliveira, a tensão que caracteriza o ser do homem:

Por um lado, como ser da mediação, da capacidade de distanciamento da imediatidade, da possibilidade de transcendência sobre qualquer facticidade, ele é pura possibilidade, a pura negatividade, a força de dissolução de qualquer facticidade e a abertura ao futuro, ao diferente, à alternativa. Por outro lado, ele só é mesmo na medida em que se efetiva por meio das obras de sua atividade. Liberdade é tanto distância absoluta como engajamento que faz surgir o novo (Oliveira, 2000, p. 120).

Assim, enquanto o homem, no plano horizontal do seu ser material, é finito e contingente, é incluído no mundo e transcendido por ele no espaço e no tempo, no plano vertical, o homem se eleva sobre o mundo inteiro e, na sua consciência e no seu espírito, transcende-o e ultrapassa-o infinitamente, podendo espiritualmente transcender as condições-limite do mundo. E na medida em que o homem sai constantemente de si mesmo e ultrapassa os limites da própria realidade, pode-se dizer ser capaz de “ir além de”. E quando essa capacidade de autotranscendência se move na direção do Infinito e do Eterno, é, então, que o homem alcança sua plena realização (Galantino, 2003, p. 162). Deus é meta última da autotranscendência. A abertura infinita é uma abertura que só Deus pode fechar e preencher, uma vez que nenhuma realização histórica da liberdade pode levantar a pretensão de esgotar a absolutidade da exigência que nos interpela. Assim sendo, o homem vai além de *si mesmo*. Dirige-se para o Absoluto para poder encontrar-se a si próprio. “O homem não sai dos confins do próprio ser para se afundar no nada, mas sai de si para lançar-se em Deus, o qual é o único ser capaz de levar o homem à perfeita realização de si mesmo” (Mondin, 1997, p. 261).

O sentido da questão acerca de Deus não poderá surgir senão implícita na questão de sentido sobre o homem (Alfaro, 1989, p. 25). Assim, só o Absoluto pode

marcar os confins da projetualidade humana e, ao mesmo tempo, doar ao homem as forças para levá-la a termo (Mondin, 1997, p. 404). Logo, quando feita na radicalidade e bem compreendida, a experiência de Deus não é limitadora, não é amedrontadora, não é ópio e ócio, mas, pelo contrário, é comprometimento com o sentido último de nossa existência, carregado, do início até fim, de sentido de liberdade, uma vez que, segundo a velha e rica tradição dos Santos Padres, de maneira livre, pode-se afirmar: “*Deus prefere correr o risco da resposta a tirar-lhe o direito de ser livre*”. Ou ainda, segundo Panikar (2007, p. 76): “A experiência de Deus, enquanto experiência última, é uma experiência não só possível, mas também necessária para que todo ser humano chegue à consciência de sua própria identidade. O ser humano chega a ser plenamente humano quando faz a experiência de seu último ‘fundamento’, do que realmente é.”

A abertura à transcendência faz emergir no homem a consciência da provisoriedade. É precisamente a consciência do absoluto que faz emergir a provisoriedade estrutural da vida humana. Todo mundo histórico é negado como absoluto e pretensão da efetivação da liberdade solidária. Por isso, a consciência religiosa é consciência provocadora. Assim, a consciência religiosa, enquanto consciência do absoluto, é o tribunal da história. Foi precisamente nesse sentido que o absoluto emergiu aqui como condição última de possibilidade do processo de autogênese do homem enquanto processo histórico. Religião é liberação do aprisionamento definitivo do homem em qualquer finitude, e, portanto, possibilitação da transcendência que caracteriza a história. “Com efeito, esse *lugar* irá definir a própria *essência* do homem e é a partir dele que o homem tentará descrever a rota do seu destino. É, pois, sobre a questão em

todo do *lugar ontológico* do homem que irá elevar-se e tronar-se preponderante a interrogação sobre a *transcendência*” (Lima Vaz, 1997, p. 204, grifos do autor). A história só é possível enquanto referência ao absoluto. Daí o paradoxo da nossa história humana: “a liberdade finita é portadora de uma exigência infinita, absoluta, incondicional; assim a práxis emancipatória, enquanto criador do espaço do reconhecimento solidário, emerge como portadora de exigência absoluta, pois o que está em jogo nela, em última análise, é a aceitação, por parte das liberdades finitas, do apelo da própria liberdade infinita” (Oliveira, 1993, p. 186).

Assim, podemos afirmar que o absoluto emerge como a dimensão última possibilitadora do processo de antropogênese como liberdade libertadora das liberdades humanas. Só a consciência do absoluto é capaz de legitimar, de modo incondicionado, a exigência ética da práxis libertadora (Oliveira, 1993, p. 189), sem, no entanto, cair na ideia de que a tese ética seria suficientemente o bastante por toda a vida. Com outras palavras, o sentido último do homem é o Deus vivo, que é e pode parecer, paradoxalmente, tanto transcendente, como também imanente, pois o ser humano, em última análise, quer necessariamente não apenas um sentido para isso ou aquilo, mas um sentido último para tudo, e este, por sua vez, só pode ser o Deus vivo (Boff, 2018, pp. 102-103).

Deus é o Deus conosco. De acordo com São Paulo, na Carta aos Filipenses, o encontro do ser humano se dá com o Deus vivo, com o Deus conosco, com o Deus Pai de Jesus Cristo, com o Deus que se baixou e veio a nós para nos visitar e nos elevar para junto de si. “Jesus Cristo, existindo em condição divina, não fez do ser igual a Deus uma usurpação, mas ele esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de escravo e tornando-se igual aos

homens. Encontrado com aspecto humano, humilhou-se a si mesmo, fazendo-se obediente até a morte, e morte de cruz” (Fl 2, 6-8). Com e em Jesus Cristo, Filho, Deus nos visitou e esteve em “carne” e “osso” presente entre nós. Deus ama. Deus sai de si e vem a nós. Deus é amor, não se cansa de afirmar São João. O Filho de Deus, Jesus Cristo, manifesta e mostra o rosto de Deus. Revela-se como Aquele que se compadece, como Aquele que ama, como Aquele que perdoa, como Aquele que cura feridas, como Aquele que cuida e atende, de maneira especial, aos feridos, aos fracos, aos cambaleantes, aos órfãos, às viúvas, aos estrangeiros, aos pobres de maneira geral. É o Deus da misericórdia e não dos sacrifícios e holocaustos. Ele, Jesus Cristo, o Filho de Deus, mostra-nos como Deus ama e como Ele se aproxima de quem mais precisa. Ele se esvazia para nos preencher de amor e vida. Não é o caminho do poder, da ascensão política, do *status* privilegiado. Trata-se de perceber, aqui, o movimento do caminho de Deus. É o caminho descendente que termina na cruz. É o caminho do amor despojado e da entrega total até o fim.

Ele, o nosso Deus, que é Pai, Filho e Espírito Santo, é o Deus conosco, é o Deus vivo, é o Deus da vida, é o Deus do sentido último, e, nas palavras de Santo Agostinho, no livro, *Confissões*, poderíamos dizer que Deus, simultaneamente, é o que está acima de nós, e, também, o mais íntimo de nós: “*interior intimo meo et superior summo meo*” (1997, III, 6, 11). Para Agostinho, o ser humano não seria capaz apenas de linguagem com os outros. Ele é capaz de linguagem interior. É capaz de falar consigo próprio. De modo metafórico pode-se dizer ser a capacidade do homem de penetrar dentro de si mesmo e, conseqüentemente, sentir a necessidade do outro. Significa voltar-se para si mesmo numa atitude

reflexiva. Significa, em outras palavras, voltar-se para a interioridade. Agostinho introduziu a interioridade da reflexão radical e legou-a à tradição ocidental do pensamento. “A virada de Agostinho para o *self* foi uma virada para a reflexão radical, e foi isso que tornou a linguagem da interioridade irresistível” (Taylor, 1997, p. 174).

Salienta-se que a perspectiva agostiniana sofreria injustiça se ela fosse denominada sem um rigoroso juízo como uma atitude solipsística. “A luz interior é aquela que brilha em nossa presença para nós; é aquela inseparável do fato de sermos criaturas com um ponto de vista de primeira pessoa” O que a diferencia da luz exterior é exatamente o que torna a imagem da interioridade tão fascinante: ela ilumina aquele espaço onde estou presente para mim” (Taylor, 1997, p. 174). Assim, para Agostinho, diferentemente dos modernos, a busca mais íntima em nós resulta na busca de Deus. O passo para a interioridade é o passo para Deus. Na interioridade está a principal rota que leva para Deus, porque Deus não é apenas o objeto transcendente, mas é o próprio alicerce básico e o princípio subjacente à atividade cognoscitiva do sujeito cognoscente (Taylor, 1997, p. 172). Afirma Agostinho: “Quem conhece a Verdade, conhece a Luz Imutável, e quem a conhece, conhece a Eternidade. O Amor conhece-a! Ó Verdade eterna, Amor verdadeiro, Eternidade adorável! Vós sois o meu Deus! Por Vós suspiro noite e dia” (Agostinho, 1997, VII, 10). E, muito provavelmente, nessa linha de pensamento é que podemos compreender a lapidar expressão de Agostinho (1997, I, 1): “[...] fizeste-nos para ti, e inquieta está o nosso coração, enquanto não repousa em ti”.

Pois bem, dito isso, eu gostaria, finalmente, de apresentar muito espontaneamente, a partir de quatro breves teses, iluminadas pela articulação e atuação destacadas

do Papa Francisco, saliente, no entanto, que não é propósito meu explorar minuciosamente tais teses. O Papa Francisco nos convida à conversão e à mudança radical, assumindo, convicta e responsabilmente, o cuidado pela vida de todos os seres vivos no Planeta, bem como de toda a humanidade integralmente. Portanto, apesar de todo o sofrimento, de toda a dor, de toda a angústia, de todo medo, e de todas as mortes, quando, por assim dizer, vistos com os olhos, com os ouvidos, com o coração, com a inteligência e a sabedoria, enquanto *participação* da razão divina, e, com e além disso, quando o compromisso com a vida e o bem comum forem assumidos por todas as pessoas em todas as áreas, podemos afirmar, sem sombras de dúvida, que tudo pode vir a tornar-se um grande ensinamento e oportunidade para a tomada de consciência solidária responsável de que todos somos e fazemos parte, enquanto criaturas, deste belo e amoroso projeto da Criação de Deus que é amor (IJo 4,7).

(1) *O Cristianismo mais do que uma ideia ou uma doutrina é o encontro com uma Pessoa: Jesus Cristo.* É claro, e não há dúvidas, de que o Cristianismo é também uma longa Tradição e tem toda uma doutrina debatida, questionada e bastante consolidada. Porém, não apenas o Papa Francisco, mas, também, o Papa Bento XVI, não cansam de afirmar que o Cristianismo mais que uma doutrina é um encontro pessoal de intimidade com Jesus Cristo. A novidade do Novo Testamento não está em novas ideias, mas na própria figura de Cristo, que dá carne e ossos aso conceitos, diz o Papa Bento XVI, na carta encíclica, *Deus caritas est*, número 12. No entanto, ainda na introdução dessa carta encíclica, no número 1, *Deus caritas est*, afirma o Papa Bento XVI: “Ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma

Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo”. E, tomando em conta essa ideia do Papa Bento XVI, o Papa Francisco (2013), na exortação apostólica, *Evangelii Gaudium*, afirma no número 8:

Somente graças a esse encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro.

(2) *A raiz da crise ecológica é a crise humana.* Muito provavelmente a raiz da crise ecológica contemporânea pode ser buscada, dentre outras causas, (a) no acirramento, na supervalorização do sujeito, na *performance* do indivíduo, (b) consequência da economia do mercado, e, conseqüentemente, da globalização, (c) da submissão da política aos mandos econômico-financeiros, ou então, (d) da primazia da economia com relação, tanto à vida humana, como também, à de todos os seres vivos, mas, outrossim, questionar e sugerir que este momento pode ser um marco para a mudança de paradigma, uma vez que, faz-se urgente assumir responsabilmente a ecologia integral. Afirma o Papa Francisco (2015), na carta encíclica, *Laudato Si'*, número 119:

A crítica do antropocentrismo desordenado não deveria deixar em segundo plano também o valor das relações entre as pessoas. Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as nossas relações humanas fundamentais. Quando o pensamento cristão reivindica, para o ser humano, um valor peculiar acima das outras criaturas, suscita a valorização de cada pessoa humana e, assim, estimula o reconhecimento do outro. A abertura a um “tu” capaz de conhecer,

amar e dialogar continua a ser a grande nobreza da pessoa humana. Por isso, para uma relação adequada com o mundo criado, não é necessário diminuir a dimensão social do ser humano nem a sua dimensão transcendente, a sua abertura ao “Tu” divino. Com efeito, não se pode propor uma relação com o ambiente, prescindindo da relação com as pessoas e com Deus. Seria um individualismo romântico disfarçado de beleza ecológica e um confinamento asfíxiantes na imanência.

(3) *O princípio do bem comum*. O Papa Francisco não foi o primeiro na história e ele não é o único a atentar para a importância do bem comum. Contudo, para este trabalho, queremos recordar de modo muito particular o Papa Francisco por conta de uma razão bem importante. Ele apresenta o conceito de bem comum de modo inseparável ao da ecologia humana. Ou seja, a pretensão do Papa Francisco (2015), na *Laudato Si'*, número 156, é a de mostrar que “[...] a ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, princípio esse que desempenha um papel central e unificador na ética social”. O conceito de bem comum torna-se importante, pois ele sustenta um respeito pela pessoa humana e almeja um desenvolvimento integral, que também toma em conta o cuidado pelo nosso Planeta, e, conseqüentemente, pela sua preservação. “Portanto, urge superar o divórcio entre a Natureza e o ser humano. Essa mudança histórica e civilizatória é o maior desafio da Humanidade, se é que não se deseja colocar em risco nossa própria existência” (Acosta, 2016, p. 36). Essa maneira do Papa Francisco (2013) de agregar a dignidade humana ao bem comum, já estava presente, na *Evangelií Gaudium*, número 203: “A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política econômica, mas às vezes parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspectivas

nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral”. Muito embora, na *Laudato Si'*, o Papa Francisco (2015) acrescente à noção de bem comum outro conceito importantíssimo para a nova e imprescindível maneira de pensar e agir, a saber, a justiça intergeracional, trata-se de conceber um desenvolvimento sustentável com vistas à solidariedade intergeracional. Ou seja, não basta apenas defender a ideia de ser necessário preocupar-se com as gerações futuras, é preciso, outrossim, ter consciência de que é a própria dignidade humana que está em jogo, em última análise, ao se tratar da crise ecológica mundial, aqui, referenciada como crise integral. O Papa Francisco (2015), na *Laudato Si'*, número 159, afirma:

A noção de bem comum engloba também as gerações futuras. As crises econômicas internacionais mostraram, de forma atroz, os efeitos nocivos que traz consigo o desconhecimento de um destino comum, do qual não podem ser excluídos aqueles que virão depois de nós. Já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional. Quando pensamos na situação em que se deixa o planeta às gerações futuras, entramos em outra lógica: a do dom gratuito, que recebemos e comunicamos. Se a terra nos é dada, não podemos pensar apenas a partir de um critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual. Não estamos falando de uma atitude opcional, mas de uma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que hão de vir.

(4) *A alegria de viver é servir*. De um modo ou de outro, podemos afirmar que o Papa Francisco, se nossa interpretação estiver correta, tem apresentado e defendido com muita singeleza, clareza e testemunho a ideia de que a beleza da vida é servir. Poderíamos, muito provavelmente, atribuir-lhe a seguinte interpretação: “Quem não vive para servir, não serve para viver”. Nesse sentido, a vida é dom de Deus. Ninguém escolhe família,

lugar, época, circunstâncias de nascimento. Nós somos trazidos à existência. Com o nascimento, inicia-se uma nova etapa da vida. Etapa essa que exige a colaboração de muitas pessoas. Nós, aos poucos, crescemos e nos tornamos adultos. A vida humana, desde a sua concepção, é envolta de sublime participação de tantas pessoas. A vida exige muita participação e colaboração. A vida é relação. Ela é tecida de uma teia de relações do seu início ao seu fim. Ou seja, com o passar dos anos, a vida de cada um de nós vai se articulando de muitas e variadas formas. A vida não nasce pronta. Ela precisa ser construída. É tarefa inadiável de cada um projetar sua vida. É projeto aberto e inacabado. É processo de responsabilidade pessoal. É caminho a ser assumido pessoalmente ainda que intermediado pela participação de tantas pessoas. Cada um precisa lançar-se à busca de seus objetivos e de sua realização na vida, pois ninguém tem garantido, de antemão, com toda segurança, seu caminho e sua realização pessoal.

Assim sendo, da consciência cristã de que a vida, enquanto dom de Deus, é intransferível e inegociável e de responsabilidade pessoal ante a felicidade e a realização pessoal, surge a convicção de que Deus, enquanto amor e liberdade, chama-nos a amar e a responder ao seu amor em liberdade. Deus ama a pessoa e chama-a a amar. Porque amada por Deus, desde sua concepção, a pessoa é convidada a amar e a agir com amor e liberdade. Que, do amor incondicional de Deus, a criatura se possa amar com gratuidade e alegria, pois quem ama permanece em Deus. “Deus é amor: quem permanece no amor, permanece em Deus, e Deus permanece nele” (1 Jo 4,16). E permanecer com Deus significa comprometer-se com sua obra criadora e seu projeto de vida, que é de amor e liberdade. Quem concebe a vida como dom, quem

se sente amado por Deus, sabe que sua vocação ao amor é-lhe intrínseca. Permanecer em Deus implica permanecer também com suas criaturas. Assim, a pessoa, em sabendo ser a vida um projeto a construir com responsabilidade, um caminho a trilhar, paulatina e progressivamente, rumo à realização mais elevada, toma consciência de que a alegria da vida precisa ser partilhada e anunciada. Viver é amar. Amar é servir. E não há amor sem gratuidade e serviço, pois a atitude de quem tem a vida integrada é o serviço gratuito e alegre.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver*. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997. (Patrística; 10).
- AGOSTINHO. *Soliloquios*. São Paulo: Paulus, 1998. (Patrística; II).
- ALFARO, Juan. *De la cuestion del hombre a la cuestion de Dios*. 2. ed. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1989.
- APEL, Karl-Oto. *Estudios éticos*. Barcelona: Alfa, 1986.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- BOFF, Clodovis. *O livro do sentido*. Crise e busca de sentido hoje (parte crítico-analítica). São Paulo: Paulus, 2014. v. 1.
- BOFF, Clodovis. *O livro do sentido*. Qual é, afinal, o sentido da vida? (parte teórico-construtiva). São Paulo: Paulus, 2018. v. 2.
- BRACHTENDORF, Johannes. *Confissões de Agostinho*. São Paulo: Loyola, 2008.
- CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo*. Para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- GALANTINO, Nunzio. *Dizer homem hoje: novos caminhos da antropologia filosófica*. São Paulo: Paulus, 2003.
- LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de filosofia*. Filosofia e cultura. São Paulo: Loyola, 1997. v. 3.

- MONDIN, Batista. *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica. São Paulo: Paulus, 1997.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Diálogos entre razão e fé*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética da racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- PANIKAR, Raimon. *Ícones do mistério*. A experiência de Deus. São Paulo: Paulinas, 2007.
- PAPA BENTO XVI. *Carta encíclica: Deus caritas est*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica: Laudato Si'. Louvado sejas*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.
- PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica: Evangelii GaudiumI. A alegria do Evangelho*. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola; Paulos, 2013.
- STEIN, Ernildo. *Exercícios de fenomenologia*. Limites de um paradigma. Ijuí: Unijui, 2004.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

CAPÍTULO 2

VIDA, CONDENAÇÃO E MORTE DE JESUS²

Para compreender o tema em sua amplitude, *vida, condenação e morte de Jesus*, é preciso ter diante dos olhos alguns aspectos, que por ora, pode-se denominá-los de introdutórios, os quais, nesta reflexão, não têm o sentido de serem preliminares, mas, antes, exigência à compreensão mais abrangente das razões da *condenação e morte de Jesus*.

Jesus é o dom gratuito do Pai. Sendo de condição divina, Jesus Cristo fez-se totalmente humano, esvaziou-se da condição divina para viver conosco (Fl 2,6-8). Deus revela-se como um Deus muito humano. Nada do que é humano é indiferente a Deus. A grande Revelação de Deus é a humanidade. A humanidade de Jesus marca definitivamente a abertura e o acesso à vida de Deus. Agora, o encontro com Deus se dá não necessariamente no Templo, mas em Jesus Cristo. Ninguém vai ao Pai senão por mim, diz Jesus (Jo 14,6). Deus se faz carne e vem habitar entre nós. Jesus Cristo se faz humano e servidor, tornando-se como graça de Deus. O Pai vem ao encontro da humanidade pelo seu Filho e convoca a todos para o seguimento de Seu Filho, Jesus Cristo a partir do anúncio e concretização de Reino de Deus. Através de sua pessoa e seu testemunho, Jesus é a irrupção do Reino de Deus em palavras e ações, nas dimensões do dom e tarefa, na perspectiva do *já e ainda-não*. O presente inaugura a

² Este texto foi escrito para a palestra: *Condenação e Morte de Jesus*. Esta palestra faz parte e está inserida no Projeto Fé e Cultura na Igreja São Pelegrino, em março de 2013, em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Posteriormente, o texto foi publicado na Revista *Vida Pastoral*. Agradecimento ao Editor da Revista. NODARI, Paulo César. O sentido da condenação e morte de Jesus. *Vida Pastoral*, v. 295, p. 09-18, 2014.

plenitude de salvação futura e o futuro penetra e esclarece o presente como tempo de decisão para alcançá-lo através da libertação dos males que oprimem os homens.

Jesus vem em nome do Pai para fazer a vontade do Pai. Em Jesus Cristo se dá a irrupção do Reino de Deus. É o divino que invade a história. Jesus não prega a si mesmo, mas algo distinto de si mesmo, o Reino de Deus. Jesus foi fiel servidor do Reino. Ele é *servo de Deus*. Toda a vida de Jesus deve ser compreendida a partir do Reino e este, por sua vez, só pode ser compreendido a partir da entrega total de Jesus. Em Jesus, portanto, revela-se um Deus descentralizado. Ou seja, tem-se a manifestação de um Deus que vive para fora, isto é, vive totalmente para o outro. Jesus apresenta-se como radicalmente livre das leis opressoras da época e aponta para o caminho de liberdade, tendo o Reino de Deus como o centro de sua pregação e de sua vida. “O tema do ‘Reino de Deus’ penetra toda a pregação de Jesus. Só o podemos compreender a partir da totalidade da sua pregação” (Ratzinger, 2007, p. 70). É o ponto-chave de compreensão de toda a vida do Filho, dando sentido e concretizando a missão histórica de Jesus. Ele assume, na força e presença do Espírito Santo, a radicalidade da pregação do Reino de Deus, pois ele não veio pregar a si mesmo, contudo o Reino de Deus, sendo-lhe dada pelo Espírito Santo energia e autoridade na pregação. No entanto, a sua autoridade não está de acordo aos moldes das autoridades humanas, pois sua autoridade gera conflitos não somente com seus inimigos e adversários, mas, também, com seus conterrâneos. É uma autoridade que vem à tona por conta própria, ou seja, impõe-se por si própria. Ela se impõe pela verdade. Se a presença do Espírito Santo faz Jesus ser fiel ao Reino de Deus, então, para conhecer Jesus, é preciso fazer a

experiência que Ele faz do Espírito Santo, pois Nele o Espírito Santo desceu, permaneceu, habitou, repousou em plenitude e encontrou-se à vontade como se estivesse em sua própria casa.

Jesus foi fiel a sua opção pelo Reino até o fim. Em Jesus Cristo, Deus se revela plenamente. Assim, não se pode compreender Jesus sem a perspectiva do Reino de Deus e nem o Reino de Deus, sem Jesus Cristo. O Reino de Deus revela não só a pessoa de Jesus, que é a personificação do Reino, todavia, revela, também, em Jesus a face de Deus. O Deus de Jesus Cristo é o Deus do Reino. O projeto de vida de Jesus é o anúncio do Reino de Deus, dom de Deus que vem ao nosso encontro, porque somos pecadores e imperfeitos. “O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia” (Mt 1,15). Jesus resgata a linha-mestre dos profetas e estabelece o núcleo em torno da justiça e da vida. “O espírito Santo está sobre mim, porque ele me consagrou com unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor” (Lc 4,18-19). Jesus atua como servo (Fl 2,7). Jesus vive. Ele testemunha e proclama com fidelidade o Reino. Jesus o mostra presente por meio de sinais, prodígios e milagres, que não revelam um Jesus “milagreiro”. Eles são sinais concretos que revelam a chegada do Reino de Deus. Evangeliza os pobres e se faz pobre com eles. Jesus quer garantir a vida aos que são incapazes de garanti-la por si mesmos e põem toda a força em Deus. Assim, o Reino de Deus é dos pobres não por privilégio, porque é o modo próprio de “ser de Deus”. Toda ação de Jesus é a promoção da solidariedade entre os homens e mulheres, denunciando as estruturas de morte e anunciando

a vida que está Nele. Jesus anuncia a prática do amor como dimensão protagonizadora do Reino de Deus. O serviço de Jesus ao Reino se dá no amor que leva à vida e à comunhão de tudo e de todos em Deus. Em sendo assim, por meio do sangue de Jesus, assumido e derramado com liberdade na cruz, Jesus selou a definitiva aliança de amor.

O Filho do Homem veio para dar a sua vida em resgate de muitos. Jesus não morrera, mas fora morto, tornando-se, assim, mártir, ou seja, testemunha fiel da sua missão como resposta ao desejo de Deus. Jesus dá sua vida, gasta sua vida pelo Reino de Deus, porque é o Filho Amado, o Predileto, o Eleito, o Primogênito, o Unigênito, o Enviado, o Administrador Plenipotenciário do Pai. Tudo foi entregue às mãos do Filho pelo Pai. O Pai entrega ao Filho a missão do Reino. O Pai confia plenamente no Filho. Tem fé no Filho. Nele o Pai tem todo o Seu bem querer. Assim, se o Pai tem fé no Filho, então a fé filial advém da fé paternal. O Filho torna-se Companheiro, Filho, Adulto, Amigo. O Filho adere à fé do Pai. Ele aprende a obediência através de seus sofrimentos, obediência esta não disciplinar, contudo, profética. O Pai dá ao Filho a grandeza de revelar o Seu amor por toda a humanidade. Então, diz Jesus: quem vê o Filho, vê o Pai. Ninguém conhece o Pai, senão, o Filho e aqueles a quem o Filho der a conhecer (Jo 14,1-6). O Filho é o revelador do Pai e o Pai é o revelador do Filho. Meu Pai é vosso Pai e meu Deus é vosso Deus. Assim, o caminho para o encontro com Deus é Seu Filho, isto é, sua condição humana. Não mais é preciso, por conseguinte, sair da condição humana para encontrar Deus. Tem-se agora a condição para conhecer Deus. Para conhecer Deus, precisa-se conhecer o Filho. Portanto, se Deus se revela no Filho, então, Deus em Jesus Cristo, primeiro,

revela-se como irmão e, somente depois, revela-se como Pai. O encontro com o Pai se dá, pois, no Filho.

A oração de Jesus. Na oração de Jesus no Monte das Oliveiras, Jesus fala com o Pai. Percebe-se na oração de Jesus, primeiro, a experiência primitiva do medo, depois, a turvação diante do poder da morte, e, também, o pavor perante o abismo do nada, que faz Jesus tremer, ou melhor, suar gotas de sangue (Lc 22,44). Aquele que é vida sente advir sobre Si todo poder de destruição. Em Jesus vê-se o duelo entre luz e trevas, vida e morte. Manifesta-se não apenas uma angústia, mas o verdadeiro drama da escolha que caracteriza a vida humana. “Precisamente porque é o Filho, vê com extrema clareza toda a amplitude da maré imunda do mal, todo o poder da mentira e da soberba, toda a astúcia e atrocidade do mal, que se apresenta como a máscara da vida, mas serve continuamente à destruição do ser, à deturpação e ao aniquilamento da vida” (Ratzinger, 2011, p. 145). A cruz da obediência livre e fiel marca a passagem da vontade do Filho à vontade do Pai.

Assim, a oração “não se faça a minha vontade, mas a Tua” (Lc 22,44) é verdadeiramente uma oração do Filho ao Pai, na qual a vontade humana natural foi totalmente arrastada para dentro do Eu do Filho, cuja essência se exprime precisamente no “não Eu, mas no Tu”, no abandono total do Eu ao Tu de Deus Pai. Mas este “Eu” acolheu em Si a oposição da humanidade e transformou-a, de tal modo que agora, na obediência do Filho, estamos presentes todos nós, somos todos arrastados para dentro da condição de filhos (Ratzinger, 2011, p. 150).

A condenação de Jesus. Jesus é condenado, fundamentalmente, porque atingiu o centro da vida do Templo. A aristocracia do Templo exerce uma liderança sobresaliente na condenação de Jesus. O sumo sacerdote que se destaca é Caifás. Os sumos sacerdotes mantinham-se

no poder na medida em que faziam a vontade de Roma e buscavam manter a ordem. Jesus, com seu gesto no Templo, está tumultuando a ordem estabelecida. Ele se torna um perigo. “Sua atuação contra o templo é uma ameaça à ordem pública suficientemente preocupante para entregá-lo ao prefeito romano” (Pagola, 2011, p. 454). Jesus atreveu-se a desafiar publicamente o sistema do templo. A ordem pública está em perigo. Não há perigo ao poder do Império Romano, pois o Reino anunciado por Jesus não é de violência e não dispõe de legião alguma. E, por sua vez, a essência do Reino de Deus é o testemunho da verdade e não o poder. A verdade do Reino de Deus desmascara a promiscuidade entre poder e mentira, a busca de poder e prestígio em nome de Deus que havia na época. O Reino de Deus, pelo contrário, alicerça-se na verdade. Com Jesus, aparece a verdade como essência do Reino de Deus. “O mundo é ‘verdadeiro’ na medida em que reflete Deus, o sentido da criação, a Razão eterna donde brotou. E torna-se tanto mais verdadeiro quanto mais se aproxima de Deus. O homem torna-se verdadeiro, torna-se ele mesmo quando se conforma a Deus” (Ratzinger, 2011, p. 176). Para Jesus, “dar testemunho da verdade” significa realçar a vontade de Deus face aos interesses do mundo e às potências do mundo.

A razão de fundo é clara. O reino de Deus defendido por Jesus põe em questão ao mesmo tempo toda aquela armação de Roma e do sistema do templo. As autoridades judaicas, fiéis ao Deus do templo, veem-se obrigadas a reagir: Jesus estorva. Invoca Deus para defender a vida dos últimos. Caifás e os seus servos o invocam para defender os interesses do templo. Condenam Jesus em nome de seu Deus, mas, ao fazê-lo, estão condenando o Deus do reino, o único Deus vivo em quem Jesus crê. O mesmo acontece com o Império de Roma. Jesus não vê naquele sistema defendido por Pilatos um mundo organizado segundo

o coração de Deus. Ele defende os mais esquecidos do Império; Pilatos protege os interesses de Roma. O Deus de Jesus pensa nos últimos; os deuses do Império protegem a *pax romana*. Não se pode, ao mesmo tempo, ser amigo de Jesus e de César; não se pode servir a Deus do reino e aos deuses estatais de Roma. As autoridades judaicas e o prefeito romano movimentaram-se para assegurar a ordem e a segurança. No entanto, não é só uma questão de política pragmática. No fundo, Jesus é crucificado porque sua atuação e sua mensagem sacodem pela raiz esse sistema organizado a serviço dos poderosos do Império romano e da religião do templo. É Pilatos quem pronuncia a sentença: “Irás para a cruz”. Mas essa pena de morte está assinada por todos aqueles que, por razões diversas, resistiram ao seu chamado de “entrar no reino de Deus” (Pagola, 2011, p. 463).

Os atos que antecedem a crucificação. O centro da mensagem de Jesus é o Reino de Deus. Jesus apresenta a nova realeza. E o centro da mesma é a verdade. “A instauração dessa realeza como verdadeira libertação do homem é o que interessa” (Ratzinger, 2011, p. 178). Todavia, antes da sentença final, há ainda um interlúdio dramático, dividido em três atos. O primeiro ato é a apresentação que Pilatos faz de Jesus como candidato à *anistia pascal*. A questão toda é que só receberia a anistia quem fosse condenado por uma situação fatal. E em Jesus, Pilatos não encontra nada que o possa acusar e ser condenado. Pilatos não consegue quebrar a lógica e o nexos entre poder e mentira. Ele é incapaz de dizer não ao projeto perverso de opressão do povo pobre e dos que são condenados injusta e inocentemente. O segundo ato é *flagelação de Jesus*. A flagelação era a punição alicerçada no código penal romano, infligida como castigo concomitante da condenação à morte (Ratzinger, 2011, p. 180). É um ato que aparece durante o interrogatório, concedido ao prefeito em virtude de seu poder, concedido pelo imperador. E o terceiro ato é a *coroação*

de espinhos. Esta representava na verdade a zombaria contra quem quisesse ser rei. Os soldados se comprazem com a mesma, porque despejam toda a sua raiva contra os poderosos na vítima expiatória. Em Jesus condenado se apresenta o “*Ecce homo*” (Ratzinger, 2011, p. 182). A condenação com a finalidade de não causar reboliço na ordem está acima da justiça.

“*Ecce homo*”: espontaneamente essa expressão adquire uma profundidade que ultrapassa aquele momento. Em Jesus, aparece o ser humano como tal. N’Ele se manifesta a miséria de todos os prejudicados e arruinados. Na sua miséria, reflete-se a desumanidade do poder humano, que desse modo esmaga o impotente. N’Ele se reflete aquilo que chamamos “pecado”: aquilo em que se torna o homem quando vira as costas a Deus e, autonomamente, toma em sua mão o governo do mundo.

Mas é verdade também o outro aspecto: não se pode tirar de Jesus sua dignidade íntima. N’Ele continua presente o Deus escondido. Também o homem açotado e humilhado permanece imagem de Deus. Desde quando Jesus Se deixou açotitar, precisamente os feridos e os açotados são imagem do Deus que quis sofrer por nós. Assim, Jesus no meio da sua paixão, é imagem de esperança: Deus está do lado dos que sofrem (Ratzinger, 2011, p. 182).

A morte de cruz caracteriza desprezo e humilhação. A fidelidade de Jesus ao Reino de Deus leva à superação de toda tentação de usar o poder do Espírito Santo como apropriação. Segundo Lucas, Jesus toma resolutamente a decisão de ir para Jerusalém. É decisão firme e resoluta (Lc 9,51-52). Para Lucas, cada passo é um passo definitivo e não há regresso. Jesus endureceu o rosto para Jerusalém. É o grande momento da decisão e da fidelidade. Jesus sabia do possível confronto em Jerusalém. Sabia que, por algum pecado ou ofensa religiosa, o profeta seria lapidado. Jesus podia ter esperado a lapidação, mas não a morte por crucificação. Nesse sentido, como

consequência, tem-se que Jesus nem sequer é morto com a dignidade de profeta. Morre crucificado. A crucificação era sinal de castigo aos escravos e tinha a intenção de aterrorizar a população e servir assim, enquanto ato público, de exemplo de castigo (Pagola, 2011, p. 465). Com outras palavras, Jesus não morre com sentido religioso, pois a cruz tira-lhe o sentido religioso da morte. A morte de cruz de Jesus tem caráter de humilhação. A cruz tira o mérito de Jesus enquanto profeta.

Na cruz, Jesus, pelo amor incondicional, prova sua realeza e poder. A cruz não é só o sofrimento do Filho. É a dor do Pai que sofre a morte do Filho em seu amor. O óbvio começa a ser visto. O Filho sofreu a crucificação e morreu. Mas quem sofreu por último sua morte e sua perda foi também o Pai. Na perda do Filho, o Pai perdeu sua paternidade, todo o sentido do seu existir como Pai e como Deus. “A dor do Filho é a ‘dor’ do Pai. Este não é somente aquele que recebe o ato de entrega de Jesus; é ao mesmo tempo aquele que oferece e, em certo sentido, se oferece ao oferecer o Filho ao mundo” (Roccheta, 2002, p. 300). Atingido pela morte, na dor e na perda, o Pai, na presença do Espírito, também conhece e experimenta a morte do Filho Amado, segundo a espantosa afirmação da tradição cristã: Deus morreu. O sofrimento de Jesus deve ser visto no sofrimento do amor de quem se abre à mortalidade e à dor dos outros. É o sofrimento que engrandece Aquele que sofre. Alarga seus ombros e seu regaço, carregando sobre si a mortalidade do outro e sua dor (Susin, 1997, pp. 111-151). “A morte de Jesus é o ato supremo da sua liberdade e do seu amor. Vive a obediência total em união com o Pai. O Filho do Homem foi levantado para atrair todos a si e ao Pai” (Grupo Fonte, 2013, p. 154). O amor de Jesus pela criatura humana faz com ele assuma incondicionalmente a realidade decaída

e corrompida da criatura que se afastou do amor para resgatá-la em sua essência e entregá-la ao amor do Pai (Grupo Fonte, 2012, p. 140). Mesmo diante da dor extrema, Jesus não se desvia do desígnio do Reino de Deus. Jesus vive a entrega à vontade do Pai com plena liberdade e gratuidade. “A cruz testemunha o imenso e eterno amor que flui do coração do Pai” (Grupo Fonte, 2012, p. 140). O que o Pai quer não é que matem o Filho, mas que o Filho viva o seu amor até as últimas consequências. Jesus morreu como viveu, ou seja, morreu amando até o fim.

Deus não pode evitar a crucifixão, porque para isso deveria destruir a liberdade dos seres humanos e negar-se a si mesmo como Amor. O Pai não quer o sofrimento e o sangue, mas não se detém nem sequer diante da tragédia da cruz e aceita o sacrifício de seu Filho querido unicamente por amor insondável para conosco. Assim é Deus (Pagola, 2011, p. 345).

A cruz revela o poder e as forças do mal. Na cruz, perpassa a infidelidade da humanidade ao projeto de Deus. A morte de Jesus realiza a radical experiência humana do abandono. Na cruz, Jesus experimenta o fracasso de seu projeto. Ele sente o abandono, até mesmo daqueles que o acompanharam durante toda a vida. É o escândalo e a humilhação máxima a alguém. Na cruz, Jesus sofre e morre. Para uma verdadeira compreensão do sofrimento de Jesus, é preciso, no entanto, elaborar algumas considerações a respeito do sofrimento de Jesus: ~ não é um sofrimento como pena, como pagamento de uma culpa por Ele merecida ou que estaria a Ele reservado, pois poderia atingir o cerne da vida de Deus; ~ não é um sofrimento como castigo pedagógico com vistas ao futuro; ~ não é um sofrimento apenas como constitutivo da finitude humana, uma vez que se poderia cair no perigo do destino trágico; ~ não é apenas como consequência das condições históricas e sociais de injus-

tiça, pois se poderia cair no sofrimento a nós destinado simplesmente pelos outros; – não é apenas como o sofrimento do inocente, pois haveria o perigo de exagerar na dose do sofrimento, tornando-o monstruosidade e na inconsequente divinização do sofrimento.

Sem dúvida, a primeira coisa que todos nós descobrimos no Crucificado do Gólgota, torturado injustamente até à morte pelas autoridades religiosas e pelo poder político, é a força destruidora do mal, a crueldade do ódio e o fanatismo da justiça. Mas precisamente ali, nessa vítima inocente, nós, seguidores de Jesus, vemos Deus identificado com todas as vítimas de todos os tempos (Pagola, 2011, p. 342).

O sofrimento de Jesus é expiatório. No sofrimento expiatório há a passagem da causa para alguém. Aqui geralmente este alguém é Deus. Este é o sofrimento que salva, que santifica. É o sofrimento que gera a vida. É o sofrimento desde o outro e para o outro. É o sofrimento que não destrói. Engrandece e constrói. Não há amor sem dor. Ao invés de destruir-nos, resgata-nos. Este sofrimento é o que nos reconcilia com Deus. Logo, o sofrimento é, em si, desumano, destruidor, angustiante, mas, integrado no amor, é extremamente divinizador. O sofrimento pelo outro, desde o outro e para o outro, é o sofrimento do amor. “O sofrimento e a dor, inerente à vida, fazem intuir que o dia da paixão e morte de Jesus, na cruz, revela o que há de mais profundo no ser humano e de mais belo no coração de Deus” (Grupo Fonte, 2013, p. 154). Jesus é o Servo Sofredor por excelência. Vive sua liberdade como esvaziamento (Fl 2,6-8), ou seja, esvaziou-se da sua propriedade. Esvaziamento significa dizer que o que é meu passa a ser de outrem, fazer a experiência do ser acolhedor, ser hospitaleiro, entregar tudo, esvaziar-se da propriedade pessoal em vista da presença do outro. “Este ‘fim’, este extremo cumprimento

do amar foi alcançado agora, no momento da morte. Jesus foi verdadeiramente até o fim, até o limite e para além do limite. Ele realizou a totalidade do amor, deu-Se a Si mesmo” (Ratzinger, 2011, p. 202). Na cruz realiza-se a entrega total de Jesus ao projeto do Pai e conduz a humanidade a Deus. Na cruz, configura-se uma nova forma de poder e realeza.

Desse modo é possível uma nova forma de obediência, uma obediência que ultrapassa todo o cumprimento humano dos Mandamentos. O Filho torna-Se Homem e, no seu corpo, reconduz a Deus a humanidade inteira. Só o Verbo feito carne, cujo amor se cumpre na cruz, é a obediência perfeita. N’Ele, não se tornou definitiva apenas a crítica aos sacrifícios do templo, mas cumpriu-se também o desejo que ainda restava: a sua obediência ‘corpórea’ é o novo sacrifício para dentro do qual Ele nos atrai a todos nós e no qual, ao mesmo tempo, a nossa desobediência fica anulada por meio do seu amor (Ratzinger, 2002, p. 212).

Da cruz como destruição à reconstrução da condição humana. A cruz representa destruição e morte violenta. Cruz significa desprezo, castigo e fim de tudo. Porém, se, por um lado, a cruz de Jesus é escândalo como sequência histórica da vida de Jesus, é também e, sobretudo, cruz redentora. A cruz em si não é salvadora, e, tampouco, redentora. “A cruz pela cruz não passa de uma maldição. Salvadora é a vida de Jesus” (Rubio, 1994, p. 87). Em outras palavras, a cruz passou a ser salvadora por causa da vida de Jesus. “A cruz é salvadora porque constitui o resumo e a radicalização máxima da *entrega* de Jesus, vivida durante toda a sua vida” (Rubio, 1994, p. 88). Tem-se a revelação de um Deus humilde e paciente, que respeita até as últimas consequências a liberdade humana. Deus não se revela como Deus imutável e majestoso, alheio ao sofrimento humano. Ele se revela como o Deus solidário ao sofrimento humano e às suas

angústias. Vê-se, pois, um Deus identificado com todas as vítimas de todos os tempos (Pagola, 2012, p. 341). Nesse sentido: “Com a cruz, ou termina nossa fé em Deus ou nos abrimos a uma compreensão nova e surpreendente de um Deus que, encarnado em nosso sofrimento, nos ama de maneira incrível” (Pagola, 2012, p. 343). Deus não responde ao mal com o mal. Do mal provém a redenção. A cruz, que significava destruição, torna-se reconstrução da condição humana (Grupo Fonte, 2013, p. 154). “O mistério da cruz não está simplesmente diante de nós, mas envolve-nos, dando um novo valor à nossa vida” (Ratzinger, 2011, p. 213). Na cruz a morte é vencida, ou seja, a morte é transformada em vida.

A mensagem de Jesus crucificado é muito clara. Deus, que poderia ter aniquilado todas as formas de mal, preferiu entrar nele com a carne com a carne do seu Filho, em Jesus, proclamando o perdão e o retorno, e assumindo em si as consequências do mal, para redimi-lo na própria carne crucificada. É a lei da cruz, o princípio segundo o qual o mal não é eliminado, mas transformado em bem pelo exemplo e pela força da morte de Cristo. Deste modo, a cruz se torna a suprema lei do amor, e quem quiser seguir o caminho de regeneração inaugurado por Jesus deve entrar no mal do mundo para dali tirar o bem da fé, da esperança, da caridade, do amor pelos inimigos. A lei da cruz é formidável. Ela tem uma eficácia soberana no reino do espírito e é aplicável a todas as vicissitudes humanas. É o mistério do Reino de Deus, é o mistério do Evangelho. Não é uma lei aceitável pela simples inteligência natural humana. Ela não pode ser demonstrada, caso prescindirmos da pessoa de Cristo. A inteligência natural humana a recusa, não é capaz de entendê-la sem o auxílio da fé (Martini, 1998, p. 231).

Jesus é o cordeiro sacrificial único e eterno. O projeto de Jesus se completa na sua morte, sinal de amor até o fim. Jesus assume a cruz com liberdade e revela seu amor incondicional por nós. Jesus é o “Cordeiro

que tira o pecado do mundo” (Ap 5,12; Jo 1,29). Pelo seu sangue é selada a nova Aliança. Nessa perspectiva, a morte de Jesus faz parte do grande projeto de Deus. “Por acaso não vou beber o cálice que o Pai me deu?” (Jo 18,11). É o grande mistério de Cristo em reconciliar todas as criaturas e libertar os homens da escravidão e do pecado. Jesus, em seu amor redentor, assumiu-nos na condição de pecadores, tornando-se solitário a nós. “Deus não poupou seu próprio Filho, mas o entregou a todos nós” (Rm 8,23), a fim de que fôssemos reconciliados com Ele pela morte de seu Filho (Rm 5,10). Este é o exemplo de supremo amor de Deus para conosco. Ela é o “novo Adão”. Por meio Dele, todos se tornarão justos. Visto na perspectiva da ressurreição, a morte de Jesus é o novo êxodo, o início da nova Páscoa. O último dia de Jesus é o primeiro a partir do qual o mundo foi redimido. Da cruz de Cristo nasce um novo mundo baseado na vitória sobre o pecado que possibilita ao homem chamar a Deus de Pai, vitória sobre a morte, pois este é o caminho para a ressurreição; libertação da lei, pois esta foi submetida pelo amor e a ruptura do reinado de satanás, pois Cristo o venceu. Enfim, a morte de Jesus é o selo da nova Aliança. É o sacrifício pascal único da nova Aliança. Depois Dele, não mais são necessários sacrifícios expiatórios, pois Jesus é o verdadeiro cordeiro pascal. Todos os sacrifícios anteriores chegam à sua plenitude com a morte de Jesus na cruz (Hb 7,26). Na última ceia Jesus disse que seu corpo seria entregue pelos pecados dos homens, seu sangue seria derramado para o perdão dos pecados e que nele surgiria nova Aliança (Lc 22,19s; Mc 14,26s). Jesus é a vítima do sacrifício, que, com seu sangue, recoloca o homem em comunhão com Deus. Portanto, no sangue de Jesus na cruz é selada a nova Aliança. Assim como no Antigo Testamento a Aliança

era concluída com um banquete e com a aspersão do sangue de animais sacrificados, a nova Aliança, em Jesus Cristo, é firmada no sangue e realizada na ceia pascal, na qual Ele mesmo se oferece como cordeiro sacrificial único e eterno. “O mistério da cruz não está simplesmente diante de nós, mas envolve-nos, dando um novo valor à nossa vida” (Ratzinger, 2011, p. 213). O Crucificado desmascara as mentiras, as covardias e as artimanhas do poder opressor. A crucificação de Jesus desmascara as artimanhas da mentira e do poder. “A partir do silêncio da cruz, ele é o juiz firme e manso do aburguesamento de nossa fé, de nossa acomodação ao bem-estar e de nossa indiferença diante dos que sofrem” (Pagola, 2012, P. 347). Assim sendo, a cruz se torna o início da vida nova. “A cruz se torna a prova plena, incompreensível e irrefutável, do amor de Deus Pai pela humanidade” (Grupo Fonte, 2013, p. 154).

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- GRUPO FONTE. *Manancial de vida*. Exercícios espirituais. Porto Alegre: Pacartes, 2013.
- GRUPO FONTE. *O caminho de Jesus*. Exercícios espirituais. Porto Alegre: Pacartes, 2012.
- MARTINI, Carlo Maria. *Reencontrado a si mesmo*. Há um momento em que devemos parar e procurar. São Paulo: Paulinas, 1998.
- PAGOLA, José Antonio. *Jesus*. Aproximação histórica. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2011.
- PAGOLA, José Antonio. *O caminho aberto por Jesus*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição. São Paulo: Planeta, 2011.

RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. Primeira parte: do batismo no Jordão à transfiguração. São Paulo: Planeta, 2007.

ROCCHETTA, Carlo. *Teologia da ternura: um “evangelho” a descobrir*. São Paulo: Paulus, 2002.

RUBIO, Alfonso Garcia. *O encontro com Jesus Cristo vivo*. São Paulo: Paulinas, 1994.

SUSIN, Luiz Carlos. *Jesus: Filho de Deus e Filho de Maria: ensaio de cristologia narrativa*. São Paulo: Paulinas, 1997.

CAPÍTULO 3

A RESSURREIÇÃO DE JESUS³

Este texto tem por objetivo apresentar algumas ideias centrais a respeito da ressurreição de Jesus, as quais serão apresentadas de forma bastante simples, de maneira que a todos seja compreensível o conteúdo, e, acima de tudo, a todos leve a convicção cristã de que a ressurreição de Jesus, por um lado, é a “grande surpresa” de Deus, e, por outro, é a centralidade a partir da qual a história ganha todo um novo sentido, ou seja, sentido escatológico. A seguir, procura-se apresentar algumas ideias centrais acerca da ressurreição, as quais recebem um grifo em itálico, e a partir das mesmas desenvolver a reflexão de sua relevância para a fé cristã. Além do mais, frisa-se que o presente texto não tem pretensão de apresentar teses novas acerca do tema, sobretudo, de sublinhar algumas ideias importantes acerca da ressurreição de Jesus para a fé cristã e para a vida e ação pastoral das comunidades eclesiais.

Vida, paixão, morte e ressurreição formam uma unidade indivisível. Vida, paixão, morte e ressurreição constituem a totalidade de um único mistério, o qual se pode denominar de Mistério Pascal. É preciso, pois, olhar a ressurreição de Jesus no eixo morte-ressurreição. A cruz e a sepultura de Jesus só têm significado à luz do evento pascal, isto é, da passagem de Jesus da morte

³ Este texto foi escrito para a palestra: Ressurreição de Jesus. Está palestra fez parte e estava inserida no Projeto Fé e Cultura na Igreja São Pelegrino, em abril de 2013, em Caxias do Sul. Posteriormente o texto foi publicado na *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*. Agradecimento ao Editor da Revista. NODARI, Paulo César. A Ressurreição. *Ciberteologia*. São Paulo. Edição em Português. v. 43, p. 47-58. 2013.

para a ressurreição. A ressurreição dá sentido para todo Mistério Pascal. Por isso, é, também, o fundamento e a razão última da fé cristã. Assim, o eixo morte-ressurreição não pode em absoluto ser separado. Logo, se, por um lado, na morte tem-se o movimento de fora para dentro, ou seja, a história atinge a Deus, por outro, na ressurreição tem-se o movimento de dentro para fora, ou seja, Deus atinge a história. A ressurreição é ação de Deus. É graça que vem do alto. Não é ação humana, mas, sim, ação divina.

Para os primeiros cristãos, por cima de qualquer outra representação ou esquema mental, a ressurreição de Jesus é a atuação de Deus que, com sua força criadora, o resgata da morte para introduzi-lo na plenitude de sua própria vida. Assim o repetem sempre de novo as primeiras confissões de fé cristãs e os primeiros pregadores. Por assim dizer, Deus acolhe Jesus no próprio interior da morte, infundindo-lhe toda a sua força criadora. Jesus morre gritando: “Meu Deus, por que me abandonaste?” e, ao morrer, encontra-se com seu Pai, que o acolhe com amor imenso, impedindo que sua vida fique aniquilada. No próprio momento em que Jesus sente que todo o seu ser se perde definitivamente seguindo o triste destino de todos os humanos, Deus intervém para dar-lhe sua própria vida. Onde para Jesus tudo acaba, Deus começa algo radicalmente novo. Quando tudo parece irremediavelmente no absurdo da morte, Deus começa uma nova criação (Paçola, 2011, p. 496).

A ressurreição é a grande novidade de Deus, ou seja, é a ação inesperada de Deus. A ressurreição se dá no terceiro dia. É o “dia decisivo”. É o dia reservado para a alegria após dias de sofrimento e tribulação. É o dia que trará a salvação. É o dia da ressurreição dos mortos (Os 6, 1-2). O terceiro dia mais que uma data teológica é o dia que marca a reviravolta depois da catástrofe da cruz. Refere-se ao dia em que foi encontrado o sepulcro vazio (Ratzinger, 2011, p. 231). A ressurreição,

que é o auge da vida de Jesus e do processo da aliança de Deus com o seu povo, funda a experiência das primeiras comunidades cristãs e do discipulado de Jesus Cristo. A ressurreição, confirmada pela vinda do Espírito Santo, é fonte de vida e entrega para o amor ao próximo, pois é a máxima expressão do amor de Deus em Jesus Cristo à humanidade. A ressurreição é a confirmação da nova aliança em Jesus Cristo. É o ápice do processo da aliança na história da salvação, pois Jesus ressuscitado é o Reino de Deus em plenitude, que irrompe na história humana. Se Cristo não tivesse ressuscitado a pregação seria em vão (1 Cor 15,14). A ressurreição é a resposta de Deus a toda a vida de Jesus. É a resposta à sua pregação do Reino. É a resposta de Deus ao grito do Filho. Resposta não diferente do grito dos filhos do Egito e de tantos filhos por mais vida, pela superação das injustiças. É sinal da vitória da vida sobre a morte. É expressão de fidelidade de Deus à aliança como o Deus que ouve o clamor do povo e opta pelos mais fracos. É a totalidade do amor do Pai que comunga do projeto do Filho e abre um horizonte todo novo, recriando a humanidade, dando-nos a certeza de nossa ressurreição. A ressurreição de Cristo dá sentido à sua morte. Torna-se morte de salvação. A sua vida ressuscitada é signo de liberdade e início da transformação de toda humanidade e do mundo pelo Espírito de Deus. É fundamental ao cristão entrar na dinâmica da ressurreição. “O processo para se tornar crente desenrola-se de modo análogo ao que sucedeu com a crua. Ninguém pensara em um Messias crucificado. Agora o ‘fato’ estava ali; e, com base em tal fato, era preciso ler a Escritura de modo novo” (Ratzinger, 2011, p. 220). A ressurreição é o novo na história. É o inesperado que vem de Deus. “A ressurreição de Jesus foi a evasão para um gênero de vida totalmente novo, para uma vida

já não sujeita à lei do morrer e do transformar-se, mas situada para além disso: uma vida que inaugurou uma nova dimensão de ser homem” (Ratzinger, 2011, p. 219).

Na ressurreição de Jesus Cristo Deus ser revela como o “Deus das vítimas”. A ressurreição de Jesus é a ressurreição de uma vítima. Com a ressurreição de Jesus, o Pai não só o livra da morte, como também, faz justiça a quem foi vitimado, revelando o “ser de Deus” (Pagola, 2012, p. 371). A ressurreição é a resposta de Deus ao que fizeram com seu Filho. Na cruz Deus silencia. “Esse silêncio não é manifestação de sua impotência para salvar o Crucificado. É a expressão de sua identificação com aquele que sofre. Deus está ali, compartilhando até o final o destino das vítimas. Os que sofrem devem saber que não estão mergulhados na solidão. O próprio Deus está em seu sofrimento” (Pagola, 2012, p. 371). É a resposta a todo o sistema de injustiça e pecado. O Pai faz ressuscitar com Jesus todo o projeto de vida. A face de Deus é revelada na ressurreição de Jesus. “Deus é aquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos” (Rm 4, 24). Jesus Cristo glorioso é a imagem do Pai. Ele revela a sua face. Toda a vida de Jesus foi uma revelação de Deus Pai. A ressurreição é o maior prodígio de Deus. Pela ressurreição, Jesus é constituído o Senhor da nova aliança e enviou o Espírito Paráclito, para renovar e recriar a humanidade através da memória e ação de Jesus. Ele nos leva à comunicação plena na Trindade, com os outros e com todo o universo. O Ressuscitado é, então, Aquele que desce, resgata o ser humano e o leva para o Pai. Noutras palavras, a ressurreição anuncia que o amor se sobrepõe à morte e que o dom definitivo do Criador sobre a criação não é o sofrimento, mas o amor e a alegria, não é a injustiça, porém, a salvação (Grupo Fonte, 2012, p. 164). Deus ressuscitou, portanto, Jesus dentre os mortos

(Rm 10, 9). É o Pai que “desperta” e “levanta” Jesus de entre os mortos. Embora, com nuances diferentes, mas é sempre a atuação amorosa de Deus Pai no “despertar” e “levantar” do Filho. Afirma, pois, Pagola:

Ele não permaneceu passivo diante da execução de Jesus. Interveio para arrancá-lo do poder da morte. A ideia de ressurreição expressam-na com dois termos: “despertar” e “levantar”. O que estas duas metáforas sugerem é impressionante e grandioso. Deus desceu ao próprio *Sheol* e adentrou o país da morte, onde tudo é escuridão, silêncio e solidão. Ali jazem os mortos cobertos de pó, adormecidos no sono da morte. Dentre eles, Deus “despertou” Jesus, o crucificado, o pôs de pé o “levantou” para a vida (Pagola, 2011, p. 491).

A ressurreição de Jesus é um fato que se dá na história e para além da história. A ressurreição não é o mesmo que a crença na imortalidade da alma. A ressurreição não é simplesmente a crença filosófica da vida da alma após sua separação do corpo. É a Nova Criação. É o grande dom de Deus. É a grande intervenção de Deus. “Onde para Jesus tudo acaba, Deus começa algo radicalmente novo. Quando tudo parece afundar irremediavelmente no absurdo da morte, Deus começa uma nova criação” (Pagola, 2011, p. 497). A ressurreição é mais que um acontecimento histórico. Não é um acontecimento como o foi a encarnação e a crucificação de Jesus. É um acontecimento que se dá na história, mas que rompe o âmbito da história. A ressurreição é “[...] uma espécie de salto radical de qualidade em que se entreabre uma nova dimensão da vida, do ser humano” (Ratzinger, 2011, p. 244). A ressurreição é, pois, um acontecimento que não cabe, ou seja, transborda as estruturas humanas deste mundo em que vivemos. Ela ultrapassa o que podemos observar neste mundo. Ela é um acontecimento que ultrapassa um fato histórico como tantos outros que aconteceram (Pagola, 2011, p. 497). Acerca do aconte-

cimento é preciso dizer mais, de acordo com o próprio Ratzinger.

Por um lado, temos de dizer que a essência da ressurreição está precisamente no fato de que ela rompe a história e inaugura uma nova dimensão que, habitualmente, chamamos de escatológica. A ressurreição desce o espaço novo que abre a história para além de si mesma e cria o definitivo. Nesse sentido, é verdade que a ressurreição não é um acontecimento histórico do mesmo gênero que o nascimento ou a crucificação de Jesus. É algo novo, um gênero novo de acontecimento. Ao mesmo tempo, porém, é preciso não esquecer que ela não está simplesmente fora ou acima da história. Como erupção para fora da história e para além dela, a ressurreição tem, contudo, o seu início na própria história e até certo ponto pertence a ela. Talvez se pudesse exprimir tudo isso assim: a ressurreição de Jesus ultrapassa a história, mas deixou o seu rastro na história. Por isso, pode ser atestada por testemunhas como um acontecimento de qualidade completamente nova (Ratzinger, 2011, p. 245).

O amor de Jesus é redentor. Jesus encarnou-se e fez história. Profetizou e testemunhou até a morte de cruz a utopia do Reino de Deus, experimentando aí o fracasso de seu projeto. A execução de Jesus pôs em questão toda a sua mensagem e atuação. Com a morte de Jesus morre também seu projeto do reino de Deus e suas pretensões. “Se Jesus tinha razão ou não, só Deus o podia dizer” (Pagola, 2011, p. 514). Com a ação ressuscitadora do Pai, Deus confirmou toda a ação do Filho. O Pai confirmou todo o seu amor ao Filho. Com a ressurreição, tem-se a convicção de que o poder e a vida de Deus são mais fortes que a morte. O mal tem poder, mas só até a morte. “Para além da morte só tem poder o amor insondável de Deus” (Pagola, 2011, p. 515). Jesus morreu confiando no Pai e, ao morrer, ele entrou na “glória de Deus” (Pagola, 2011, p. 516). Segundo Comblin, Jesus teve que enfrentar o perigo da morte desde os primeiros tempos de sua

missão. Os evangelistas não ocultam a luta de Jesus em superar o medo da morte. “Os evangelhos mostram que Jesus enfrentou esse perigo desde o início até o fim” (2010, p. 45). A morte, então, “[...] foi o ato supremo da liberdade de Jesus” (Comblin, 2010, p. 46). Nesse sentido: “Ele não morreu para o vazio do nada, mas para a comunhão plena com Deus. O Pai não o salvou *da* morte, mas, sim, *na* morte. Pode-se dizer que, ao ressuscitá-lo, Deus o gerou como o filho mais querido” (Pagola, 2011, p. 516). Nessa perspectiva, ainda que o sofrimento continue sendo mau, ele se transforma na experiência humana mais sólida e real para viver e expressar o amor. É o amor o meio pelo qual se tem a redenção.

O que dá valor redentor ao suplício da cruz é o amor e não o sofrimento. O que salva a humanidade não é algum “misterioso” poder salvador contido no sangue derramado diante de Deus. Por si mesmo, o sofrimento é mau, não tem nenhuma força redentora. Não agrada a Deus ver Jesus sofrendo. A única coisa que salva no Calvário é o amor insondável de Deus, encarnado no sofrimento e na morte de seu Filho. Não há nenhuma outra força salvadora a não ser o amor (Pagola, 2011, p. 520).

A ressurreição de Jesus é novidade e transformação radical. Jesus, com a ressurreição, não voltou a uma vida humana. Jesus não retorna à vida biológica para depois um dia morrer de forma irreversível, como foi o caso de Lázaro, a filha de Jairo, e de outros mortos ressuscitados por Jesus. Jesus não retorna à vida terrena, ou seja, não retorna a uma vida humana normal. “A Ressurreição é um ato de Deus arrancando Cristo da morte ‘total’, da morte ‘metafísica’ ou ‘teológica’ (como queira, mas verdadeira morte, morte total, existencial), não simplesmente morte biológica, material, sem o que a Ressurreição correria o risco de ser apenas uma ‘ressurreição’ biológica” (Gesché, 2004, p. 156). Assim sendo, a ressurreição não é, também,

uma simples reanimação pessoal. Ela “[...] aparece inteiramente como aquilo que ela é, a saber, uma vitória contra a morte, e não simplesmente, se se pode dizer, contra uma morte, contra tal morte. É a morte que é vencida, a partir do seu próprio espaço, ‘na casa dela’” (Gesché, 2004, p. 157). Com a ressurreição, Jesus, o Cristo, entra definitivamente na “vida de Deus” e dessa vastidão e plenitude da vida de Deus Ele se manifesta aos seus. A ressurreição de Jesus já não pertence propriamente a um “fato histórico”. É a atuação de Deus com sua força criadora no resgate da morte para introduzir Jesus na plenitude da “vida de Deus” (Pagola, 2011, p. 496). Na ressurreição de Jesus dá-se o que seria impossível de outra forma. Afirma Moltmann acerca da “ressurreição dos mortos” com a ressurreição de Jesus:

“Ressurreição dos mortos”, em primeiro lugar, exclui qualquer pensamento referente a um reavivamento do Jesus morto, com a qual sua morte teria sido anulada. A fé pascal jamais pode implicar que o Jesus morto tenha voltado a esta vida, que conduz à morte. Se fosse assim, então, uma nova morte de Jesus seria esperada, tal como sucedeu a Lázaro, que, segundo João II, embora o cadáver já cheirasse mal, foi ressuscitado por Jesus, mas tornou a morrer mais tarde. O símbolo “ressurreição dos mortos” expressa uma vida qualitativamente nova, que não conhece mais a morte e, por isso, não pode ser uma sequência desta vida moral. “Sabendo que Cristo, uma vez ressuscitado dentre os mortos, já não morre”, disse Paulo (Rm 6.9). Ressurreição significa “vida dentre os mortos” (Rm 9.15) e está vinculada à aniquilação do poder da morte. “Ressurreição dos mortos”, por outro lado, exclui qualquer ideia sobre “uma vida após a morte”, da qual falam muitas religiões, seja na ideia da imortalidade da alma ou na compreensão da sua transmigração. A vida da ressurreição não é uma continuação da vida após a morte, seja na alma ou no espírito, nos filhos ou na fama dos grandes feitos, mas expressa aniquilação da morte na vitória da nova vida eterna (1Cor 15.55). A concepção de “vida após a morte” pode coexistir

pacificamente com a experiência de que essa vida é uma “vida orientada para a morte”. Mas “ressurreição dos mortos” compreendida como esperança presente no meio do “corpo da morte” contradiz o mais duro fato da vida e não pode deixar a morte nem os mortos em sossego, afinal, essa esperança simboliza o futuro dos mortos (Moltmann, 2011, p. 211).

Não obstante a grandeza da novidade da ressurreição de Jesus pela ação do Pai, Deus continua com sua maneira suave de agir. Jesus, o Cristo, continua construindo Sua história com a humanidade. Ele não se impõe pela força exterior, mas dá liberdade e concede e suscita o amor. Revela-se grande manifestando-se como pequeno (Ratzinger, 2011, p. 246). Noutras palavras, a ressurreição de Jesus e Suas aparições aos Seus é um marco, ou seja, um salto de qualidade decisivo na vida dos discípulos de Jesus. É a inauguração de uma vida nova. “A ressurreição de Jesus foi a evasão para um gênero de vida totalmente novo, para uma vida já não sujeita à lei do morrer e do transformar-se, mas situada para além disso: uma vida que inaugurou uma nova dimensão de ser homem” (Ratzinger, 2011, p. 219). Com a ressurreição de Jesus dentre os mortos o futuro já começou. A história ganha novo sentido, a saber, sentido escatológico. Em Jesus, antecipa-se o que acontecerá no fim da história. “Somente a nova criação em Cristo e por Cristo irá comprovar o *novum* da anunciação de Jesus e o *novum* de sua antecipada ressurreição dentre os mortos. Isso aponta para uma ‘verificação escatológica’” (Moltmann, 2011, p. 216). Trata-se, pois, de ir percebendo o rico processo de adesão convicta à fé no Ressuscitado, lembrando, no entanto, que o mesmo não se dá espontaneamente, todavia, é um processo de busca contínua e perseverante de amor e de convicção.

A entrada na vida tem nome: o mesmo que designa o novo nascimento. Esse nome é a fé. O ato que inaugura a vida nova é o ato de crer. Contudo, fé, crer, acreditar não têm no evangelho o sentido que se lhes atribui na linguagem comum. Por outro lado, a entrada na vida nova não se efetua num momento limitado; trata-se, antes, de um movimento de transformação permanente. O ato inicial de fé há de refazer-se nos diversos aspectos e nas diversas circunstâncias da vida. Sempre é o mesmo ato, a mesma insistência no mesmo ato. Porém esse ato não se acaba num instante; ele envolve todos os momentos da existência com a novidade de cada dia (Comblin, 2009, p. 77).

O Ressuscitado aparece aos Seus e inicia-se o tempo da missão da Igreja. Afirma São Paulo: “Se Cristo não ressuscitou, então é vã a nossa pregação, é vã a vossa fé. E nós aparecemos ainda como falsas testemunhas de Deus, porque contra Deus afirmamos que Ele ressuscitou a Cristo (1 Cor 15, 14-15). Ou seja, somente se Jesus ressuscitou aconteceu algo totalmente novo. Ele se torna o critério da vida nova. É o ponto decisivo. É a afirmação na fé da existência de uma realidade ulterior à existência terrena que conhecemos. Mas, para tanto, faz-se necessário, pois, o encontro com o Ressuscitado. Nesse sentido, contando com os Seus, o Ressuscitado aparece aos que Ele chamou para estarem Consigo. Os Doze continuam sendo como que a pedra basilar, sublinhado, porém, a importância primordial do encargo e missão de Pedro, a de ser testemunha do Ressuscitado na missão da Igreja, a ponto de ter a coragem de afirmar convictamente que Jesus de Nazaré o Ressuscitado, o Senhor, o Ungido do Pai. “Vocês mataram o autor da vida, mas Deus o ressuscitou dos mortos” (At 3, 15). Esta é a experiência de fé original dos primeiros cristãos: “Jesus é o Senhor” (Fl 12, 11). Jesus é o Cristo. E Cristo é o mesmo Jesus histórico. “E disso, nós somos testemunhas” (At 3, 15b). A partir da Páscoa da nova Aliança, o mistério da ressurreição de

Jesus é manancial de alegria e paz para as mulheres que o buscam de madrugada, para os temerosos discípulos que se trancam no Cenáculo, e para todos que o buscam. É a busca pela experiência profunda com o Ressuscitado (Grupo Fonte, 2013, p. 163). É a convicção de que há a intervenção de Deus na história. Não é algo comum e semelhante aos outros e demais acontecimentos. Assim, ainda que contenha suas dificuldades de sistematização de tudo o que está acontecendo, a experiência do e com o Ressuscitado precisa ser, paulatina e progressivamente, sistematizada. Frisa-se, no entanto, que o aspecto decisivo e norteador é o encontro com o Ressuscitado. O encontro com Ele deve levar a cada um a compreender, de maneira radicalmente nova, o mistério de Deus e a realidade da vida (Pagola, 2011, p. 503). O núcleo central e decisivo é o encontro pessoal com o Ressuscitado (Pagola, 2011, p. 505). E a convicção e a certeza de que Jesus é o Cristo anima e fundamenta a missão do discipulado, dando-lhes coragem de anunciar com alegria a vida nova em Deus, porque Ele é o Vivente (Ratzinger, 2011, p. 247). Ele é o Deus dos vivos e não dos mortos (Mt 22, 32). Ele é ressurreição e a vida (Jo 11, 25). Afirma Pagola (2011, p. 499):

Os seguidores de Jesus refletiram sobre o ocorrido, recorreram à sua fé na fidelidade de Deus e em seu poder sobre a morte, recordam o que viveram junto a Jesus com tanta intensidade. Neste processo confluem perguntas, reflexões, acontecimentos inesperados, vivências de fé especialmente intensas. Tudo foi contribuindo para despertar neles uma fé nova em Jesus, embora esta experiência que eles vivem de sua presença viva depois da morte não seja fruto exclusivo de sua reflexão. Eles atribuem a Deus. Só Deus pode estar revelando a eles algo tão grande e inesperado. Sem a ação de Deus, eles se teriam perdido em suas perguntas e cavilações, sem chegar a nenhuma conclusão segura e prazerosa sobre o destino de Jesus.

O Ressuscitado traz-nos a nova esperança. Doravante, a morte e a injustiça não podem ser as últimas palavras da história. Na ressurreição, Deus atua com sua força criadora em favor do Ressuscitado. “A última palavra pertence a Deus. E é uma palavra de amor ressuscitador para com as vítimas. Os que sofrem haverão de saber que seu sofrimento terminará em ressurreição” (Pagola, 2011, p. 271). A ressurreição dá-nos a resposta às mais angustiantes perguntas que nos fazemos: Qual é o futuro do mundo? O que podemos esperar? Que sorte nos espera após esta vida? A ressurreição nos dá uma nova luz e esperança. É a esperança no futuro da história. É, também, o sentido e o caminho da história. Não é a ressurreição de alguém que ressuscitou para o julgamento final. O escandaloso, ou seja, a grande novidade é que foi ressuscitado o que fora condenado injustamente. A ressurreição anuncia que o Ressuscitado é o Crucificado e o Crucificado é Jesus de Nazaré. “A fé cristã na ressurreição não anuncia tendências históricas ou esperanças antropológicas, mas, uma nova justiça em um mundo onde mortos e vivos clamam por justiça” (Moltmann, 2011, p. 222). A ressurreição não nos deixa presos ao passado ou amarrados ao presente. Abre-nos sempre ao futuro, já vislumbrado como sinal em Jesus Cristo, pois, se, no sentido temporal, Jesus morreu e ressuscitou, no sentido escatológico, o último, isto é, o Ressuscitado torna-se o primeiro (Moltmann, 2011, p. 230). Assim, a morte não é a última palavra da história. A ressurreição desencadeia o seguimento de Jesus histórico. Porque é o caminho para a realização dos ideais escatológicos. Em suma, a ressurreição de Jesus dá-nos a certeza: nós iremos ressuscitar com Ele (Rm 6,1-11). Mas, para tanto, precisamos nos decidir por Ele. É preciso encontrar-se com Ele. “A verdadeira fé sempre nasce do encontro

pessoal com Jesus como ‘companheiro de caminhada’” (Pagola, 2012, p. 370). O encontro com o Ressuscitado não apenas ilumina o que está na frente, mas lança luzes, também, ao que ficou para trás. Noutras palavras, sublinha Moltmann:

O Cristo de Deus representa o próprio Deus em um mundo que ainda não foi salvo. O Filho de Deus é o procurador do Pai em um mundo ímpio e abandonado. O *Kyrios* faz a mediação entre o homem passageiro e o Deus que vem, assim como entre a transgressão dos homens, que os lança nessa transitoriedade, ou seja, o pecador, e o Deus santo e julgador que vem. A adoção e entronização de Jesus por meio de sua ressurreição dentre os mortos define seu papel objetivo e temporal como mediador entre Deus e os homens (Moltmann, 2011, p. 224).

O encontro com o Ressuscitado torna a pessoa sensível às coisas de Deus. O novo trazido pela ressurreição é a paz e a alegria, o amor e a fé, a misericórdia e a esperança, a bondade e a paciência, a benevolência e a mansidão, a solidariedade e a partilha de dons (Grupo Fonte, 2013, p. 164). O encontro com o Ressuscitado suscita uma vida nova e leva a pessoa a dispor-se para a missão. São Paulo, por sua vez, não cansa de dizer e cantar a grandeza e a beleza da liberdade cristã em Cristo. Arrancou-nos do flagelo da lei, das cadeias do demônio, do flagelo da morte e chamou-nos a viver na verdadeira liberdade de filhos e filhas de Deus (Gl 3, 13; Gl 5, 1). Ele nos deu a liberdade do *homem novo*. A liberdade do *homem novo*, a liberdade cristã, é liberdade que impele à justiça, ao serviço de Deus, ao amor ao próximo (Rm 6, 16; Fl 2, 5ss). Agora, os cristãos, resgatados da antiga escravidão, deverão colocar-se, mediante a caridade, a serviço uns dos outros. O segredo da liberdade dos filhos e filhas de Deus está, pois, em viver na caridade, ou seja, no dom constante de si a Deus, aos irmãos e às

irmãs. O amor a Deus e ao próximo é a realização da lei, o vínculo da perfeição (Cl 3, 12-14). Só a pessoa que ama a Deus e ao próximo é verdadeiramente livre. Segundo São Paulo, a verdadeira liberdade está na passagem da escravidão à liberdade em Jesus Cristo. Libertação de uma vida programada externamente por um minucioso código de regras e leis, que conservam o ser humano numa atitude infantil diante da vida, para uma vida adulta e consciente, graças ao uso responsável da liberdade. A vida da pessoa humana é verdadeiramente livre, quando fundamentada por um compromisso pessoal e íntimo com Cristo (Gl 2, 20). Assim, a verdadeira liberdade é conduzida pelo amor a si mesmo e aos outros, amor que é compromisso ativo com o crescimento do outro (Gl 5, 1-13). Portanto, de acordo com a leitura de São Paulo, a liberdade, é dom de Deus, ou seja, é ação de Deus que suscita a liberdade na pessoa humana. Trata-se, pois, do ser humano que se deixa mover e conduzir pelo dinamismo do espírito. Afirma Gutiérrez (2000, p. 80):

O dinamismo e a vida expressos na palavra “espírito” se acentuam quando a pessoa humana é considerada sob o ponto de vista da ação de Deus sobre ela. Espírito e seus derivados designarão a vida segundo a vontade de Deus, isto é, vida de acordo com o dom da filiação divina que se exprime na fraternidade humana.

O Espírito Santo não deixa a Igreja se desviar do caminho. O Espírito de Pentecostes esclarece, primeiramente, para os Apóstolos toda a vida, a obra, a morte, a ressurreição e a ascensão de Cristo. “Quando vier o Espírito da Verdade não falará em seu próprio nome, mas dirá o que escutou e anunciará a vocês as coisas que acontecerão” (Jo 16, 13). Pentecostes permitiu que os Apóstolos compreendessem todos os acontecimentos que sucederam com Jesus, principalmente sua morte e ressurreição. O Espírito Santo revela plenamente o Mistério

Pascal de Cristo. Por outro lado, com o Pentecostes dá-se o início ao povo de Deus, povo da nova aliança. Com o Espírito vem a missão da Igreja (Jo 20, 21-22). Os Apóstolos não mais ficam fechados, com medo. Eles partem, entretanto, com alegria, para anunciar o Cristo Ressuscitado. O Espírito Santo dá força necessária aos Apóstolos para testemunhar, com fidelidade, o Cristo glorioso, ressuscitado e sentado à direita de Deus Pai. O Espírito Santo caracteriza-se pela abertura, pela unidade. É dinamismo para o povo de Deus realizar a sua missão na perspectiva do Reino de Deus na comunidade viva que se prepara para a ressurreição, quando “Deus será tudo em todos” (1 Cor 15,28). A força do Espírito manifesta entusiasmo e vigor de Cristo Ressuscitado na comunidade de fé. Ele atrai os homens para a missão de anunciar a Palavra de Deus, testemunhá-la numa realidade concreta. O Espírito Santo destrói, corta o mal. Constrói. Edifica. Revigora a semente do Reino de Deus, para que possa dar frutos de vida e dignidade. Por isso, o Espírito é a força de Deus que gera sempre o novo, desafia e interpela os cristãos a renovar constantemente a Igreja. Com o Espírito Santo, a Igreja vive o tempo da missão como dimensão que sustenta sua existência. A Igreja realiza-se na missão, inserindo-se na dinâmica do Reino de Deus, que é a concretização da nova aliança. “Deus é amor” (1 Jo 4,8-16). A Igreja, que é dom do amor do Pai, animada pelo Espírito Santo, leva-nos ao compromisso cristão de amar a Deus e os irmãos, vivendo na esperança, prolongando o tempo de Cristo e aguardando a sua volta gloriosa. Nesse sentido, o Espírito exerce o papel do carisma profético e do discernimento dos sinais dos tempos. O Espírito introduz a pessoa humana no seguimento de Jesus histórico, no seu Reino. O Espírito age por meios discretos. Ele age por meio de todas as

peças, mas, sobretudo por meio dos pobres. À Igreja cabe ser sinal do Reino de Deus e escutar o grito dos oprimidos, pois o Espírito é criador de liberdade. Por isso, o Espírito sopra onde quer e serve-se da pessoa humana, que dá resposta à aliança, conduzindo a história para a vida plena na Santíssima Trindade. Por isso, o Espírito flui na história e leva as pessoas a serem sinal da aliança pela missão e compromisso que assumem com o Reino de Deus. Desse modo, Pentecostes é o envio do Espírito Paráclito sobre os Apóstolos e, também, sobre nós, levando-nos a compreender a vida de Cristo na nova aliança. Compromete-nos com a Igreja, povo da nova aliança, animada pelo Espírito.

O cristão, desafiado pela conjuntura, é chamado a viver a experiência de descobrir, na partilha solidária, a presença de Deus em meio aos desafios. A comunidade de fé é convocada a construir o projeto de Jesus, continuamente ameaçado pelas forças de morte. A solidariedade do Caminhante é força libertadora na história. Esta requer um olhar lúcido e criativo, que expresse a fé na solidariedade com o povo desanimado e desnordeado. A ação solidária e comunitária é sinal do Reino que faz acontecer a vida nova, fruto do Ressuscitado (Grupo Fonte, 2012, p. 172).

A história tem sentido escatológica, porque é sempre orientada pela promessa. A ressurreição é o centro da esperança cristã. É o elemento fundamental da esperança, que tem como causa e modelo a ressurreição de Jesus Cristo, pela ação do Espírito vivificador dos mortos (1Cor 15,45). O fato é que o Espírito de Deus ressuscitou a Jesus Cristo, o que nos dá a certeza de que também nós seremos ressuscitados (Rm 8,11), porque a vida e a aliança não terminam com a morte, mas pelo ato criador de Deus somos chamados a viver o *homem novo* na aliança eterna, juntamente com um novo cosmos. A ressurreição final representa o último ato vitorioso da

libertação de Deus sobre a morte, já tornada presente na ressurreição de Jesus.

“Assim, a ressurreição de Jesus não relativiza a cruz como uma data que já passou ou como uma etapa intermediária para glória celestial, mas a qualifica como um evento escatológico da salvação”, pois ela diz quem foi que realmente sofreu e morreu. Portanto, o Crucificado não se transformou em um resuscitado e exaltado. Antes, sua ressurreição qualifica o Crucificado como Cristo e seu sofrimento e morte como um evento de salvação por nós e por muitos. A ressurreição “não torna a cruz inútil” (1Cor 1.17), mas a plenifica com escatologia e sentido salvador. Conclui-se daí que todas as interpretações mais concretas a respeito do significado salvador de sua morte na cruz “por nós”, precisam partir sistematicamente de sua ressurreição (Moltmann, 2011, p. 228).

Assim, a ressurreição final é a conclusão do processo da aliança e da ressurreição como triunfo definitivo da vida. A plenitude deste encontro definitivo com o amor de Deus que nos ressuscita para a eternidade, prometida desde a criação, é denominada de parusia. É a plenitude da aliança na qual todas as coisas serão transparentes. Será o face a face. A parusia é, antes de tudo, parusia de Cristo que na morte e ressurreição revela a face e o encontro definitivo com o Pai. Nela aparecem gloriosamente Jesus Cristo e todos os que aderirem à aliança no seguimento de Jesus o serviço do seu Reino. O comparecimento e copresença face a face será para cada pessoa, em sentido solidário e comunitário, a plenificação de cada um e de todos em Jesus Cristo. Por outro lado, haverá também, na graça de Deus, a quem não aceitar a proposta de Deus, a possibilidade da autoexclusão daqueles que não aceitaram a aliança proposta a todos do amor gratuito de Deus. A parusia, como momento de transparência, face a face, é o momento em que definitivamente cada um pode dizer não à aliança com

Deus. É a liberdade humana de possibilidade real, mas fora de Deus. É a autoexclusão consciente e livre do homem dos planos de Deus. É a decisão definitiva de um processo, da orientação fundamental da vida como exclusão do amor ao plano de Deus. Por isso, a parusia é presença (2Cor 10,10) e vinda (2Cor 7,6-7) da manifestação da glória, justiça e soberania universal de Deus no término da história. É a segunda vinda de Cristo como Rei triunfante que vem para julgar a história, a partir do critério dos mais pequeninos (Mt 25,31). Será a manifestação total da glória de Cristo e de todos os que foram fiéis à Aliança. Então, a criação será “novo céu e nova terra” (Ap 22,1). Será a libertação definitiva e a felicidade plena, porque “Deus será tudo em todos” (1 Cor 15,28). A Aliança será plena e eterna. Essa plenificação da aliança na vida eterna constitui-se: ~ em ver a Deus face a face na dinâmica amorosa entre a criatura e o Criador; ~ em estar com Cristo e com Ele somos incorporados ao *homem novo*; ~ em viver a vida no Espírito e nos seus dons, pois o Espírito é o portador da verdade e da vida nova, a energia que nos faz ser comunhão, alegria e paz; ~ em viver a comunhão dos santos, uma vez ser a perfeição de toda a experiência comunitária vivida, isto é, a configuração de como Deus se relaciona com todos e cada um na comunhão trinitária; ~ em viver a felicidade plena, a abundância, a beleza, a plena realização do corpo e a vida cheia da graça divina; ~ em viver plenamente o novo céu e a nova terra, ou seja, tudo transfigurado e plenificado na comunhão da Trindade Santa. Nesse sentido, a dimensão escatológica é inerente ao processo da aliança, sobremaneira, sob dois prismas. Primeiro, a aliança é processo escatológico, porque se orienta em direção ao futuro. Este futuro, já vislumbrado em Cristo Ressuscitado, invade o presente e faz com que

já agora haja sinais do Reino na tensão entre o *já* e o *ainda-não*. Além disso, esse processo de aliança rumo para sua plenificação escatológica. Esta se dará na parusia, que é o encontro pleno da humanidade com a Trindade. É a plena comunhão trinitária. É o encontro dos que aderiram e foram fiéis à aliança e tornaram-se, pela ressurreição, criaturas novas. É a aliança plena no amor de Deus.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

COMBLIN, José. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulus, 2010.

COMBLIN, José. *Jesus, enviado do Pai*. São Paulo: Paulus, 2009.

GUESCHÉ, Adoophe. *Deus*. São Paulo: Paulinas, 2004.

GRUPO FONTE. *Manancial de vida*. Exercícios espirituais. Porto Alegre: Pacartes, 2013.

GRUPO FONTE. *O caminho de Jesus*. Exercícios espirituais. Porto Alegre: Pacartes, 2012.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Beber em seu próprio poço*. Itinerário espiritual de um povo. São Paulo: Loyola, 2000.

MARTINI, Carlo Maria. *Reencontrado a si mesmo*. Há um momento em que devemos parar e procurar. São Paulo: Paulinas, 1998.

MOLTMANN, Jürgen. *O Deus crucificado*. A cruz de Cristo como base e crítica da teologia cristã. Santo André: Academia Cristã, 2011.

PAGOLA, José Antonio. *Jesus*. Aproximação histórica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PAGOLA, José Antonio. *O caminho aberto por Jesus*. Petrópolis: Vozes, 2012.

RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição. São Paulo: Planeta, 2011.

RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. Primeira parte: do batismo no Jordão à transfiguração. São Paulo: Planeta, 2007.

ROCCHETTA, Carlo. *Teologia da ternura: um “evangelho” a descobrir*. São Paulo: Paulus, 2002.

RUBIO, Alfonso Garcia. *O encontro com Jesus Cristo vivo*. São Paulo: Paulinas, 1994.

SUSIN, Luiz Carlos. *Jesus: Filho de Deus e Filho de Maria: ensaio de cristologia narrativa*. São Paulo, Paulinas, 1997.

CAPÍTULO 4

JESUS ENSINA COM SABEDORIA E AMOR⁴

Muitos, talvez todos, os que tomarem contato com o presente texto conhecem a cena bíblica do evangelista São Lucas (Lc 24,13-35), denominado de os discípulos de Emaús. O propósito deste artigo não é fazer uma análise exegetica, nem uma interpretação hermenêutico-apologética do texto e tampouco afirmar ser a presente interpretação a única e a melhor das interpretações possíveis. O objetivo é bem mais simples e singelo. A pretensão não é esgotar as possibilidades de interpretação. Trata-se, pois, de apresentar algumas características importantes do texto aqui referenciado, com a finalidade de mostrar que a atitude de Jesus, ao aproximar-se dos dois discípulos é, eminentemente, pedagógica, podendo-se, pois, caracterizar Jesus não como mais um dos mestres, mas, antes, como o verdadeiro mestre que ensina, constituindo-se, então, como um mestre que ensina com sabedoria e amor os discípulos.

Para facilitar o contato direto com o texto, apresenta-se a seguir o texto dos discípulos de Emaús:

Naquele mesmo dia, o primeiro da semana, dois dos discípulos iam para um povoado, chamado Emaús, a uns dez quilômetros de Jerusalém. Conversavam sobre todas as coisas que tinham acontecido. Enquanto conversavam e discutiam, o próprio Jesus se aproximou e

⁴ Este texto foi escrito para a palestra para os professores, em Caxias do Sul, no início do ano letivo de 2013, no Teatro São Carlos. O texto foi publicado pela Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura. Agradecimento ao editor da Revista. NODARI, Paulo César. O mestre que ensina com sabedoria e amor. Uma possível interpretação pedagógica dos Discípulos de Emaús. *Ciberteologia*. São Paulo. Edição em Português. v. 42, p. 46-57. 2013.

começou a caminhar com eles. Os seus olhos, porém, estavam como vendados, incapazes de reconhecê-lo. Então Jesus perguntou: “O que andais conversando pelo caminho?”. Eles pararam, com o rosto triste, e um deles, chamado Cléofas, lhe disse: “És tu o único peregrino em Jerusalém que não sabe o que lá aconteceu nestes dias?”. Ele peguntou: “O que foi?”. Eles responderam: “O que aconteceu com Jesus, o Nazareno, que foi um profeta poderoso em obras e palavras diante de Deus e diante de todo o povo. Os sumos sacerdotes e as nossas autoridades o entregaram para ser condenado à morte e o crucificaram. Nós esperávamos que fosse ele quem libertaria Israel; mas, com tudo isso, já faz três dias que todas essas coisas aconteceram! É verdade que algumas mulheres do nosso grupo nos assustaram. Elas foram de madrugada ao túmulo e não encontraram o corpo dele. Então voltaram, dizendo que tinham visto anjos e que estes afirmaram que ele está vivo. Alguns dos nossos foram ao túmulo e encontraram as coisas como as mulheres tinham dito. A ele, porém, ninguém viu.”. Então ele lhes disse: “Como sois sem inteligência e lentos para crer em tudo que os profetas falaram! Não era necessário que o Cristo sofresse tudo isso para entrar na glória?” E, começando por Moisés e passando por todos os Profetas, explicou-lhes, em todas as Escrituras, as passagens que se referiam a ele. Quando chegaram perto do povo para onde iam, ele fez de contra que ira adiante. Eles, porém, insistiram: “Fica conosco, pois já é tarde e a noite vem chegando!” Ele entrou para ficar com eles. Depois que se sentou à mesa com eles, tomou o pão, pronunciou a bênção, partiu-o e deu a eles. Neste momento, seus olhos se abriram, e eles o reconheceram. Ele, porém, desapareceu da vista deles. Então um disse ao outro: “Não estava ardendo o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?” Naquela mesma hora, levantaram-se e voltaram para Jerusalém, onde encontraram reunidos os Onze e os outros discípulos. E estes confirmaram: “Realmente, o Senhor ressuscitou e apareceu a Simão!” Então os dois contaram o que tinha acontecido no caminho, e como o tinham reconhecido ao partir o pão (Lc 24, 13-35).

Antes de entrar, propriamente, nos destaques dos pontos fundamentais que sustentam o anunciado expli-

cito no título deste capítulo, é importante lembrar que o texto se situa no contexto da condenação, crucificação e morte de Jesus. Os discípulos, antes, entusiastas seguidores do Nazareno, agora, se encontram, trancados, em casa, por medo dos judeus, em total desânimo, desalento, desilusão e fracasso. Os sonhos do poder de Jesus e do sucesso dos seus discípulos foram sepultados juntamente com Jesus no sepulcro. Tudo parece não ter passado de um sonho eufórico de sucesso. O Mestre foi assassinado e com Ele toda a alegria e esperança de um mundo novo do discipulado. Como compreender: Aquele que curou a tantos, ressuscitou a outros, tenha sido morto e assassinado na cruz? Foi-se a expectativa messiânica gloriosa, Jesus morreu! Os discípulos não têm outra certeza, senão a de que Jesus está morto. É preciso, de acordo com o costume, ungir, com aromas, o corpo do defunto. Por isso, as mulheres, no primeiro dia da semana, ainda presas à tradição, foram ao sepulcro para a unção do corpo de Jesus morto. Elas foram e não encontraram ninguém. Pedro foi, entrou no sepulcro e, também, não encontrou o corpo de Jesus (Lc 24,1-12). Nesse contexto de tristeza e desânimo, desilusão situa-se o texto dos discípulos de Emaús. Tamanho era o desespero entre os discípulos, em Jerusalém, a ponto de dois deles decidirem ir a Emaús, distante, aproximadamente, 10km de Jerusalém.

A seguir, buscam-se destacar elementos do texto, os quais, segundo nossa maneira de ler e compreender, são muito valiosos e dão rica possibilidade de interpretação pedagógica na vocação de educadores e educadoras.

a) *Os dois discípulos vivem uma crise sem prece-dentes.* Os discípulos estão a caminho de Emaús. Eles estão desolados. Tudo lhes foi tirado. Estão fugindo de Jerusalém. Estão envoltos em tristeza e desespero. Nem mais sequer a comunidade dos discípulos os consola.

Enganaram-se e depositaram esperança em quem os desapontou. Querem esquecer o que aconteceu. Fecham os olhos à realidade que os cerca. Não enfrentam a crise, mas fogem para Emaús. Desencantaram-se com Jesus e com a comunidade. A tentação mais fácil é a fuga e o abandono (Pagola, 2012, p. 361). Estão em conflito com sua própria decisão tomada de seguir Jesus. Entram, pois, em crise existencial, por assim dizer. A crise faz parte da vida de cada pessoa, de cada comunidade e de toda a humanidade. Não se pode negligenciar ou escamotear a existência de crises. É preciso, porém, perceber a importância da crise. Em primeiro lugar, lembre-se que os extremos são sempre perigosos, segundo Aristóteles, um por excesso o outro por falta. Necessita-se, pois, da mediania prudencial. Logo, a crise precisa ser depurada. Ela não pode ser nem endeusada e tampouco negligenciada. A crise não é necessariamente ruim. Ela pode caracterizar-se como período de incertezas, de dúvidas, de questionamentos, mas também, como ponto de inflexão e transição para novas descobertas, uma vez que crise pode significar período de purificação. Acrisolar significa purificar-se, submeter-se a provas, aperfeiçoar-se, sublimar-se. Então, se, hoje, de fato, é o caso de estar vivendo uma crise em todas as áreas e dimensões da vida do ser humano no mundo, seja, talvez, o momento oportuno para pesquisar e descobrir quais são os pontos fortes e quais são os pontos fracos da mesma e ver o que de fato deve permanecer e o que deve ser relevado ou considerado menos importante. Saber priorizar é atitude sábia. Neste início de século XXI, simultaneamente, é inegável a existência de muita coisa boa, de facilidades e possibilidades, mas também, da complexidade, de desafios, de dificuldades e de escândalos. Vive-se, pois, hodiernamente, o fascínio e o medo, permanecendo a

linha tênue de distinção entre esses os irmãos gêmeos. No entanto, por outro lado, ninguém pode omitir-se de sua responsabilidade, diante do patrimônio cultural herdado, nos dias atuais, preservado, cultivado e entregue à nossa geração e às próximas gerações. Mais do que nunca, é urgente agir localmente e pensar globalmente. Sabe-se, no entanto, que os *slogans* e os discursos atuais não passam muitas vezes de verborrêias. Urge, diante da sociedade complexa atual, pesquisa séria e aprofundada dos problemas que afetam a existência humana no Planeta, tendo como pano de fundo, entre outros, alguns questionamentos emergenciais, tais como: tudo o que podemos fazer, devemos permitir e deixar fazer? Será que as pessoas estão cientes de que o agir (*homo sapiens*) é muito mais complexo e abrangente do que o fazer (*homo faber*)? Será que todos têm clareza e convicção de que uma sociedade mais verdadeira e livre exige de cada um de seus participantes a busca da liberdade e da verdade com a responsabilidade?

Dos educadores, diante da complexidade hodierna, espera-se que não finjam que tais desafios não existam e não afetem a educação. Não se admite dos educadores a postura do pensamento hipócrita que avalizaria o engano, o escamoteamento, a negligência, ou então, a fuga como sendo o caminho e a solução para os desafios que ora se apresentam. Requer-se dos educadores a atitude de quem busca auscultar os sinais dos tempos sem medo da realidade e sem receios. É preciso que os mesmos tenham a disposição para ouvir os estudantes, as famílias, a sociedade e seus clamores, tremores, reivindicações. Urge dos educadores estarem de olhos abertos e percebam a mudança de época, que se constitui muito mais que uma simples época de mudança. A mudança de época é radicalmente fascinante, mas, ao mesmo tempo,

eminentemente, exigente. Faz-se, pois, necessário ter convicção de que todos estão a caminho, de que nossa época exige de todos, mas, muito especialmente, dos educadores, a sensibilidade e a capacidade de perscrutar a realidade que se apresenta complexa, de modo a conseguir, competente e convincentemente, fazer com que cada um seja capaz de assumir a construção de sua vida com responsabilidade.

b) Os dois discípulos estão a caminho de Emaús. Se na primeira observação acentuou-se a crise, acentua-se, agora, a expressão caminho. Jesus se coloca a caminho. Ele respeita a situação dos discípulos. Jesus, primeiro, coloca-se, como companheiro a caminho, enquanto mestre, depois, procura ouvir o que os discípulos têm para dizer. Ele procura inteirar-se da realidade e circunstâncias dos mesmos. Jesus compreende que a vida é uma questão de escolha e decisão. A vida humana é singular, primeiramente, porque é uma aventura consciente. Ou seja, caminhar é uma experiência básica do ser humano. O caminho é variante no tempo e no espaço, mas é, ao mesmo tempo, uma realidade a ser humanizada, quando escolhido por alguém. É o andar que faz de uma estrada caminho. É o caminho sempre aberto e inacabado. Assim, o ser humano é um ser que internamente não se guia por instintos seguros. Contudo, precisa ser capaz de ele mesmo determinar os seus atos. Para isso, carece de uma reflexão sobre si mesmo que lhe forneça um conhecimento de si, do que deve ser e de como pode chegar à autorrealização. Nesse sentido, o ser humano precisa ser entendido como um ser que há de alcançar a perfeição por meio da própria atividade. Essa característica é de significado fundamental para compreender o ser humano como um ser que está a caminho e da busca contínua da realização pessoal. Em sua unicidade

e singularidade o ser humano não nasce já pronto, está em contínuo caminho aberto e inacabado. É, pois, já e ainda-não. Apresenta-se como já efetivado, sobretudo como possibilidade ainda sempre existente. Ele precisa permanentemente construir e conquistar o seu ser. Assim sendo, o grande desafio do ser humano é esse processo de construção do seu ser. O que o ser humano é não está estabelecido de antemão, pois sua primeira tarefa é sua própria autogênese. Seu comportamento não está previamente determinado a partir dos instintos. Antes, a abertura que caracteriza sua vida significa que ele deve dar orientação fundamental a seus impulsos. Seu ser é, em primeiro lugar, uma busca de si, ou seja, é essencialmente desafio. Só ele tem, portanto, seu destino, isto é, sua efetivação não está de antemão garantida, mas submetida a situações determinadas, sob as quais ela se põe sempre em jogo. O ser humano é, então, o ser da ameaça permanente, ameaça em relação a seu próprio ser, que se pode perder. Ele está sempre sob o apelo de criar as condições necessárias para que as mesmas sejam efetivadas. Todo o agir humano constitui um atestado dessa abertura. De fato, em tudo o que pensa, deseja, quer, realiza o ser humano sempre pode ultrapassar os limites já atingidos pelo pensamento, pelo desejo, pela vontade, pela ação, pelo trabalho. Assim, o ser humano está sempre inquieto, lança-se cada vez mais para frente para conseguir metas sempre mais elevadas. Ele é um ser de possibilidade, plenamente capaz de colocar-se, jogar-se e engajar-se no processo contínuo e permanentemente do melhoramento ou da perfectibilidade. Os discípulos estão a caminho. A vida é um caminho a ser construído. Ninguém tem o caminho pronto. Jesus se coloca a caminho, ainda que os discípulos estejam fugindo, estejam totalmente desanimados.

Dos educadores espera-se que saibam reconhecer que não há educação verdadeira de modo serial. Não diz respeito à fabricação de produtos técnicos. Trata-se da formação da pessoa humana, a qual não se dá de maneira automática e em série, mas, paulatina e progressivamente, sendo um caminho, muitas vezes, árduo e sem muita segurança e garantia de sucesso. Na educação tem-se estudantes. Cada estudante, porém, é um. Cada estudante enquanto tal é singular. Os educadores, por sua vez, também são singulares. Todavia, enquanto tal, eles têm uma missão insubstituível e inalienável. Os educadores desempenham uma autoridade relevante na formação do estudante e não podem esquecer-se dessa missão, que se caracteriza como insubstituível e inalienável. No entanto, segundo nosso entendimento, para melhor desempenharem tal missão, é-lhes imprescindível conhecer seus alunos, ouvir suas expectativas, seus sonhos, saber quais são as suas angústias e os seus medos. Urge que os educadores, como Jesus Mestre, saibam colocar-se a caminho e escutem o que os alunos têm a dizer e contribuir.

c) Jesus no caminho faz perguntas aos discípulos. Jesus, além de colocar-se respeitosamente a caminho com os dois discípulos e inteirar-se do assunto de ambos, após escutar e saber acerca do assunto sobre o qual conversavam, faz-lhes perguntas interessantes e que exigem reflexão. Jesus não despreza os sentimentos, a angústia e o conhecimento que os mesmos têm da vida e da realidade. Salienta-se, aqui, a importância da pergunta. Perguntar é dimensão e característica de quem humildemente se dá conta de que não sabe tudo. É característica de quem busca penetrar aquilo que por ora se apresenta desconhecido. É característica de quem não se acomoda com as respostas até então já apresentadas e dadas. É típico de quem olha a realidade

e se admira por ela se apresentar como se apresenta e enquanto tal não se apresenta de outra maneira. É típico de quem desenvolve e tem espírito de investigação. É dimensão fundamental de aprendizagem e conhecimento. É dimensão de quem busca compreender a realidade. As perguntas movem e direcionam tanto o buscar quanto o pensar. Talvez se possa dizer que as perguntas revelam quem se é, de onde se é e para onde se vai. As perguntas lançam a urgência da reflexão e do pensamento. Há perguntas mais aprofundadas e outras menos e algumas até superficiais. Entretanto, ousa-se afirmar que nenhuma pergunta é totalmente sem sentido. Em outras palavras, a pergunta manifesta sempre, por um lado, o desejo de querer conhecer, de saber, de aprofundar, e, por outro, o nível de reflexão e aprofundamento de quem pergunta. A pergunta revela, pois, sempre o saber e o não saber de alguém. A pergunta pode surgir tanto da ignorância, como da admiração, como também do propósito de consideração reflexiva. Nessa perspectiva, arrisca-se afirmar que ela, normalmente, não surge do vazio ou do nada. Ela surge do interesse de algo ou por algo bem mais embasado e aprofundado. Ela surge da insatisfação ou da curiosidade a respeito de algo. Entretanto, para que algo seja posto em questão, é salutar dar-se conta de que o perguntar surge do movimento dialético entre o saber e o não saber. Em toda pergunta há, conseqüentemente, algo desconhecido, pois de outro modo careceria de sentido a pergunta e a investigação, na medida em que, por um lado, o desconhecido pode ser designado de algum modo e, por outro, na medida em que o desconhecido pode designar-se mediante algo conhecido.

Dos educadores espera-se que saibam reconhecer que não há educação se não se conseguir alimentar no aluno o desejo de saber, de ir além do óbvio, de

fazer perguntas. Não há educação sem ensinar o aluno a pensar. Não é possível admitir uma educação que dê respostas prontas e acabadas ao aluno, ocasionando-lhe, progressiva e paulatinamente, o atrofiamento na capacidade de pensar o sempre de novo o já pensado e, também, a novidade e o desconhecido. É mais fácil e cômodo deixar-se guiar por outrem. É fundamental que cada um seja capaz de pensar por si, sendo capaz de assumir a responsabilidade por seu pensar, decidir e agir. Urge, no entanto, auxiliar o estudante a superar o pensamento fechado e mesquinho. É vital dar-lhe razões da compreensão do pensamento aberto, do dialógico e do transcendente, uma vez que o ser humano é um ser relacional. Fundamentalmente, ele se relaciona consigo próprio, com os outros, com o mundo e com Deus.

d) *Jesus ensina os discípulos com sabedoria e autoridade.* Jesus tem atitude. Ele é Mestre que conduz. Ele se coloca a caminho, tornando-se companheiro de viagem, escuta os lamentos e as dificuldades dos discípulos, desafia-os pelas perguntas pertinentes que lhes faz e ensina-lhes enquanto Ele é o Mestre. Ele ensina. De maneira pedagógica, Jesus como que vai conduzindo os discípulos pelo caminho. Os discípulos se maravilham diante da sabedoria e do modo como o Mestre os vai conduzindo com autoridade o processo de descoberta e amadurecimento do conhecimento, lembrando, entretanto, que a autoridade não provém da compra, mas da conquista alicerçada na liderança, nas qualidades e no agir. Em torno do ensinar com autoridade um questionamento logo emerge, a saber, da pergunta acerca de como se compreende a educação. Educar provém do latim e pode receber, sobremaneira, duas interpretações, a saber, *educere* e *educare*. A interpretação etimológica ligada a *educare* significa alimentar, formar. É a teoria segundo

a qual cabe ao educando um papel predominantemente receptivo e passivo. A interpretação etimológica ligada a *educere* significa *conduzir para fora de*. É a teoria segundo a qual a ação educativa conduz o educando a partir daquilo que ele em si mesmo já é. Significa o ato de puxar para fora. É trazer à luz aquilo que já existe dentro do educando. Noutras palavras, é a distinção entre *instrução*, enquanto acúmulo de informações e, *educação* muito mais como processo educativo permanente de *formação*. Assim, o processo educativo não se resume no acúmulo de informações. Constitui-se, muito mais *em aprender a conhecer e a pensar*, já que “o segredo de aprender a conhecer é saber relacionar e contextualizar” (Libanio, 2001, p. 19), ou seja, saber tecer os elos das diversas relações e formar um pensamento sistêmico. Constitui-se *em aprender a fazer*, que não é senão a capacidade de “captar o espírito da estratégia e da reflexividade que permitem um refazimento contínuo do agir, à medida que os dados oferecidos pelo ambiente o pedem e exigem” (Libanio, 2001, p. 55). Constitui-se *em aprender a viver junto com os outros*, pois se constitui na descoberta do valor radical de si e dos outros, de modo que “o caminho da autêntica formação para viver juntos passa por uma dupla descoberta: a do valor próprio e a do valor dos outros” (Libanio, 2001, p. 66).

A educação deve, portanto, ajudar no processo de sociabilidade, ou seja, ajudar na formação de uma sociedade justa, pluralista e democrática. Constitui-se *em aprender a ser*, o que, em última análise, significa compreender de modo amplo quem é o ser humano, pois “aprender a ser é despojar-se das coisas para revelar o próprio ser” (Libanio, 2001, p. 84). Em outras palavras, *aprender a ser* é procurar o desenvolvimento integral do ser humano, sempre pensado como presente a ser

no mundo, numa situação determinada, na qual sua tarefa principal é *produzir-se*. É o *fazer-se* do homem. “O processo, através do qual, nas situações históricas específicas, o homem conquista uma forma própria de ser homem é aquilo que, no espaço de nosso processo civilizatório, se chama educação” (Oliveira, 1997, p. 203). A educação aparece, portanto, como o próprio existir histórico do homem. Perceba-se, aqui, destarte, a importância da compreensão da educação tanto como instrução quanto como formação. Constitui-se como instrução enquanto aquisição de conhecimentos, de conteúdos, de habilidades específicas com a finalidade do exercício de funções determinadas na vida social, da capacitação para o enfrentamento das diversas situações que se apresentam no cotidiano da vida (Oliveira, 2000, p. 241). É também formação enquanto efetivação da liberdade e realização do ser humano em todas as dimensões de sua vida (Oliveira, 2000, p. 242). Esta visão favorece uma compreensão de educação que articula a possibilidade de um agir com sentido no mundo numa visão de totalidade.

Dos educadores espera-se, pois, exercerem seu ministério de formadores nas diferentes etapas da educação com autoridade de quem, a partir da experiência pessoal de busca e investigação do conhecimento e da compreensão da vida em sua totalidade, com atitude de humildade, de liberdade e de abertura possa ensinar com autoridade, porque têm conteúdo e mensagem a ensinar, porque, no contato com o aluno, têm atitude de diálogo e abertura à aprendizagem do novo, porque desejam investigar e se inquietam ante os desafios hodiernos existentes, e porque nunca se cansam em buscar e encontrar métodos eficazes de ensino-aprendizagem que façam o aluno ter gosto tanto pela busca da instrução, como também, da edu-

cação. Quem educa com autoridade não é autoritário. A autoridade se a conquista e não se aceita a imposição pela força. A autoridade é conquistada pela presença, por argumentos, e, também, pela capacidade de fomentar no aluno a busca do conhecimento e aprofundamento das grandes questões. A autoridade é reconhecida e não imposta. Autoridade é diferente de autoritário. Este, por sua vez, não conquista o reconhecimento de outrem, alcança-o por imposição e uso de força. Dos educadores exige-se autoridade e não autoritarismo.

e) *Jesus faz arder o coração dos discípulos e eles o reconhecem nos sinais.* Os discípulos de Emaús se constituem numa passagem paradigmática para a dimensão da fé. Os dois discípulos têm tudo o que é necessário para crer. Eles conhecem o Antigo Testamento, a mensagem, a atuação de Jesus, sua morte na cruz. Ouviram também a mensagem de ressurreição por parte de Jesus. Das mulheres também ouviram que Jesus estaria vivo. De nada adiantaram todas as informações. Tudo é inútil. Estão envoltos em desânimo (Pagola, 2012, p. 358). Mesmo assim, deixam-se acompanhar pelo Desconhecido e ouvem-No atentamente no caminho de Emaús, pois parece estar ao par dos ensinamentos da Sagrada Escritura. Porém, até o momento, eles ainda permanecem fechados ao significado da mensagem. Estão como que cegos à realidade que os envolve. No entanto, como já está tarde e porque é perigoso caminhar só na escuridão da noite, os dois discípulos convidam-No para entrar e ficar com eles. O Desconhecido entra senta-se à mesa, toma o pão, pronuncia a bênção e parte o pão entre eles. Nisso os olhos dos discípulos abrem-se e dá-se a grande e profunda mudança de ânimo, de direção e de atitude dos discípulos. Com o gesto de Jesus tudo toma novo sentido, justamente, porque o gesto de Jesus é memória, é

atualização e, também, antecipação. Noutras palavras, o gesto de Jesus faz com que dos dois discípulos os olhos, metaforicamente falando, da razão e do coração se abram e compreendam o que aconteceu pelo caminho, os sentimentos sintam a presença do Ressuscitado à mesa, o ânimo e alegria vençam todo tipo de medo e os impulsionem a caminhar em direção não mais a Emaús, mas sim, a Jerusalém, a fim de assumir e enfrentar a vida como ela se apresenta. Contudo, para que essa nova atitude fosse tomada corajosamente a sério pelos dois discípulos foi necessário tempo, compreensão, esforço, sinais.

Dos educadores espera-se, então, sejam capazes de colocar-se a caminho, sejam humildes e pacientes em ouvir os clamores e desafios tanto do tempo atual como do aluno, superem a imprudência e desobstruam tudo o que pode obstaculizar o processo de crescimento e de conhecimento do aluno, exerçam seu ministério de formadores com alegria e convicção da missão a ser realizada, auxiliando a imprimir no aluno a convicção e, também, por assim dizer, balizas ou sinais que os façam recordar sempre com alegria e convicção a importância de ter a atitude de um “eterno aprendiz”, na perspectiva de quem não é a verdade e não se considera o possuidor da verdade, mas de quem busca e está sempre a serviço da verdade. O educador, no ministério de formador, quando se coloca em atitude de busca, de testemunha e servidor da verdade, mesmo diante das dificuldades e adversidades do processo educacional, será sempre lembrado pelo aluno e conseguirá imprimir-lhe sinais inesquecíveis, ainda que, em alguns momentos, precisem ser revisitados para que os olhes se abram, vendo, mais que a escuridão do medo, que ofusca o crescimento, a claridade da esperança, que encanta e anima a caminhar.

f) *Os discípulos, ao reconhecerem Jesus, sentiram as cadeias do medo caírem e saíram porta afora para anunciar a alegria do encontro com o Mestre.* Quando os discípulos reconheceram Jesus, o desânimo, a apatia, o desencanto, o medo, a escuridão da noite, desapareceram. O desejo da fuga e do abandono da missão foram substituídos pela alegria, pelo ânimo, pelo encanto e pela coragem. Do encontro com o Mestre, pedagogo fiel, justo e sábio, dá-se a passagem à vida nova. Eles tiram de si as amarras e correntes do medo para reencantarem-se pelo discipulado de Jesus Cristo. Reencontraram, ou seja, em fazendo a experiência do encontro com o Mestre, eles sentiram seu coração arder, e, só então, caiu a máscara do medo e deram-se conta do verdadeiro sentido de sua missão e de sua vida. Em sendo assim, urge colocar a questão do sentido da vida e tentar esboçar uma resposta, pois o desejo de descobrir a totalidade da existência pertence à própria natureza do ser humano. Faz-se necessário articular um sentido novo de vida para o ser humano. Clama-se, então, por uma nova espiritualidade que articule um encontro novo do ser humano com a vida, com a história, com o mistério do mundo, com a razão da evolução e progresso e com Deus, uma vez que o potencial de perigo contido, sobremaneira, nas agressões e violação dos direitos humanos, nas injustiças sociais cada vez mais gritantes, e na ameaça de destruição da vida sobre a Terra, espera-se por uma resposta engajada e consciente de todos. Faz-se urgente uma orientação ética. O ser humano constitui na criação um ser ético capaz de apreender a realidade, refletir, decidir. Faz-se responsável. Pode dar uma resposta à proposta que vem da criação, pois o ser humano e a criação encontram-se frente-a-frente. Ele é responsável pela criação. Dentro dessa nova perspectiva, ele é, e precisa ser considerado

muito mais como guarda da criação e, muito menos, como seu dominador. Ele vive, eticamente, quando renuncia dominar os outros para estar junto com os outros, quando se faz capaz de entender as exigências do equilíbrio ecológico, dos seres humanos com a natureza e dos seres humanos entre si, sendo, inclusive, capaz de impor limites a seus próprios desejos, pois a ética ecológica faz lembrar que o ser humano não é apenas desejo, mas, antes de tudo, ser de responsabilidade e de solidariedade. É ser de comunhão, de relação integradora e vivificante. É com essa visão aberta que precisamos escutar o que o momento atual tem a nos dizer (Junges, 1999, p. 86). Logo, o compromisso pela libertação integral da pessoa humana inclui, necessariamente, o mundo no qual o ser humano vive.

Uma educação que leve a sério a nova consciência planetária e que levante a pretensão de tornar possível o situar-se corretamente em nosso mundo terá de ajudar as pessoas a captar a realidade como uma unidade de opostos, ou seja, a perceber que ser humano e natureza se manifestam em sua diferença: o ser humano, enquanto capaz de captar o sentido tanto da natureza como de si mesmo, transcende fundamentalmente a natureza, mesmo sendo parte dela. A transcendência revela o ser humano como ser do sentido, que situa todo e qualquer dado em um horizonte de significação, e que age a partir do sentido captado. Por essa razão ele é o ser da responsabilidade, pois é capaz de decisões livres (Oliveira, 2001, p. 287).

Lembra-se, então, que o ser humano é alguém que busca conquistar sua existência, enquanto ela se constitui como tarefa livre para cada ser humano nas contingências da vida, cientes, no entanto: “a liberdade finita é portadora de uma exigência infinita, absoluta, incondicional; assim a práxis emancipatória, enquanto criadora do espaço do reconhecimento solidário, emerge como portadora de exigência absoluta, pois o que está em

jogo nela, em última análise, é a aceitação, por parte das liberdades finitas, do apelo da própria liberdade infinita” (Oliveira, 1993, p. 186). Nessa nova perspectiva, o ser humano deve ser compreendido como um nó de relações, voltado para todas as direções. É pessoa. É um ser aberto à participação, à solidariedade e à comunhão. É isso porque, quanto mais o ser humano se comunica, sai de si, doa-se e recebe o dom do outro, tanto mais ele se realiza enquanto pessoa que é.

Dos educadores espera-se que sejam formadores de pessoas encantadas com a busca do saber e com construção responsável de sua vida nas circunstâncias culturais de seu tempo, cientes, contudo, de que nenhum momento histórico é a totalidade das condições, por conseguinte, absoluto. Sejam formadores da inteligência, dispensadores da cultura, auxiliem cada pessoa a descobrir o saber e os conceitos que lhe permitam chegar a uma palavra responsável, a um discurso coerente, e a uma reflexão livre e aberta. “Educar é essencialmente educar para a liberdade” (Muller, 2006, p. 75). É uma tarefa inadiável e imprescindível para cada ser humano em particular, mas também, de todos e das diversas instituições, especialmente, as de ensino, uma vez que: “Guardar intacto tal patrimônio contra os perigos do tempo e contra a própria ação dos homens não é um fim utópico, mas tampouco se trata de um fim tão humilde. Trata-se de assumir a responsabilidade pelo futuro do homem” (Jonas, 2006, p. 353). É necessário à educação o compromisso com o paradigma da convivência, a saber, o paradigma do cuidado no sentido de não ser apenas mais um ato, mas ser uma atitude (Boff, 1999, p. 33). Representa, dessarte, uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilidade e envolvimento afetivo e efetivo de cada ser humano com o outro, com o mundo que o cerca e com a totalidade

da existência humana. Significa, numa palavra, uma nova maneira de ser, de estruturar-se, de dar-se a conhecer e de responsabilizar-se diante de tudo e de todos.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano: compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

JUNGES, José Roque. *Ecologia e criação*. São Paulo: Loyola, 1999.

LIBANIO, João Batista, *A arte de formar-se*. 2. ed., São Paulo: Loyola, 2001.

MULLER, Jean-Marie. *Não-violência na educação*. São Paulo: Palas Athena, 2006.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Diálogos entre razão e fé*. São Paulo: Paulinas, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética da racionalidade moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Tópicos sobre dialética*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

PAGOLA, José Antonio. *O caminho aberto por Jesus*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CAPÍTULO 5

IGREJA: COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO⁵

A Igreja, Corpo de Cristo (cf. 1 Cor 12, 26s), Povo de Deus (1 Pd 2, 9), Reino de Deus (LG 3; Mc 4, 26; Mt 12, 18), Sacramento e Mistério, Esposa de Cristo (Ef 5, 25-32), Peregrina – missionária por natureza – origina-se da missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai (AG 2), existe para evangelizar, pois esta é a sua identidade (EN 14), tem a missão de continuar na história da humanidade e para isto Jesus enviou, da parte do Pai, o Espírito Santo prometido (Jo 14, 26).

Enviado pelo Pai, por meio do Espírito Santo, para inaugurar o Reino de Deus, Jesus funda a Nova Aliança. Após sua morte e ressurreição, em Pentecostes, os apóstolos são enviados para serem testemunhas de Cristo Ressuscitado (At 2, 32). Jesus funda o Reino de Deus, o povo da Nova Aliança, a Igreja.

Instituindo a Nova Aliança, Jesus “chamou entre judeus e gentios um povo, que junto crescesse para a unidade, não segundo a carne, mas no Espírito, e fosse o novo povo de Deus” (LG 9). Este novo Povo está em continuidade e estreita relação com o Povo de Israel, o Povo da Aliança. A antiga Aliança “foi preparação e figura para aquela nova e perfeita Aliança que se estabelecerá em Cristo” (LG 9), conforme profetizara Jeremias: “Eis que virão dias, diz o Senhor, em que eu farei Nova Aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá [...]”.

⁵ Uma versão preliminar deste texto foi publicada em 2001. NODARI, Paulo César. Introdução à eclesiologia católica no limiar do terceiro milênio. *Teocomunicação*. v. 31, n.131, pp. 71-95. 2001.

Gravarei minha lei nas entranhas e a escreverei nos seus corações e serei o seu Deus e eles serão o meu povo [...]” (Jr 31, 31-34).

Este povo da Nova Aliança, tendo Cristo como cabeça, é chamado a ser continuador da Nova Aliança que Jesus fundou. Por isso, a razão de ser da Igreja é Cristo e o seu Reino. “Sua lei é o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou” (Jo 13, 34). Sua meta é o Reino de Deus, iniciado pelo próprio Deus na terra, a ser estendido mais e mais até aparecer Cristo, nossa vida (Cl 3, 4).

A Igreja vem da Trindade, do universal desígnio salvífico do Pai (LG 2), da missão do Filho (LG 4). A Igreja orienta-se para a Trindade: a comunhão eclesial deve, no Espírito e através do Filho, voltar ao Pai. A Igreja é, pois, peregrina no tempo e no mundo. Sua realidade não é absoluta, mas temporal. Tem a missão de atualizar a Nova Aliança, assumindo as alegrias, as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e dos que mais sofrem (GS 1). Assume o desafio de evangelizar os homens e as culturas de hoje a partir dos sinais dos tempos (GS 4).

5.1 O QUE É A IGREJA?

É Corpo de Cristo. Uma coisa só com Cristo que é a cabeça. Cristo ama a sua Igreja até fazer dela o seu próprio corpo. A Igreja é algo inerente a Cristo. Por isso, a natureza da Igreja é de crescer em Cristo, de configurar-se com Cristo, até que toda a humanidade seja Corpo de Cristo. A Igreja é um só corpo, porque está animada por um só Espírito. Se um membro sofre, todos os membros partilham o seu sofrimento. Se um membro é honrado, todos partilham a sua alegria (1 Cor 12, 26). Por

isso, o amor e a caridade que reinam na Igreja ajudam e fazem crescer o Corpo de Cristo até atingir todas as pessoas. A Igreja sente uma necessidade imperiosa de crescer em intensidade e em extensão. Mas isto acontece só quando a Igreja ama e atende os que “querem ver Jesus” (Jo 12, 21).

É Povo de Deus. A Igreja é propriedade sponsal, povo adquirido (1 Pd 2, 9) por Cristo, Redentor e Esposo. Povo que tem sua origem na *Aliança* ou pacto de amor matrimonial e selado com o sangue derramado na morte redentora de Cristo. Sinal levantado no meio das nações (cf. Is 11, 12). A Igreja é povo de Deus, porque é “para todo gênero humano, um germe firmíssimo de unidade, de esperança e de salvação. Constituído por Cristo para a comunhão de vida, caridade e verdade, é por Ele ainda assumido como instrumento de redenção de todos, e é enviado ao mundo inteiro como luz e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16)” (LG 9). A Igreja é povo de Deus na medida em que se esforça para abraçar a todos num amor afetivo e efetivo. “Eu serei vosso Deus e vós sereis o meu povo” (Lv 26, 12). É realmente o pacto sponsal que chega à plenitude no Novo Testamento: Cristo é o esposo. E, para realizar esta aliança de amor, Jesus deu sua própria vida. Povo significa propriedade sponsal de Deus. “Vós outrora éreis povo, mas agora sois o povo de Deus, que não tinheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia” (1 Pd 2, 10). É uma predileção de Deus para ser comunicada. Nós que já somos Povo de Deus, devemos ser sinal para todos os que Deus ama. A Igreja se torna povo de Deus na prática do mandamento do amor e pela união com Cristo Crucificado.

A Igreja é um povo, o povo de Deus. A Igreja é o povo de Deus sem fronteiras. Ela chama todos e nela integra todos. A Igreja não se renova pela via da geração.

Ninguém nasce membro do povo de Deus. Não existe nenhum direito ou privilégio de nascimento. Alguém ou um grupo entra no povo de Deus e o constitui mediante a conversão e a fé, mediante a aceitação ativa de Jesus Cristo. Todos são chamados. A resposta que se deseja é a fé, isto é, a entrega de si mesmo com confiança a Jesus Cristo dentro da comunidade. Não existe fé em Jesus Cristo que não seja adesão a seu povo. O caminho da Igreja é a imitação de Jesus. O povo de Deus é o povo da esperança. A força que reúne os membros do povo de Deus, o fundamento de sua adesão, o que une todos num só povo, é a fé. A fé não é um ato individual, é o ato pelo qual a pessoa se une aos irmãos no povo de Deus para um destino comum, uma convivência que aceita os riscos comuns em vista de vitórias comuns. A fé é a peculiaridade do povo de Deus.

É Reino de Cristo. A Igreja é o Reino de Cristo que tem início já nesta terra. É a presença do Reino de Deus aqui na terra, sabendo que o Reino de Deus é maior que a própria Igreja. A Igreja deve estar a serviço do Reino. A semente do Reino já se encontra, de algum modo, presente em cada pessoa, povo e cultura. Jesus Cristo é a manifestação plena do Pai. Em Jesus, Deus se manifesta plenamente. Jesus, em seus gestos e ações, manifesta, revela quem é Deus. Deus, em Jesus Cristo, foi se manifestando e comunicando a todos: “fazei penitência, porque o Reino de Deus se aproxima” (Mt 4, 17). Jesus mostra-nos como é o projeto do Reino de Deus. Assim, a Igreja é enviada a testemunhar e a anunciar Jesus Cristo, bem como, estar a serviço do Reino de Deus, presente no *já* e no *ainda-não*. Nesse sentido, a razão de ser da Igreja é anunciar e comunicar a todos o Reino de Deus. Ela, logo, é missionária por natureza. O Reino de Deus tem um dinamismo interno que a impulsiona para uma pleni-

tude de vida em Cristo. É um dinamismo de santificação e salvação para todos. É o Reino dos pequenos e dos fracos. Deus escolheu os fracos para confundir os fortes (cf. 1 Cor 1, 27). É um Reino de amor e de benevolência. Ele nos amou primeiro (cf. 1 Jo 4, 10). Está no meio de nós (Lc 17, 21), mas não pertence a este mundo. É o Reino que deve se estender: “venha a nós o vosso Reino” e no qual todos devem entrar.

É Sacramento e Mistério. A Igreja é sinal transparente de Cristo, pois Jesus Cristo é o mistério, a epifania e comunicação dos planos salvíficos de Deus (cf. Ef 1, 3-9). É o mistério que se anuncia, celebra e vive em cada comunidade cristã para ser comunicado a todos os povos (cf. Ef 3, 1-10). É o sacramento universal de salvação que deve realizar o encontro de toda a humanidade com Cristo Ressuscitado e, através de Cristo, com o Pai. A Igreja é o sinal concreto do amor de Deus à comunidade. Deus nos comunica o mistério de Cristo em nossas próprias circunstâncias humanas limitadas. A força do Espírito aparece agora na humanidade de Jesus prolongada em sua Igreja. Somos a Igreja dos pobres. Deus faz da limitação humana um instrumento de sua graça. “Mas, Deus escolheu o que é loucura no mundo, para confundir os sábios; e Deus escolheu o que é fraqueza no mundo, para confundir o que é forte. É aquilo que o mundo despreza, acha vil e diz que não tem valor, isso Deus escolheu para destruir o que o mundo pensa que é importante” (1Cor 1, 27s). Sem esta consciência não descobriremos o mistério de Deus no amor aos pobres.

É Esposa de Cristo. A Igreja assume a mesma missão de santificação e de disponibilidade missionária, de amor da Igreja-Esposa. Esta pertença sponsal deve, necessariamente, perceber sua fecundidade maternal. A Igreja é Esposa-Mãe que deve receber em seu seio o Verbo, sob

a ação do Espírito Santo, para gerá-lo para o mundo. É a Esposa fecunda. O Apocalipse é um chamado do Espírito Santo à Igreja-Esposa, para que se prepare para receber o Esposo que vem. Ele já está à porta (Ap 3, 20) e quer levar Consigo a Esposa, para que beba o seu mesmo cálice e se vista do mesmo vestido de núpcias que é a cruz (Ap 5, 12). Paulo estimula cada comunidade cristã a um processo de configuração com Cristo. O seu zelo apostólico deve ser o mesmo zelo apostólico de Cristo-Esposo (2 Cor 11, 2). A Igreja-Esposa deve ser fiel a Cristo. É a fidelidade à doutrina, às suas promessas, ao seu amor. É o “amém” da Igreja ou o “sim” renovado e permanente. A fidelidade da Igreja-Esposa é fidelidade à missão de Jesus-Esposo. Sua fidelidade é para sempre.

5.2 A IGREJA DE DEUS

A Igreja de Deus é visível e invisível. A Igreja não é meramente o visível e nem simplesmente o invisível. São pessoas que buscam a humanidade nova em Jesus Cristo. Jesus Cristo é o homem novo. A Igreja deve despertar os caídos e fortalecer a esperança. Tem a missão de viver a comunhão fraterna. A Igreja é o povo de todos os crentes. Na Igreja já está presente o Reino de Deus. Aí começa uma libertação dos homens. A Igreja é sinal da vida nova e esperança para todos.

a) *A Igreja em Deus Pai.* Deus renova a sua criação a partir dos que mais sofreram na primeira criação. A nova criação tem seu centro na humanidade. O homem novo começa por Jesus Cristo. O homem novo é um povo novo, uma humanidade nova. Agora, tudo é renovado: a lei, a aliança e a comunidade. A novidade reside antes do fim, a vida nova e a nova criatura entram numa vida eterna, inserem-se na ressurreição de Jesus Cristo. Esta vida é um começo de vida eterna. Na Igreja manifesta-se

o Reino de Deus. A vontade de Deus é a comunhão dos homens. Deus começa a reinar onde os homens lutam para superar as formas de dominação. É a semente que vai germinando e crescendo. Neste Reino o Pai é o vencedor de todo o mal.

b) A Igreja em Jesus Cristo. Seguimento de Jesus: como Jesus, a Igreja é enviada pelo Pai. Ela é missionária por natureza. Ela não existe por si mesma nem para si mesma. A razão de ser da Igreja está na vontade e no projeto do Pai. A Igreja existe para realizar a obra do Pai. Ela é evangelizadora. Não pode ficar fechada em si mesma. A Igreja é convidada a evangelizar os pobres e chamá-los, para que a força do Espírito os desperte com uma força que antes não tinham. O seguimento da cruz: o ponto a dar tonalidade suprema à imitação de Jesus é o serviço. Jesus se faz servidor e escravo dos homens. A Igreja segue Jesus fazendo-se servidora e escrava. A Igreja deve seguir o caminho do serviço até a cruz. Há íntima ligação entre a cruz de Cristo e dos discípulos (cf. Cl 1, 24). Não se trata de uma simples imitação exterior, mas de uma identificação invisível e real.

c) A Igreja no Espírito Santo. O Espírito foi enviado pelo Pai ao mundo inteiro, até às ilhas mais remotas e aos rincões mais afastados. O Espírito cumpre esta missão por intermédio da Igreja. O Espírito usa a Igreja para percorrer o mundo inteiro, para anunciar a libertação e despertar todos os povos. A missão existe antes da Igreja e a Igreja existe para a missão. Não existe para si mesma e sim para ir pelo mundo. O Espírito é a força que impele para fora. Não deixa a Igreja parar. Estimula-a à missão. É uma luta permanente que a Igreja tem de sair de si mesma. A Igreja só se justifica quando sai de si mesma para ir ao encontro dos outros povos. Nesse sentido, a Igreja é convidada a ser dentro do mundo, sem ser do

mundo. A Igreja é convidada a ser a nova criação de Deus em Jesus Cristo pelo Espírito Santo. A razão da comunidade é Jesus Cristo. A Igreja existe para servir, ou seja, está a serviço do mundo, sendo a comunidade o lugar do serviço. Não é o lugar de privilégios de um grupo de pessoas. A comunidade existe para servir e criar relações, procurar as necessidades das pessoas. O serviço fundamental consiste em despertar para a libertação (GS 1-3; Mt 20, 28; Mc 10, 45; Jo 3, 17; Gl 5, 13; 1 Pd 4, 10).

5.3 IGREJA: A NOVA ALIANÇA

“O Espírito Santo descera sobre vocês, e dele receberão forças para serem as minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os extremos da terra” (At 1, 8). Com o Pentecostes inicia oficialmente a Igreja como o povo dos que testemunham Jesus Cristo Ressuscitado. A Igreja é testemunha da Nova Aliança. É a sua concretização e a garantia da atualização da Aliança, pois a Igreja está no mundo.

Vê-se, portanto, que na Igreja se congregam três elementos: mistério, comunhão e missão. Vinda do Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, a Igreja se configura como um povo, visibiliza-se num corpo, o Corpo de Cristo. Possui, portanto, sua organização, caracterização e constituição própria. Mas a Igreja é missão. Ela está a serviço do Reino de Deus, no mundo. É neste sentido que devemos entender a Igreja sob duas dimensões: carismática e institucional.

Conforme a *Lumen Gentium*, o primeiro povo de Deus que foi constituído pela Aliança no Sinai e peregrinante no deserto, era apenas a preparação e figura do verdadeiro povo de Deus, que seria a Igreja de Cristo, o novo Israel, o povo do Novo Testamento (LG 9). A

Nova Aliança configura e forma um povo, a Igreja. O processo da Aliança, embora atinja e comprometa cada um individualmente, chamando-nos pelo nome, sempre é feita com um povo, ainda no Antigo Testamento. “Aprovou a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituiu-os um povo, que O conhecesse na verdade e santamente o servisse” (LG 9).

Este novo povo de Deus, povo da Nova Aliança, não se equipara, simplesmente, a outros povos, com as mesmas características sociológicas. Sua realidade primeira é ser “mistério”. Sua natureza é de ser “em Cristo como que o sacramento ou sinal e instrumento de íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). Como mistério, devemos compreender toda a realidade da Igreja trinitariamente: sua fundação, sua configuração e seu destino. Ela possui, portanto, um fundamento trinitário. “A Igreja provém da Trindade, é estruturada à imagem da Trindade e rumada para o acabamento trinitário da história” (Forte, 1987, p. 9). A Igreja é, pois, originária do desígnio salvífico do Pai, “para elevar os homens à participação da vida divina” (LG 2); do Filho que inaugurou o Reino dos Céus, que está presente em mistério na Igreja; do Espírito Santo que santifica a Igreja, leva-a ao conhecimento da verdade total (Jo 10, 13), unifica-a na comunhão e nos ministérios e a faz rejuvenescer e renovar-se constantemente (LG 4). É também ícone da Trindade, pois sua organização una na diversidade das igrejas locais, dos seus carismas e ministérios, reflete a comunhão trinitária. Enfim, orienta-se para a Trindade, pois o povo da Nova Aliança caracteriza-se por ser peregrino no mundo, mas não do mundo, pois a finalidade última é a comunhão na Trindade, onde “Deus seja tudo em todos” (1Cor 25, 28). Caminha ao encontro

do Esposo na glória (Cl 3, 1-4). Assim, segundo São Cipriano, a Igreja é o povo reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

A Igreja é continuadora da missão de Cristo. Como Cristo trouxe a salvação para todos os homens, a Igreja deve prolongar tal missão através dos séculos, levando a humanidade à conscientização plena da Aliança. Ela é essencialmente dinâmica e carismática. É fiel continuadora da obra de Cristo, isto é, está a serviço do Reino de Deus. Deve ser definida como serve do Reino de Deus. Como continuadora da obra de Cristo, a Nova Aliança deve viver já a vida nova trazida pela ressurreição de Cristo a Nova Criatura (1Cor 5, 17). Como Povo de Deus, a Igreja é formada por todos os batizados. Esta é a realidade primeira da Igreja: ser uma Igreja toda ministerial, pois, pelo batismo, todos os membros da Igreja participam da profecia, da realeza e do sacerdócio de Cristo. Evidencia-se, por conseguinte, primeiramente, a riqueza dos dons e ministérios que o Espírito Santo suscita em cada batizado. O Povo de Deus inteiro participa destas três funções (*múnus*) de Cristo e a missão que daí decorre. É um povo de sacerdotes (Ap 1, 6), participantes do único sacerdócio de Cristo no oferecimento de suas vidas (At 2, 42-47). Todos participam da missão profética pelo testemunho de vida e fé. Todos são chamados ainda a participar da missão régia de Cristo como servidores, pois o reinado de Cristo baseou-se no serviço.

5.4 MISSÃO DA IGREJA: TESTEMUNHA DO REINO DE DEUS

“Eu vos constituí para irdes e dardes frutos” (Jo 15, 16). “Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio [...]. Recebam o Espírito Santo” (Jo 20, 21-22). Vemos, pois, que a constituição missionária da Igreja tem uma

dimensão cristológica, mas também, trinitária. Jesus envia os apóstolos para continuarem a sua obra no mundo. Jesus continua a obra do Pai que O enviou, enviando os apóstolos em missão. Para isso, dá-lhes o Espírito Santo, que é o vivificador da missão da Igreja.

Diferentemente do povo da antiga Aliança, a Igreja tem uma missão universal e um projeto a realizar com toda a humanidade. A Igreja é comunhão e missão. A comunhão é condição indispensável para o cristão, mas esta se completa na missão. “A comunhão e a missão estão unidas profundamente, ao ponto de a comunhão representar a fonte, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão para a comunhão” (ChL 32). O tempo da Igreja é, pois, o tempo da missão, que tem como objetivo o Reino de Deus ou no dizer de São João, a comunhão na Trindade: “O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos para que também vós tenhais comunhão conosco. A nossa comunhão é com o Pai e com o seu filho Jesus Cristo” (1Jo 1, 3). A missão da Igreja é, pois, levar a salvação de Deus aos homens. É a “salvação dos homens que se alcança com a fé em Cristo e a sua graça” (1 Jo 1, 4ss).

Esta missão da Igreja tem um caráter universal. Deve testemunhar a Nova Aliança, Jesus e o seu Reino, a todos os povos da terra. “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura” (Mt 16, 15). A Igreja é o “sacramento universal da salvação” (LG 48). A todos os cristãos pertence esta missão. Todos são enviados a anunciar a Boa-Nova acerca do futuro da história e do mundo já garantido e antecipado pela Nova Aliança que historiciza a verdade da utopia de Jesus sobre o Reino. O Papa Paulo VI afirmou: “evangelizar é a graça e a vocação própria da Igreja, sua identidade mais profunda” (EN 14).

A tarefa específica da Igreja é a de ser serva, testemunha de Jesus Cristo, seu Reino. Não podemos compreender a Igreja sem o Reino e nem o Reino sem a Igreja. A Igreja sabe que é, enquanto é serva do Reino de Deus. Continua e historiciza a Nova Aliança fundada em Cristo e manifestada plenamente na Sua ressurreição. Enquanto serva do Reino, a Igreja o traz presente na história de forma misteriosa (LG 3) e ela mesma, a Igreja, constitui na terra o germe, o início, o sinal do Reino (LG 5).

A consciência da Igreja de ser tanto serva como sinal do Reino no mundo faz com que a Igreja reflita continuamente sobre o sentido de seu existir. Revela primeiramente que a Igreja não tem como afirmar-se por si só, não é uma realidade absoluta, mas relativa ao Reino de Deus. Isto faz com que o Reino e Jesus Cristo sejam sempre uma alteridade em relação à Igreja, uma realidade sempre maior. Exige da Igreja uma constante autocrítica de sua autocompreensão e de toda a evangelização. Não permite à Igreja prender-se ou absolutizar situações sociais, políticas ou culturais, pois o Reino é sempre dom escatológico: “já e ainda-não”. Revela também a dimensão peregrinante e transitória da Igreja, exigindo desta uma constante adaptação aos novos tempos e culturas. Contudo, é no mundo, com os homens de nosso tempo, que a Igreja é chamada a testemunhar o Reino. A Aliança não pode ser uma realidade fora e anti-histórica, mas profundamente enraizada nas culturas, pois é de homens e mulheres do nosso tempo que esta é firmada. Jesus não pede ao Pai para tirar os discípulos do mundo, mas envia-os ao mundo. Pede apenas para livrá-los do mal (Jo 17, 15).

Na *Gaudium et Spes*, a Igreja “deseja expor a todos como concebe a presença e a atividade da Igreja

no mundo de hoje” (GS 2). Inicia com esta frase, que se tornou chave para a compreensão da relação entre Igreja e mundo: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1). A Igreja deve ser no mundo sinal do Reino e, por isso, de uma vida nova que brota da experiência do Ressuscitado. É sinal da graça e da vitória de Cristo sobre o mal e a morte. Age como sinal de esperança, pois a ressurreição de Cristo mostrou-nos o sentido da história. Age como sinal da fé, ao mostrar o Deus da Aliança, Seu Filho Jesus, a Nova Aliança, que no Espírito Santo, caminhou conosco na história. Age como sinal de solidariedade e união, pois o Reino, da qual é serva, exige a libertação integral dos homens, principalmente dos pobres. Assim, ela será, no mundo, testemunha do Reino e viverá sua missão como povo da Nova Aliança.

5.5 IGREJA MINISTERIAL: LEIGOS E HIERARQUIA

Leigo significa ser membro do povo. Os leigos são os membros do povo de Deus. A Igreja está a serviço da missão e da vida dos fiéis. O povo de Deus em sua totalidade é um povo sacerdotal, o povo oferece o conjunto de suas obras e trabalhos. Por isso, a Bíblia chama o povo de Deus de povo sacerdotal (Ap 1, 6; 1 Pd 2, 9; GS 10).

Ninguém entra no povo de Deus por si mesmo, por iniciativa pessoal: por si só não se interessaria. Entra porque foi chamado e convocado por Deus. Ninguém entra por nascimento como no povo de Israel e em todos os povos da terra. Entra porque conscientemente quer entrar. Não entra por imposição, mas porque quis entrar

voluntariamente. O chamado à fé e à libertação é um chamado para fazer parte do povo de Deus, porque a marcha para a libertação não é atividade individual, completa na pessoa sozinha. Ela é obra comunitária, de todo um conjunto reunido de forma visível. Jesus convoca no seio do povo de Deus. Jesus Cristo é encontrado em seu povo e o Espírito age no povo de Deus.

Assim, o povo de Deus é convidado a ser um povo ministerial, ou seja, um povo a serviço do Reino de Deus. Os ministérios são instituídos por Cristo pela força do Espírito Santo. Não são criados pelos leigos. Tudo é Dom de Deus no povo de Deus. Os dons e serviços dos bispos, presbíteros, diáconos e outros não emanam do povo. São criados por Deus como serviços. São realizados pela instituição de Jesus Cristo e pela força do Espírito. Não exercem sua atividade no povo de Deus como funcionários de um governo. São para desenvolver, suscitar, estimular, unificar as tarefas dos leigos e reunir os dons na comunhão de todo o povo de Deus.

“Os bispos, pois, com seus auxiliares presbíteros e diáconos, receberam o encargo de servir a comunidade, presidindo no lugar de Deus o rebanho do qual são pastores, como mestres da doutrina, sacerdotes do culto e ministros do governo” (LG 20). Missão especial é designada aos bispos, como sucessores dos Doze, os quais receberam de Cristo o mandato de continuar sua obra (Mt 28, 18-20). Recebem a plenitude do sacramento da ordem (LG 21). Em comunhão com o colégio episcopal e com o Romano Pontífice, chefe da Igreja, do colégio episcopal e sucessor de Pedro (LG 22), os bispos recebem a “missão de ensinar a todos os povos e pregar o Evangelho a toda a criatura” (LG 24). São enviados a pregar o Evangelho. Devem ser sinal de unidade. São mestres da fé e moral (LG 25). Pela pregação e pela

celebração, os sacramentos são sinal de unidade da Igreja local e universal, especialmente, a eucaristia. Os presbíteros “são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, de maneira que são verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento” (LG 28). Os diáconos, “fortalecidos com a graça sacramental, servem ao Povo de Deus na diaconia da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e seu presbitério” (LG 29).

Os fiéis leigos, por sua vez, participam ativamente, a seu modo, da Igreja, mistério, comunhão e missão (ChL, cap. I, II, III). “É específico dos leigos, por sua vocação, procurar o Reino de Deus, exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus” (LG 31). Exercendo seu ofício, devem contribuir para a santificação do mundo. Guiados pelo Espírito Santo, são chamados a concretizar a nova Aliança e suas exigências em todas as realidades e dimensões da vida. São, pois, um instrumento vivo de testemunho de Cristo pela fé, esperança e caridade.

5.6 NOTAS DA IGREJA

As notas da Igreja são quatro. Estas notas são atributos propriamente essenciais da Igreja. Indicam sua natureza e sua missão (CIC 811). São, ao mesmo tempo, dom de Deus, pois é Cristo, pelo Espírito Santo, que dá à sua Igreja o ser una, santa católica e apostólica, e tarefa, pois são sempre um ideal a ser conquistado na comunidade eclesial.

a) Unidade. O fundamento e a origem da unidade são a unidade de Deus. Há um só Pai, um só Salvador Jesus Cristo, um só Espírito Santo. Um só Deus não pode querer várias Igrejas separadas. O único Cristo não fundou várias Igrejas separadas. O único Espírito de

Deus não pode animar várias Igrejas opostas. A unidade da Igreja não resulta, portanto, somente da unicidade de sua fundação, mas também da ação constante do Pai, de Cristo e do Espírito Santo. As três pessoas divinas agem constantemente para unir. Pois o que une os povos e as pessoas tão diferentes na Igreja não é nem a cultura, nem a força, nem a organização, mas a ação permanente do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Deus usa meios humanos, mas nenhuma combinação humana poderia por si mesma produzir a união que existe na Igreja. A unidade da Igreja não nasce nem se desenvolve por meios simplesmente humanos. Cristo e o Espírito Santo são os agentes da unidade. Na Igreja, a unidade vem da fé e da esperança comuns e mantém-se ativa por meio da caridade e da solidariedade.

Jesus assumiu a tarefa de reunir todos os homens num só povo novo, num só Homem Novo. O Espírito continua a mesma tarefa. A unidade é, pois, o próprio sinal de Deus. A construção da unidade é a tarefa que Cristo assume na terra. Não é uma condição para outro bem ulterior, é o próprio bem e o fim da Igreja. Pois a unidade de todos os povos na Igreja é a imagem, o começo e a promessa de uma unidade futura de toda a humanidade. Por isso, a Igreja anuncia em si mesma a superação das grandes oposições que existem no mundo. Ela é sinal de unidade para mostrar a todos os homens o fim e o caminho da unidade.

Os elementos principais da unidade são: em primeiro lugar, há unidade de fé, ou seja, todos se unem na mesma adesão a Jesus como verdadeiro homem e verdadeiro Filho de Deus. Unem-se no seguimento de Jesus, ao aceitar tudo o que Jesus ensinou. A unidade da fé inclui a aceitação da Bíblia e da Tradição; em seguida, outro aspecto que expressa a unidade da fé são os

símbolos ou confissões de fé proclamadas pelos concílios ecumênicos ou pela Tradição da Igreja; outro elemento que expressa claramente a unidade são os sacramentos, sobretudo o batismo e a eucaristia. Os sacramentos são expressão visível de unidade da Igreja; ademais, a unidade de governo é outro grande elemento que expressa a unidade da Igreja. A unidade inclui também elementos de governo, pois os apóstolos receberam uma missão de autoridade: puderam aceitar ou excluir da Igreja e isso continua vigente na Igreja.

b) Santidade. Deus é santo. A santidade significa semelhança com Deus. A santidade está na justiça, no perdão e na compaixão. O próprio Deus é santo porque é autor da justiça e da misericórdia, porque tem compaixão dos pobres e dos oprimidos. A doutrina de Jesus sobre a santidade é a seguinte: nada é santo e nem profano, sagrado nem impuro em si, mas santa é a justiça, santas são a caridade, a misericórdia, santo é ter compaixão dos pobres e abandonados. Santa é a atividade de Jesus. Santa é a imitação de Jesus.

O Espírito é santo por ser a força de santidade verdadeira, por ser a fonte da justiça, da misericórdia, da caridade. A Igreja é santa porque é o Corpo de Cristo, e, portanto, está ligada à santidade de Cristo e recebe dele permanentemente influências e estímulos, que a chamam a imitá-lo e a ser santa como Ele foi e é santo. A Igreja é santa porque recebe a noção permanente do Espírito Santo. Entrar na Igreja equivale a assumir uma vocação à santidade. Sinônima de santidade é a perfeição. A Igreja é santa, porque chama à santidade no sentido definido. A Igreja é um caminho para a perfeição, uma escola de santidade. Não é a santidade constituída, mas o caminho para ela. A Igreja não é santa no sentido de que toda

a sua ação estaria inspirada na santidade, mas por ser escola e aprendizagem.

No entanto, a Igreja que vive na terra e é feita de homens de todos os povos da terra, não nasce só do Espírito e de Cristo, ela nasce também dos povos humanos. Ela recebe a herança dos pecados da humanidade. Os homens que se convertem a Cristo e constituem a Igreja, ainda não foram santificados completamente. Eles vivem num debate constante que só termina com o término da vida nesta terra, um debate entre a santidade e pecado. O pecado procede do mundo a que todos os cristãos pertencem e a santidade procede de Deus que enviou o seu Filho e o seu Espírito Santo. Na Igreja vive-se o combate entre o pecado do mundo e a santidade. Por isso, a Igreja é santa por meio de um processo permanente de conversão, sempre reformada e sempre para ser reformada. Nunca alcança um estado definitivo de santidade. Ela é santa pelo caminho que está chamada a seguir e por todos os passos dados neste caminho. Não obstante, santos e pecadores pertencem à Igreja. A Igreja não é dos puros santos. Se assim fosse, não haveria ninguém na Igreja, pois todos pertencem em parte aos santos e em parte aos pecadores. A santidade é um processo de conversão. Os cristãos são pessoas em processo de conversão do pecado para a santidade no caminho que tem como meta a Parusia, isto é, a plenificação da vida na vida do Cristo Ressuscitado.

c) Catolicidade. A Igreja tem a missão de unir todos os povos numa comunhão de Igrejas. Desde o princípio ela se mostra aberta a todos os povos, e todos os povos têm valor igual e lugar igual na Igreja. Apesar disto, a Igreja não é uma organização uniforme em todos os países. Não deve ser um modelo único centralizado em todo o mundo. É uma comunhão de múltiplas Igrejas,

locais ou particulares. A única Igreja de Cristo está presente em muitas Igrejas locais. A Igreja é católica porque reúne em seu seio todos os povos da terra. Todos são iguais na Igreja e têm direito a se expressar em sua língua e em sua cultura. A catolicidade não é uniformidade, mas variedade na igualdade e respeito mútuo (Mt 28, 19; Ef 2, 14-18; Cl 1, 19-20).

d) Apostolicidade. Todos os dons, os serviços e os poderes vêm de Deus, são graças do Espírito Santo e se vinculam a uma vontade de Cristo. As próprias pessoas que recebem esses dons recebem-nos por vocação e escolha de Deus. No povo de Deus existem serviços diversos. Cada serviço detém uma parcela de poder. O dom de Deus que oferece a capacidade de prestar um serviço confere igualmente a autoridade suficiente para cumprir este serviço. Entre todos os serviços há um que contém a autoridade necessária para conduzir e governar, para presidir e ordenar. É um serviço de governo, mas não um governo como o de qualquer outra nação. Mas tem o poder de admitir ou não admitir, de aceitar ou não aceitar, expulsar e reconciliar. Este é o poder supremo na Igreja: o poder de admissão ou expulsão. Este poder não pertence a todos, mas ao colégio episcopal com sua cabeça que é o Papa. É o poder de tomar as decisões em última análise.

A autoridade do colégio episcopal com o Papa se chama autoridade apostólica, porque ela prolonga a autoridade do colégio dos Doze, com Pedro à frente. A Igreja se chama “*apostólica*”, porque construída e mantida sobre o fundamento do colégio episcopal que são os sucessores dos Doze. Os bispos formam um colégio que é o sucessor do colégio dos Doze. O colégio não tem legitimidade sem o Papa sucessor de Pedro. Os bispos com o Papa têm determinados serviços e poderes na Igreja.

Alguns lhes vêm de circunstâncias históricas e podem mudar. Outros vêm de Cristo e não podem mudar.

Há duas categorias de serviços na Igreja: os que pertencem à sucessão dos Doze e os outros. Assim como Jesus instituiu os Doze, também estes Doze devem ter continuadores e sucessores em todas as épocas. É o colégio episcopal que possui a autoridade suprema sob sua cabeça, que é o sucessor de Pedro. Ao lado desta autoridade aparecem ao longo da história muitos outros ministérios que não são permanentes e constantes: aparecem e desaparecem, são substituídos por outros segundo a necessidade dos tempos. Mas ambos estão a serviço da missão especial da Igreja: anunciar o Reino de Deus.

Anúncio do Reino é neste mundo e não fora dele, não obstante João advirta sermos no mundo e não do mundo. O anúncio está sujeito às condições deste mundo. Nesse mundo, tudo requer tempo, tudo se faz com lentidão. Os projetos realizam-se com lentidão, não com a velocidade que desejariam a imaginação e a vontade pessoal. As realidades da matéria, da cultura e da sociedade humana andam devagar. Tais realidades impõem resistência. Determinam inclusive uma certa inércia a ponto de exigir dos continuadores da missão do anúncio do Reino de Deus paciência e perseverança como condições inesgotáveis para poder continuar.

Daí ser o povo de Deus um povo peregrino, um povo que caminha na história do mundo. O povo de Deus é o povo que busca correr e chegar ao fim como vencedor. Não pára no caminho. Não sabe quanto tempo durará a missão. Sabe apenas que o tempo é o tempo da missão. Por isso, o tempo e o espaço da Igreja são o tempo e o espaço necessários para a missão. Assim, a missão da Igreja não consiste em definir fronteiras, mas em continuar a peregrinação. A Igreja não pode parar.

Tem consciência que a fonte da missão não está em suas próprias forças, porque o povo de Deus percebe em si mesmo as mais fortes tentações. Sabe que a maior fonte de fraqueza se encontra em si mesmo. Procura sua força no Espírito e, por isso, pode prosseguir sua missão. Crê na vitória apesar de tantos sinais contrários. O povo de Deus caminha para o futuro com a pura esperança contra todos os sinais visíveis. Alimenta-se de esperança, esperança que é confiança total e radical, apesar de não ter nenhuma razão evidente para confiar na vitória. Porque a esperança se baseia na promessa de Deus e, de forma alguma no conhecimento das leis do mundo, nem na segurança das forças disponíveis. Não existe nada que humanamente permita prever o êxito. A promessa do Senhor é a única coisa certa. O cumprimento da promessa é o céu. O céu, a vida eterna, a felicidade, a comunhão plena das criaturas com o Criador é a única promessa divina, quando todos nós seremos, em e por Cristo, entregues ao Pai (cf. 1Cor 15, 28).

5.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Quem crê tem confiança em Deus. Confia na presença de Deus e na vida da Igreja. Está convicto de que a Igreja recebeu de Deus a missão de anunciar e testemunhar a Boa Notícia do Seu Reino. Tem convicção e certeza de que a Igreja está a serviço da evangelização. Sabe que a Igreja é missionária por sua própria natureza. É confiante na presença santificadora do Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo. Por essas e outras convicções, nós todos sonhamos com uma Igreja sempre mais disponível ao projeto de Deus no serviço ao povo de Deus, especialmente, dos mais necessitados. Eis, portanto, alguns aspectos que podem, talvez, ajudar a

criar a convicção de que é muito importante “sair” dos comodismos, das facilidades e dirigir-se em direção ao encontro profundo e íntimo com Deus no encontro com os irmãos. Eis, então, porque é imprescindível sonhar e trabalhar, para que o sonho de Deus seja assumido como nosso sonho em nosso testemunho e anúncio do Seu amor, que poderia ser resumido nisto: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). Eis, a seguir, alguns itens fundamentais, entre outros, para que possamos alinhavá-los e vivenciá-los em nossa vida.

Uma Igreja da alegria. Quem está com e em Jesus Cristo não pode ter atitude de tristeza. Evidente que há momentos de tristeza e de sofrimento. Mas a alegria da Boa Notícia e da presença de Jesus Cristo por meio do Espírito Santo na vida da Igreja não pode deixar-se superar e abater por tais momentos e situações. A alegria deve ser ânimo, força e convicção para auxiliar a viver, integrar e superar tais momentos e circunstâncias. Diz-nos o Papa Francisco:

A alegria do Evangelho enche o coração e a vida daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por ele e são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento. Com Jesus Cristo, a alegria renasce sem cessar. Quero, com esta Exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de convidá-los para uma nova etapa evangelizadora marcada por essa alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos (EG 1).

Uma Igreja de “saída”. O Papa Francisco nos pede para lembrarmos ser uma Igreja de “saída”, isto é, sermos capazes de sairmos da comodidade, do conforto, da estabilidade para irmos à busca de quem está nas “muitas periferias” possíveis da vida, sejam elas periferias

da antropologia e psicologia humanas ou também das periferias geográficas. Afirma o Papa Francisco:

A Igreja ‘em saída’ é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes, é melhor diminuir o ritmo, pôr de parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho. Às vezes, é como o pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando este voltar, poder entrar sem dificuldade (EG 46).

Uma Igreja missionária em permanente estado de conversão. A Igreja é missionária por sua própria natureza. Isso implica afirmar que a razão de sua existência é viver, testemunhar e anunciar a Boa Notícia do Evangelho a todos os povos. “Todos os evangelistas, ao narrar o encontro de Cristo ressuscitado com os apóstolos, concluem com o mandato missionário” (RMi 22). Na *Redemptoris Missio*, o Papa João Paulo II afirma que a finalidade do seu escrito é a renovação da fé e da vida cristã no mundo atual (RMi 2). Para tanto, ela precisará estar em permanente estado de conversão, não se acomodando jamais aos conformismos, aos estancamentos e tibieza da fé (DAp 362). Não é mais possível continuar com o lema: “fez-se sempre assim” e é precisa-se continuar fazendo assim. Urge a ousadia e a criatividade para repensar os objetivos, as estruturas, os métodos evangelizadores (EG 33). Faz-se eminente que cada comunidade cristã se converta em um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo (DAp 362). Esta firme decisão missionária de promoção da cultura da vida deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos de pastoral, em todos os níveis eclesiais, bem como toda instituição eclesial, abandonando as ultrapassadas estruturas (DAp 366). Logo, a conversão pastoral de nossas comunidades exige

que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária (DAp 370).

Uma Igreja toda ministerial. Ninguém entra no povo de Deus por si mesmo, por hereditariedade, por iniciativa pessoal, pura e simplesmente. É, antes, um chamado e convocação de Deus. Ninguém entra por nascimento. Entra-se conscientemente na Igreja. Todos são chamados a formar comunhão de dons e qualidades no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Todos aqueles que acolhem a Palavra do Evangelho e permanecem em comunhão com Cristo formam a comunidade eclesial. A Igreja deverá retomar o zelo e empenho dos primeiros cristãos. Deverá valorizar sempre mais a variedade dos dons e carismas. Então, que cada um seja acolhido pessoalmente e se sinta valorizado, isto é, cada um se sinta, visível e eclesialmente, incluído como membro da comunidade e corresponsável nela. O Documento de Aparecida defende que os leigos devem participar do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução e não serem meros executores de tarefas ordenadas pelas autoridades da Igreja (DAp 371). Nessa perspectiva, a promoção da vida plena em Cristo leva a assumir as tarefas prioritárias que contribuem à dignidade de todos os seres humanos (DAp 384). Uma Igreja ministerial busca uma promoção humana, que leve à autêntica libertação integral, capaz de abarcar todas as pessoas, fazendo-as participantes e sujeito de seu próprio desenvolvimento (DAp 399).

Uma Igreja do diálogo. Não é possível evangelizar sem diálogo. Aprender a dialogar é uma aprendizagem contínua. Deverá a Igreja ser capaz de acolher o diferente e ser capaz de criar comunhão. Precisarás desinstalar-se e sair do comodismo. Todos na Igreja são chamados a assumir uma atitude de permanente conversão pastoral

(DAp 365). Assim, diante das transformações sociais e culturais e da urgência da Igreja desinstalar-se, deixando de ser uma alfândega, para transformar-se em uma casa de portas e coração aberto (EG 47), está a necessidade de uma renovação eclesial, que envolve reformas espirituais, pastorais e também institucionais (DAp 367). O Documento de Aparecida chega a afirmar que o Evangelho deve nos levar ao diálogo com as ciências (DAp 465), ao cuidado zeloso com a ecologia (DAp 474), ao zelo pelo mundo urbano, ambiente desafiador a toda evangelização (DAp 501), e à vida pública como um todo (DAp 509). Por sua vez, o Papa Francisco admoesta a todos para o diálogo entre a fé, a razão e as ciências, o diálogo ecumênico, o diálogo inter-religioso, as relações com o Judaísmo e o diálogo social num contexto de liberdade religiosa. Afirma o Papa: “A partir de alguns temas sociais, importante para o futuro da humanidade, procurei explicitar, uma vez mais, a incontornável dimensão social do anúncio do Evangelho, para encorajar todos os cristãos a manifestá-la sempre em suas palavras, atitudes e ações” (EG 258).

Uma Igreja do serviço. O serviço aos pobres e a solidariedade com todos é missão essencial da Igreja. O serviço tem, sobretudo, o sentido de lutar contra a pobreza e a exclusão, e criar um novo sentido de solidariedade na ética pública. Afirma o Papa Francisco:

O bem tende sempre a comunicar-se. Toda a experiência autêntica de verdade e de beleza procura, por si mesma, a sua expansão; e qualquer pessoa que viva uma libertação profunda adquire maior sensibilidade perante as necessidades dos outros. Por isso, quem deseja viver com dignidade em plenitude, não tem outro caminho senão reconhecer o outro e buscar o seu bem. Assim, não nos deveriam surpreender frases de São Paulo como estas: ‘O amor de Cristo nos ab-

sorve completamente' (2Cor 5,14); 'ai de mim, se eu não evangelizar!' (1Cor 9,16) (EG 9).

Uma Igreja do anúncio. O ponto alto da evangelização é levar o anúncio do Evangelho, de modo que todos reconheçam o amor misericordioso do Pai e realizem o encontro com o Cristo vivo presente na história. É urgente à missa da Igreja dar-se por conta de que sua missão é auxiliar a cada um tomar consciência e aderir à alegria da fé por meio de uma profunda experiência do amor de Deus, a fim de que cada um se sinta amado por Deus e querendo com liberdade e alegre amar a Deus e à Humanidade, uma vez que os dois mandamentos conectados indissolivelmente com os quais Jesus Cristo resumiu todas as leis e preceitos constituem-se em: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. “Anunciar Cristo significa mostrar que crer n’Ele e segui-Lo não é algo apenas verdadeiro e justo, mas também belo, capaz de cumular de vida de um novo esplendor e de uma alegria profunda, mesmo no meio das provações” (EG, 167).

Uma Igreja próxima à experiência de Jesus de Nazaré. A Igreja deverá ser espaço da experiência da Páscoa e de Pentecostes. Deverá ser a experiência de quem caminha seguindo os ensinamentos do Mestre Jesus. É preciso lembrar que Jesus Cristo é o Mestre e Senhor e não há outro que possa nos seduzir e guiar, para que a mensagem do Evangelho não perca o seu “perfume” (EG 39). “Os desafios existem para ser superados. Sejamos realistas, mas sem perder a alegria, a audácia e a dedicação cheia de esperança. Não deixemos que nos roubem a força missionária!” (EG 109).

Uma Igreja do Mistério de Deus. Uma Igreja em que as pessoas se encontram para reconhecer a Deus-Pai como fonte e origem da vida das pessoas. Deverá

encaminhar as pessoas para o encontro com Deus vivo de modo progressivo e pedagógico. Lembrar que a Igreja não tem o direito e não é sua missão buscar explicar tudo como se ela precisasse decifrar um enigma. Deus não é enigma, mas mistério. Logo, a Igreja precisa aprender a dar-se conta e auxiliar os fiéis a entender que ela é santa e pecadora, porque, respectivamente, ela vem de Deus e conta com a participação humana. Para melhor explicitação, é possível que se possa auferir aqui a todos a tarefa da compreensão da belíssima expressão: amar o divino no humano e o humano no divino. Faz-se urgente, pois, na missão da Igreja, sem com isso ser conformista, acompanhar com misericórdia e paciência o processo de crescimento da mensagem em meio aos acontecimentos e circunstâncias do mundo (EG 44).

Uma Igreja da compaixão. A Igreja deverá ser espaço de acolhimento e compaixão diante das dificuldades e sofrimento das pessoas nas suas mais diversas circunstâncias. Deverá ser uma mãe carinhosa e afável. Deverá ser uma amiga sempre presente, companheira, atenciosa e paciente a exemplo de Jesus de Nazaré. “Pequenos, mas fortes no amor de Deus, como São Francisco de Assis, todos nós, cristãos, somos chamados a cuidar da fragilidade do povo e do mundo em que vivemos” (EG 216).

Uma Igreja profética e libertadora. A Igreja deverá estar empenhada na causa da justiça social. Deverá lutar contra a miséria, a fome, a corrupção, e a violência social. Não poderá ficar calada diante das injustiças. Deverá fazer decididamente a opção pelos pobres. Lembra o Documento de Aparecida que a globalização faz emergir em nossos povos, novos rostos de pobres e que os excluídos não são somente “explorados”, mas também “supérfluos” e “descaráveis” (DAp 65). A pastoral deverá

dar acolhida e acompanhar os excluídos (DAp 402), uma vez que os pobres recebem um olhar amoroso, atencioso e privilegiado do Senhor. É preciso, pois, cuidar da fragilidade. “Por conseguinte, ninguém pode exigir-nos que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos” (EG 183).

Uma Igreja inconformada e jamais acomodada às situações do mundo. Nenhuma conquista e vitória neste mundo fará a Igreja assentar-se para receber as glórias e triunfos. Deverá ser sempre uma Igreja voltada ao futuro. Uma Igreja que promove e provoca sinais do Reino vindouro definitivo. “A partir de alguns temas sociais, importante para o futuro da humanidade, procurei explicitar, uma vez mais, a incontornável dimensão social do anúncio do Evangelho, para encorajar todos os cristãos a manifestá-la sempre em suas palavras, atitudes e ações” (EG 258).

Uma Igreja capaz de ser verdadeira comunidade da Palavra, da Eucaristia e da Caridade. Diante dos inúmeros desafios do mundo contemporâneo à fé, tais como, especialmente, no que tange à cultura do subjetivismo, do provisório, do superficial, do processo de secularização crescente e do individualismo e da descrença nas instituições, segundo o Papa Francisco, há de se ter cuidado e muita convicção na fé para vencer as “tentações” a que todos estamos sujeitos, sobretudo, os agentes de pastoral. É preciso, pois, buscar superar e dizer: *não* ao individualismo, ao declínio do fervor e à perda da identidade e *sim* ao desafio de uma espiritualidade missionária; *não* à fuga egoísta e ao pessimismo estéril e *sim* às relações novas geradas por Jesus Cristo; *não* ao mun-

danismo (tarefeiros espirituais) espiritual, *não* à guerra e ciúmes entre nós e ao parasitismo e *sim* ao compromisso com a Igreja que valoriza homens e mulheres e confia na ação do Espírito Santo que convida a seguir Jesus Cristo. (EG 109). Afirma o Papa Francisco: “Os desafios existem para ser superados. Sejam realistas, mas sem perder a alegria, a audácia e a dedicação cheia de esperança. Não deixemos que nos roubem a força missionária!” (EG 109). Com essa belíssima motivação, os discípulos e missionários de Jesus Cristo são convidados a formar verdadeiras comunidades de fé que escutam a Palavra, partilham a Eucaristia e vivem a caridade. Com esse discernimento espiritual, a CNBB convida para que todas as paróquias se convertam em comunidade de comunidades. Eis algumas pistas, portanto.

Para que a paróquia se converta em *comunidade de comunidades*, será preciso manter algumas características fundamentais: a) formar pequenas comunidades a partir do anúncio querigmático, unidas pela fé, esperança e caridade; b) meditar a Palavra de Deus pela Leitura Orante; c) celebrar a Eucaristia, unindo as comunidades da Paróquia; d) organizar retiros; e) estabelecer o Conselho de Pastoral Paroquial e o Conselho de Assuntos Econômicos, garantindo a comunhão e participação; f) valorizar o laicato e incentivar a formação para os ministérios leigos; g) a todos, especialmente os afastados, atraindo-os para a vida em comunidade, expressão da missão; h) viver a caridade e fazer a opção preferencial pelos pobres; i) estimular que a igreja matriz e as demais igrejas da paróquia tornem-se centros de irradiação e animação da fé e da espiritualidade; j) dar maior atenção aos condomínios e conjuntos de residências populares; k) garantir a comunhão com a totalidade da diocese; l) utilizar os recursos da mídia e as novas formas de comunicação e relacionamento; m) ser uma Igreja ‘em saída missionária’ (CC319).

Que a alegria do Evangelho possa motivar-nos, animar-nos a dispor-nos no caminho belíssimo do crer,

compreender e servir a Igreja, amando a Deus e aos irmãos e irmãs como cidadãos e cidadãs do Reino de Deus. “Amar a Deus de todo o coração, com toda a mente e com toda a força, e amar o próximo como a si mesmo, isto supera todos os holocaustos e sacrifícios” (Mc 12, 33).

ABREVIATURAS

AG *Ad Gentes*

CC *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia*

ChL *Christifideles Laici*

CIC *Catecismo da Igreja Católica*

DAP *Documento de Aparecida*

EG *Evangelii Gaudium*

EN *Evangelii Nuntiandi*

GS *Gaudium et Spes*

LG *Lumen Gentium*

RMi *Redemptoris Missio*

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida*. 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2007.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, Decretos e Declarações*. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. A conversão pastoral da paróquia. Documento 104. Brasília: Edições da CNBB, 2014.

PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho o mundo atual. São Paulo: Loyola; Paulus, 2013.

FORTE, Bruno. *A Igreja ícone da Trindade: breve eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1987.

PAPA JOÃO PAULO II. *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2000.

PAPA JOÃO PAULO II. *Christifideles Laici* São Paulo: Paulinas, 1991.

PAPA JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*. Brasília: Pontifícias Obras Missionárias, 1991.

PAPA PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. São Paulo: Paulinas, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais, salienta-se a relevância de sermos discípulos e missionários de Jesus Cristo no mundo. Quer-se a partir da pergunta de Jesus, refletir acerca da missão da Igreja e de cada um que se sente chamado e motivado a seguir o discipulado de Jesus, ou também, pertencer à “Escola de Jesus”: “E vós, quem dizeis que Eu sou?”, pergunta Jesus aos Apóstolos. Essa pergunta de Jesus não é dirigida só para os Apóstolos ou para os seus primeiros seguidores. É questão fundamental para todos nós. É um questionamento que deve nos acompanhar continuamente. Responder que Jesus é o Senhor, é o Redentor, é o Salvador, é o Filho de Deus é até fácil. São todos títulos e definições muito importantes a respeito de Jesus. Contudo, corremos o risco de pronunciá-los, solene e ortodoxamente, sem deixarmo-nos atingir radicalmente em nossa vida. Tal pergunta nos interpela, sobremaneira, sobre nossa atitude, diante de Jesus, em nossa família, em nossa comunidade e no mundo.

A pergunta sobre “E vós, quem dizeis que eu sou?” não é só mais uma pergunta sobre quem é Jesus. Ela, no fundo, é uma pergunta acerca de quem nós somos, de em quem nós, de fato, nós cremos, da direção à qual nós orientamos nossa vida, e, em última análise, da qualidade da nossa fé. Trata-se, pois, do questionamento radical de nossa atitude de fé diante do Senhor que nos chama e da vida que tomamos a sério para construir nas relações com os semelhantes e com Deus.

Que consigamos tomar a sério a declaração e definição de Pedro em nossa vida e atitude de vida: “Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo!”. Deixemo-nos, pois, aproximar por Jesus e aproximemo-nos Dele sempre

mais, com muita alegria, convicção e vida nova. O discípulo é aquele que segue o seu mestre em unidade de ideal e vida, caminhando atrás Dele sob a mesma via. O discípulo precisa estar ciente de que seguir o Mestre implica saber que a cruz pode ser o destino, ou então, a coroação gloriosa. Seguir Jesus é tomar o caminho da cruz. Consciente dessa possibilidade, o discípulo, ao aprender concomitantemente a beleza do seguimento e o caminho da libertação, aprenderá também e assumirá o seu peso, ou seja, assumirá nem mais e nem menos do que o próprio Jesus assumiu e pagou: sua cruz e vida.

Para seguir a Jesus, é preciso ter consciência do risco que se corre neste mundo, muitas vezes, alicerçado e embasado em caminhos de aparência e de superficialidade. Seguir Jesus significa crer no Senhor e deixar as seguranças aparentes da vida (Mc 4, 40s; 9, 1-10; 10, 32-45). Jesus se afasta de tudo o que é certo e preestabelecido. Estimula para um tipo de vida em que as pessoas não estão acostumadas. Questiona todas as seguranças e põe como princípio e fim único de sua ação o Reino, que é vida para todos. Nessa perspectiva, a adesão do homem ao projeto de Jesus exige uma decisão radical. É uma adesão de fé. É renúncia de si mesmo e dos projetos e esperanças humanas para entregar-se a Deus. Somente uma longa história da familiaridade com Deus pode fazer o ser humano descobrir, aceitar e pôr em Deus a sua beleza e toda a sua força (Is 40, 6b-8; Sl 39, 5-8; Eclo 2, 1-6).

É difícil ao ser humano reconhecer a sua fraqueza e entregar-se totalmente a Deus e à sua fidelidade. Esta passagem é o êxodo do ídolo humano ao Deus vivente, da autojustificação à fé. Com a adesão de fé verdadeira, conseguimos sair de nós mesmos. Não podemos mais ficar fechados em nós mesmos. Devemos saber sair e

degustar a liberdade de Deus. Fechar-se em si mesmo é não saber aceitar Cristo como Ele realmente se revelou e esse, talvez, seja uma espécie de “tentação de Satanás” a cada cristão e a cada comunidade que não se deixa converter. Acabamos ficando somente com os nossos ídolos e as nossas projeções pessoais. Fazemos tão-somente a experiência e a soma de todos os projetos pessoais de cada um e acabamos não experimentando a verdadeira e profunda liberdade de Cristo. Logo, para que sejamos capazes de experimentar a liberdade de Cristo, é preciso aprender a discernir. Urge cultivar uma atitude fundamental de liberdade diante de todas as coisas. Tudo é transitório, passageiro. Como diz Santa Teresa de Ávila, tudo passa, exceto Deus.

Assim, aprender a discernir é investir nossas energias críticas no conhecimento dos nossos condicionamentos, para libertar-nos o máximo possível deles. Este é um processo contínuo de libertação das amarras. Quanto mais livre, mais profunda e significativa é a atitude de discernimento. Nesse sentido, aprender a discernir é saber colocar-se numa atitude de busca que não termina nem mesmo depois de ter descoberto a vontade de Deus. É saber. É reconhecer-se na insegurança contínua de quem está a dialogar com o Mistério, mesmo que cada qual não tenha total e clara certeza de sua transparência. Implica, pois, estar em alerta, manter acesa a suspeita sobre si, que se concretiza toda vez que algum dado objetivo, algum acontecimento oferece elementos para repensar a própria posição. É também viver permanentemente na expectativa da novidade dos acontecimentos, sem definir-lhes, anteriormente, os significados, mas sim ir captando os que se vão dando e buscar concatená-los. É, portanto, criar uma atitude de vigilância para não mis-

turar facilmente o que julgamos ser a vontade de Deus e as nossas projeções.

É preciso, pois, recordar continuamente que o ser humano precisa viver e alimentar suas expectativas e esperanças na promessa e na fidelidade de Deus, ainda que o caminho a ser enfrentado seja o da cruz e da morte. É difícil compreender que o Cristo glorioso é o Jesus crucificado. Isso ninguém pode entender se não vier do alto. Este conhecimento de Cristo é tal plenitude, longevidade e profundidade que alimenta e sustenta toda a compreensão humana. É a plenitude mesma de Deus que é concedida a nós em seu dom de amor (Ef 3,18). Em Cristo habita corporalmente a plenitude da divindade (Col 2,9).

Ser seguidor de Jesus significa configurar-se a Ele e assumir o projeto do Reino de Deus. Por conseguinte, ninguém pode se dizer seguidor de Jesus se, em seu seguimento, não se conscientizar da imprescindibilidade destes dois aspectos. Primeiro, o discípulo é aquele que segue o seu mestre em unidade ideal de vida, caminhando atrás dele e sob a mesma via. Assim, se o mestre assumiu o caminho da cruz, o discípulo, se quiser configurar-se e ser fiel ao mestre, deverá tomar a sua cruz. Seguir Jesus comporta renunciar a si mesmo e aos próprios interesses. Significa libertar-se de si mesmo. É uma exigência radical que somente é possível acreditando verdadeiramente em Jesus e em seu projeto. Numa palavra, a condição para ser discípulo de Jesus é a fé na promessa de Deus. Segundo, seguir Jesus exige crer que a vida verdadeira é vida de doação. Significa morrer para o pecado e viver para a vida de Deus, que, em outras palavras, significa viver para os irmãos, especialmente, os que mais sofrem. Quem vive a vida como um dom, desenvolve-a e realiza-a na doação. Quem a retém, a sufoca. Um dom que não

é dado, não é dom. A vida que não se doa não é dom. A vida que não se doa é presa da morte.

Sendo assim, quando o gênero humano procura salvar-se a si mesmo possuindo coisas e pessoas (Mc 9,33-10,45), a vida acaba se tornando um objeto de posseção e pode transformar-se na própria morte. Logo, assim como Jesus afirmou que o único modo de salvar a vida é perdê-la, assim também o único modo de ser é dar-se e não reter-se. Enfim, o ser humano é entrega é doação de si mesmo aos outros. Urge, pois, compreender, aqui, que o Filho do Homem veio para dar a sua vida em resgate de muitos (Mc 10,45). Jesus não morrerá, mas fora morto, tornando-se, assim, mártir, isto é, testemunho fiel da sua missão como resposta ao desejo de Deus. Mas também Deus Pai será fiel à promessa e ressuscitará Jesus. Falo-á conhecer as vias da vida. Dotá-lo-á. Enchê-lo-á de glória e alegria na sua presença (At 2,27s). Da mesma forma, todo aquele que coloca a sua vida como doação. Àquele que deu a sua vida pelo Reino de Deus, pela vontade de Deus, este já está liberto das amarras do egoísmo, porque o discípulo só torna verdadeiramente a sua vida livre das amarras caso a vincular à vida de Jesus. São Paulo nos diz: ou vivemos em Cristo ou não vivemos n'Ele (Fl 3, 7s. 1Col 3, 3; Fl 1, 23).

Por fim, conclui-se afirmando que a alegria de viver é servir. A beleza da vida é servir. Poder-se-ia, muito provavelmente, atribuir a seguinte interpretação à sentença: “quem não vive para servir, não serve para viver.” Nesse sentido, a vida é dom de Deus. Ninguém escolhe família, lugar, época, circunstâncias de nascimento. Nós somos trazidos à existência. Com o nascimento, inicia-se uma nova etapa da vida. Etapa essa que exige a colaboração de muitas pessoas. Nós, aos poucos, crescemos e nos tornamos adultos. A vida humana, desde a sua

concepção, é envolta de sublime participação de tantas pessoas. A vida exige muita participação e colaboração. A vida é relação. Ela é tecida de uma teia de relações do seu início ao seu fim. Ou seja, com o passar dos anos, a vida de cada um de nós vai se articulando de muitas e variadas formas. A vida não nasce pronta. Ela precisa ser construída. É tarefa inadiável de cada um projetar sua vida. É projeto aberto e inacabado. É processo de responsabilidade pessoal. É caminho a ser assumido pessoalmente, ainda que intermediado pela participação de tantas pessoas. Cada um precisa lançar-se à busca de seus objetivos e de sua realização na vida, pois ninguém tem garantido, de antemão, com toda segurança, seu caminho e sua realização pessoal.

Assim sendo, da consciência cristã de que a vida, enquanto dom de Deus, é intransferível e inegociável e de responsabilidade pessoal ante a felicidade e a realização pessoal, surge a convicção de que Deus, enquanto amor e liberdade, chama-nos a amar e a responder ao seu amor em liberdade. Deus ama a pessoa e chama-a a amar. Porque amada por Deus, desde sua concepção, a pessoa é convidada a amar e a agir com amor e liberdade. Que se possa do amor incondicional de Deus à criatura se possa amar com gratuidade e alegria, pois quem ama permanece em Deus. “Deus é amor: quem permanece no amor, permanece em Deus, e Deus permanece nele” (1 Jo 4,16). E permanecer com Deus significa comprometer-se com sua obra criadora e seu projeto de vida, que é de amor e liberdade. Quem concebe a vida como dom, quem se sente amado por Deus, sabe que sua vocação ao amor é-lhe intrínseca. Permanecer em Deus implica permanecer também com suas criaturas. Assim, a pessoa, em sabendo ser a vida um projeto a construir com responsabilidade, um caminho a trilhar, paulatina e

progressivamente, rumo à realização mais elevada, toma consciência de que a alegria da vida precisa ser partilhada e anunciada. Viver é amar. Amar é servir. E não há amor sem gratuidade e serviço, pois a atitude de quem tem a vida integrada é o serviço gratuito e alegre.

PAULO CÉSAR NODARI



Graduado em Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade de Caxias do Sul, graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com período sanduíche na Universidade de Tübingen, Alemanha. Pós-Doutorado em Filosofia na Universidade de Bonn, Alemanha. Foi professor adjunto III na Universidade de Caxias do Sul. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. Foi Professor na Universidade de Caxias do Sul de 2004-2020. Professor da Universidade Católica de Brasília, desde março de 2023. Na UCB atua como professor e como coordenador dos cursos de filosofia, de teologia, e de gestão paroquial e projetos sociais. Autor de diversos livros autorais, de capítulos de livros e de artigos científicos.

SOBRE A CAPA

A capa do livro contém alguns elementos simbólicos para o cristianismo que ilustram a pauta principal do livro referente ao caminho que o cristão deve trilhar quanto aos ensinamentos da Igreja e sua missão no mundo.

Hóstia e Vinho – A hóstia (pão) representa o corpo de Cristo; o vinho, o sangue. Posta sob o cálice, a hóstia atua, também, como um sol, iluminando e clarificando o caminho à frente do Povo de Deus. Ver, por exemplo, o Cântico de Zacarias: “Sol nascente que nos veio visitar lá do alto!” (Cf. Lc 1, 78).

Cálice – O cálice representa a própria Igreja Peregrina, a qual abriga os milagres e os frutos do caminho trilhado por Cristo na vida do Povo de Deus.

Rio – O rio aparece como o caminho trilhado por Jesus e a transmutação da água ao vinho são uma representação gráfica do primeiro sinal de Jesus Cristo, nas Bodas de Caná (Jo 2, 1-11).

ICHTHYS – Jesus é representado pela figura do peixe subindo o rio. A palavra “peixe” em grego é um acrônimo da frase “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”.

Fundo Branco – O branco representa paz, tranquilidade, pureza espiritual, discernimento e transparência, sentimentos buscados e vivenciados por quem trilha o caminho de e com Cristo. “Eu sou o caminho, a verdade e a vida.” (Jo 14, 6).



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1.500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:



Sínodo
2021
2024

Por uma Igreja sinodal
comunhão | participação | missão

